



PAISAGEM
ANCESTRAL
RECINTOS
CERIMONIAIS
TERRAS DO GUADIANA

PERDIGÕES ▾



18

APONTAMENTOS

de Arqueologia e Património

MAR 2025

NA

NÚCLEO
DE INVESTIGAÇÃO
ARQUEOLÓGICA

ISSN: 2183-0924

ERA
ARQUEOLOGIA

***A**PONTAMENTOS*

de Arqueologia e Património

18

MARÇO

2025

Título: **Apontamentos de Arqueologia e Património**

Propriedade: **Era-Arqueologia S.A.**

Editor: **ERA Arqueologia / Núcleo de Investigação**

Arqueológica – NIA

Local de Edição: **Lisboa**

Data de Edição: **Março de 2025**

Volume: **18**

Capa: Circuito de recintos de fossos Paisagens Ancestrais

Recintos Cerimoniais de Terras do Guadiana

ISSN: 2183-0924

Contactos e envio de originais:

geral@era-arqueologia.pt

Revista digital.

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

O uso do acordo ortográfico está ao critério de cada autor.



ÍNDICE

EDITORIAL	07
-----------------	----

António Carlos Valera, Tiago do Pereiro MONTE DA LAJE E SÃO BRÁS 3. INVESTIGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RECINTOS DE FOSSOS EM SERPA (BEJA)	09
--	----

António Carlos Valera, Tiago do Pereiro CRONOLOGIA, ESPACIALIDADE E COMPLEXIDADE ARQUITECTÓNICA DOS RECINTOS DE FOSSOS NEOLÍTICOS ALENTEJANOS: UMA REVISÃO A PRETEXTO DO RECINTO DE TRIGO	23
---	----

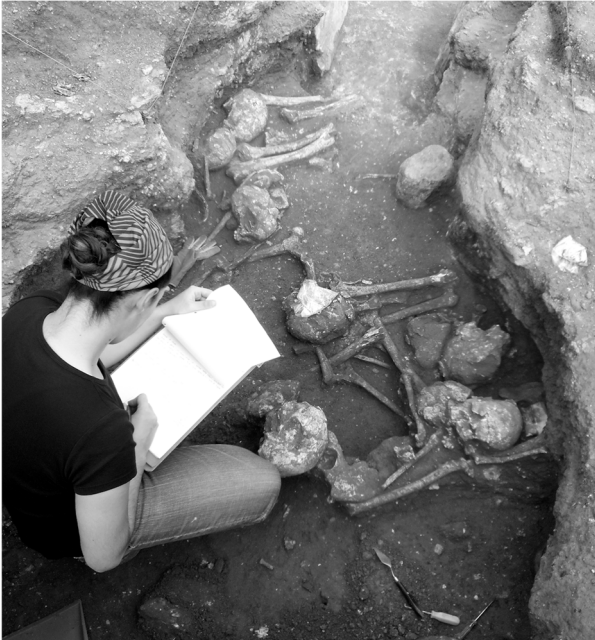
Camila Lacueva, Cláudia Maio, Sofia Nogueira, Lucy Evangelista, Tiago Nunes NOTÍCIA DA DESCOBERTA DA NECRÓPOLE DA VILLA ROMANA DE NOSSA SENHORA DE TOUREGA ...	43
---	----

Ana Rita, Carlos Jorge, Paula Pereira, José Carvalho, Cláudia Maio, Lucy Evangelista ENTRE USOS E ABANDONOS: REVISÃO DOS CONTEXTOS DA RUA DE SANTA MARIA E TRAVESSA DOS APÓSTOLOS, SETÚBAL	53
--	----

Sérgio Amorim, José Carvalho, Carlos Jorge A DISPOSIÇÃO DA MURALHA FERNANDINA ENTRE O LARGO DOS LÓIOS E A RUA DA MADEIRA. RESULTADOS DA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA REALIZADA ENTRE 2021 E 2023	61
---	----

Francisco Raimundo, José Carvalho, Rui Pinheiro THE REBELLO HOTEL (VILA NOVA DE GAIA) – CONTRIBUTO DA ARQUEOLOGIA PARA A HISTÓRIA DE UM SÍTIO	69
--	----

José Carvalho O HORREUM DO CASTELO DE GAIA. NOVOS APONTAMENTOS SOBRE O ABASTECIMENTO MILITAR ROMANO NO CÂMBIO DA ERA	81
---	----



EDITORIAL

A Antropologia Biológica desempenha um papel fundamental na compreensão das populações do passado, permitindo-nos reconstruir aspetos essenciais da sua vida, saúde, mobilidade e interações sociais. No contexto da arqueologia, a análise dos vestígios humanos revela dinâmicas bioculturais que enriquecem a narrativa histórica e contribuem para uma visão mais completa das sociedades antigas. A interseção entre os métodos tradicionais e as novas abordagens científicas – da paleopatologia à genética antiga – tem ampliado significativamente o nosso conhecimento, tornando esta disciplina indispensável para o estudo do património arqueológico.

Na ERA Arqueologia, a Antropologia Biológica assume um papel central na investigação e valorização dos contextos funerários, destacando-se na análise dos testemunhos ósseos que emergem das intervenções arqueológicas. O compromisso com metodologias rigorosas e interdisciplinares permite-nos abordar questões sobre identidade, práticas rituais e impacto ambiental nas comunidades do passado. A colaboração com outras áreas, como a arqueotanatologia e a bioarqueologia molecular, reforça a capacidade de responder a questões cada vez mais complexas e de aproximar a ciência dos contextos patrimoniais.

Neste âmbito, a Antropologia Biológica continua a ser uma ferramenta essencial para interpretar os vestígios humanos e integrá-los nas narrativas arqueológicas mais amplas. A integração de novas tecnologias, a importância da salvaguarda do património osteológico e a necessidade de um olhar ético e contextualizado sobre os vestígios humanos são algumas das questões centrais que merecem ser debatidas.

Assim, a constante evolução desta disciplina exige um diálogo contínuo entre investigadores, promovendo abordagens cada vez mais integradas e multidisciplinares. Ao articular conhecimento científico com a valorização patrimonial, a Antropologia Biológica não só enriquece a compreensão das populações do passado, como também contribui para uma reflexão mais ampla sobre a nossa própria história e identidade.

Lucy Shaw Evangelista

MONTE DA LAJE E SÃO BRÁS 3. INVESTIGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RECINTOS DE FOSSOS EM SERPA (BEJA).

António Carlos Valera¹
Tiago do Pereiro²

Resumo:

Integrando o programa de investigação sobre recintos de fossos desenvolvido pelo NIA-ERA desde 2010, são apresentados os resultados das prospecções geofísicas realizadas nos recintos de Monte da Laje e São Brás 3 (ambos no município de Serpa), assim como o desenho de um projecto de investigação programada para este último sítio. Finalmente, são referidas acções de divulgação e de activação patrimonial dos recintos de fossos existentes no concelho, concretamente a realização de uma exposição itinerante sobre estes sítios e a sua integração num roteiro de visita de recintos de fossos alentejanos.

Abstract:

Monte da Laje, São Brás 3 and the research and public display of ditched enclosures in Serpa (Beja).

Integrating the research program on ditched enclosures developed by NIA-ERA since 2010, this paper presents the results of geophysical surveys conducted at the enclosures of Monte da Laje and São Brás 3 (both located in the municipality of Serpa), as well as the outline of a programmed research project for the latter site. Finally, it highlights actions aimed at public dissemination and heritage activation of the ditched enclosures in the region, including the organization of a traveling exhibition on these sites and their inclusion in a visitation route of Alentejo's ditched enclosures.

1. Introdução: trajectória da investigação de recintos de fossos em Serpa.

O tema Recintos de Fossos da Pré-História Recente tem sido central na actividade de investigação desenvolvida pelo Núcleo de Investigação Arqueológica (NIA) da ERA Arqueologia SA. Ancorada desde o início no projecto de investigação dos Perdigueiros, esta investigação foi desenhada em 2010 através do projecto “Plantas de recintos de fossos e cosmologias neolíticas: uma abordagem paisagística, arqueoastronómica e geofísica” financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian (Valera, Becker, 2011). De então para cá foram inúmeros os recintos de fossos identificados no interior alentejano através de imagens aéreas e submetidos a prospecções geofísicas, permitindo constituir o maior *corpus* peninsular de magnetogramas deste tipo de sítios (que actualmente ascende a 20) e uma ampla bibliografia sobre esta temática (Valera, 2012, 2013a, 2013b, 2020a, 2024; Valera *et al.* 2013a, 2013b, 2014a, 2015, 2017, 2020; Valera, Basílio 2023;

Valera, Pereiro 2013, 2015, 2019, 2020, 2024; Pereiro *et al.* 2021; Ribeiro *et al.* 2019; Becker, Valera 2012; Becker *et al.* 2012).

Neste âmbito, o trabalho desenvolvido em Serpa assumiu particular relevância. Os seus resultados, a que se somam os dados obtidos em algumas intervenções de minimização de impactos da implementação da rede de rega de Alqueva e de subsequentes empreendimentos agrícolas, evidenciam a importância deste território da margem esquerda portuguesa do Guadiana para a investigação desta temática.

Os primeiros passos deste processo, contudo, estiveram lá mais para trás, na década de noventa do século passado, com identificação de um troço de fosso junto à Igreja de S. Jorge de Ficalho (Soares, 1994) e, um pouco mais tarde, de um outro troço no Alto da Força em Serpa (Silva, 1998).

¹ Era Arqueologia / ICArEHB (antoniovalera@era-arqueologia.pt)

² Era Arqueologia / UNIARQ (tiagodopereiro@era-arqueologia.pt)

O início da investigação mais sistemática ocorreria já na segunda década do século XXI, com a identificação e sondagens nos pequenos recintos de Outeiro Alto 2 e Cortes 1, intervencionados pela ERA Arqueologia SA. precisamente no contexto das mitigações de um dos blocos da rede de rega de Alqueva (Valera *et al.* 2013b; 2014b).

Seguiram-se, já no âmbito da investigação do NIA, as identificações por imagem satélite dos recintos de Herdade da Corte (Valera *et al.* 2014a), Borralhos e Folha do Ouro 1. Simultaneamente, outros prováveis recintos foram sendo identificados através de imagens aéreas e fossos/valas foram sendo reportados em alguns trabalhos da rede de rega ainda por publicar (Figura 1).

Em 2019 o projecto de investigação começou a ter apoio logístico da câmara Municipal local, permitindo a realização de prospecções geofísicas nos recintos de Borralhos (Valera, Pereiro, 2020), Folha do Ouro 1 (Valera *et al.* 2020), Monte da Laje e São Brás 3, os dois últimos objecto deste texto.

Por último, perante os resultados obtidos em São Brás 3 e o interesse demonstrado pela autarquia em apoiar a investigação e potenciar patrimonialmente os recintos de fossos do concelho, foi elaborado o projecto de investigação plurianual (PIPA) “NUCLEUS – Arquitectura e biografia do centro de um recinto de fossos (S. Brás 3 - Serpa)” e promovida a exposição itinerante “Lugares de reunião há 5000 anos: os recintos de fossos pré-históricos em Serpa”, iniciativas que se articulam com o projecto “Paisagem Ancestral, Recintos Cerimoniais de Terras do Guadiana” (desenvolvido pelo consórcio ERA Arqueologia SA., Esporão SA. e Município de Reguengos de Monsaraz e financiado pela fundação LaCaixa/BPI/FCT), o qual criou um roteiro para visita de recintos de fossos no qual se integram cinco recintos de Serpa.

2. O Recinto do Monte da Laje

O reconhecimento do trabalho realizado pelo NIA no âmbito da detecção e prospecção de recintos de fossos tem levado a que identificações realizadas por outros colegas nas mais diversas circunstâncias nos sejam comunicadas (o que desde já agradecemos publicamente). Uma dessas cortesias, no que a Serpa respeita, foi a informação prestada por Teresa Nunes da Ponte relativamente à identificação do recinto do Monte da Laje na imagem do Google Earth de 2019 (Figura 2). Integrado no nosso programa de prospecções, o recinto seria submetido a prospecções pedestres e geofísicas (por magnetometria) em Outubro de 2022.

2.1. Localização e método de prospecção

O recinto do Monte da Laje situa-se na propriedade com o mesmo nome, na União de Freguesias de Serpa (Salvador e Santa Maria), concelho de Serpa, distrito de Beja, com as seguintes coordenadas X:37.958282 Y:7.499980 ou 37°57'29.8"N 7°29'59.9"W, a uma altitude de 193m. O sítio implanta-se na extremidade Noroeste de um interflúvio entre o Barranco da Laje e uma ribeira sua tributária, o qual apresenta uma orientação SE-NO. O centro do recinto situa-

se já no início da vertente virada a Noroeste, desenvolvendo-se pelas vertentes Nordeste e Sudoeste e pela plataforma aplanada que se estende para Sudeste (Figura 3).

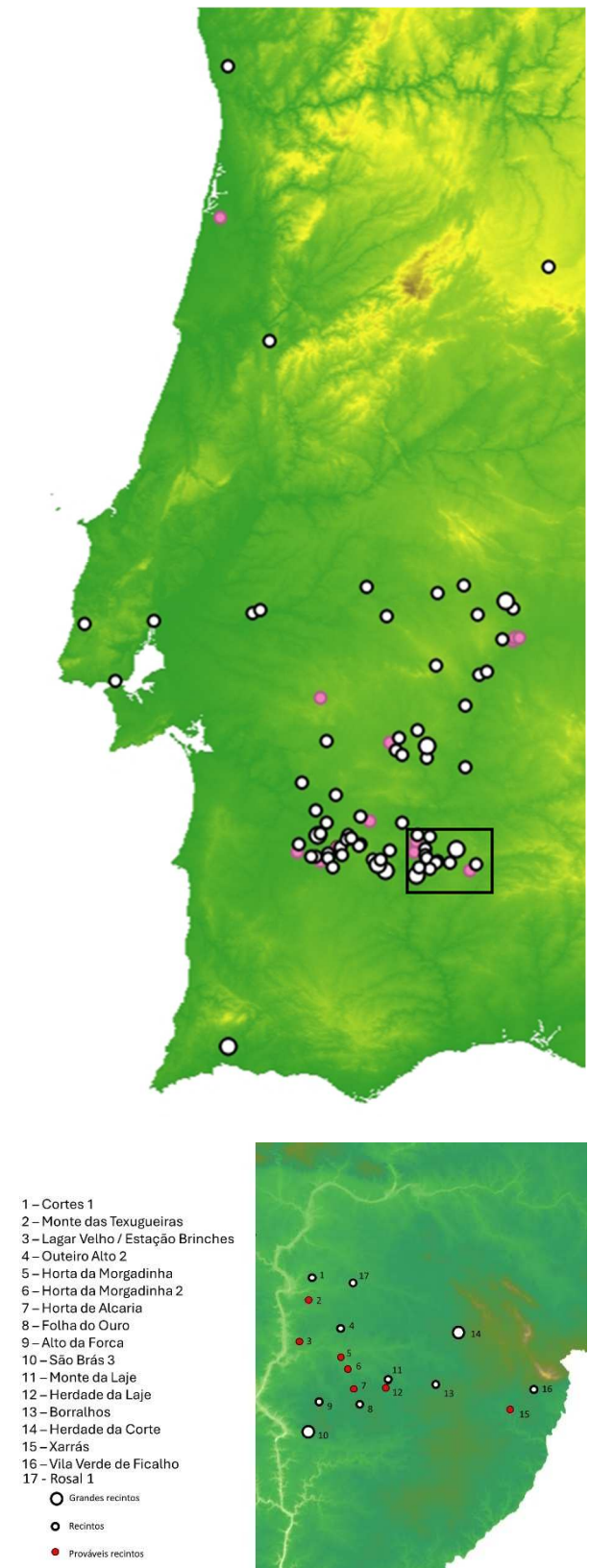


Figura 1 – Recintos de fossos de Serpa no contexto dos recintos de fossos do actual território português.

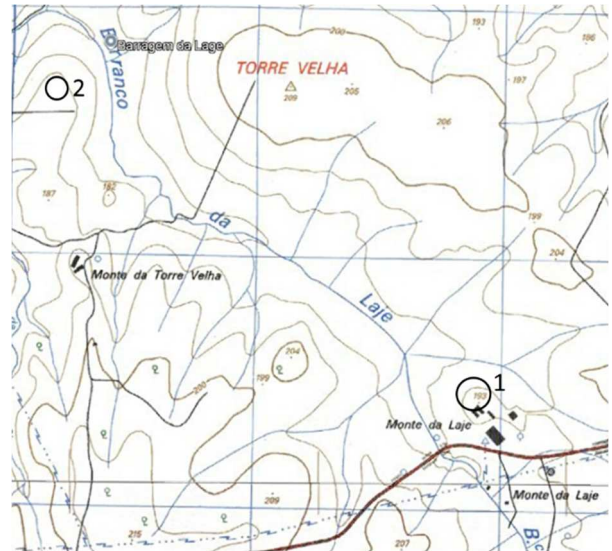


Figura 2 – Recinto do Monte da Laje na imagem satélite de 2019 e localização na C.M.P. 1:25000, fl.523. 1. Monte da Laje; 2. Torre Velha 3.

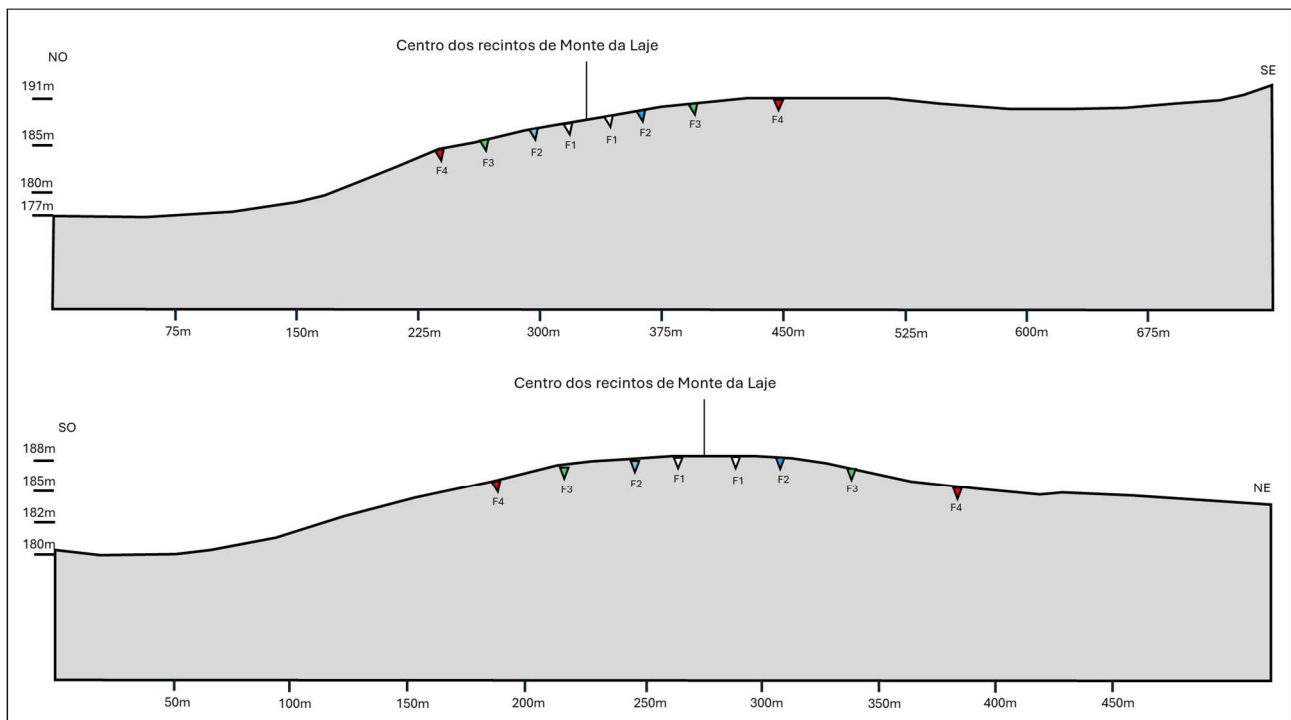


Figura 3 – Perfis topográficos do recinto do Monte da Laje realizados a partir do Google Earth.

Do ponto de vista geológico, o sítio implanta-se numa estreita faixa de gabro-dioritos, delimitada a Oeste por pórfiros, a Sul por granitos e a Este/Norte por rochas miocénicas (conglomerados, arenitos e margas). Caracterização feita com base na C.G.P. folha 8 da escala 1:200000, uma vez que não está publicada a folha da escala 1:50000 para esta área do concelho de Serpa. O quadrante Sul do traçado de três dos quatro fossos registados encontra-se sob o casario da propriedade, o qual se implanta em parte sobre um grande afloramento que dá nome ao monte. Esta circunstância não permitiu uma prospeção integral do recinto.

Assim, a prospeção geofísica foi realizada numa área composta por 36 quadrados de 30mx30m, num total de 32400m², ou seja, um pouco mais de 3 ha. Foi realizada com recurso ao magnetómetro Bartington 601/2, com dois sensores de 1m de comprimento separados por 1m. Cada um contém dois sensores verticais (axis fluxgate magnetometers) no topo e na base, fazendo com que os detectores localizados no topo rejeitem a larga escala do magnetismo atmosférico e isolem pequenas leituras causadas pelas anomalias arqueológicas, podendo detectar anomalias de 0.1nt (nanotesla), considerando-se que o campo magnético

terrestre normalmente apresenta leituras de 40,000nt (o.4 gauss), que podem variar durante o dia. Este equipamento permite detectar anomalias até cerca de 3m de profundidade (a média é 1m). A recolha dos dados teve por base uma grelha georreferenciada, com quadrados de 30x30m. Estes quadrados foram divididos em 30 linhas de prospecção percorridas em modo zig-zag, permitindo a recolha de medidas a cada 0.125m com espaçamento entre linhas de 0,5m. Os dados obtidos foram processados com software Geoplot 4.0.

2.2. Resultados e interpretação

O magnetograma obtido (Figura 4) revela um recinto composto por quatro fossos de traçado sinuoso, que se desenvolvem de forma concêntrica, definindo quatro recintos (Figura 5). A leitura da planta é dificultada pela presença de filões muito magnéticos que atravessam o sítio no sentido SO-NE e pelo facto de os três fossos mais exteriores se prolongarem sob a área de implantação do edifício do monte e adjacências, zona que não pode ser prospectada.

Ainda assim, é possível ver o recinto central, de tendência circular, com cerca de 30m de diâmetro e uma entrada orientada a SE e outra possível a NO no mesmo alinhamento. O segundo recinto é igualmente circular e concêntrico, duplicando o diâmetro (cerca de 60m). Aparenta ter uma entrada alinhada com as do recinto interior, formando um eixo orientado a 120°, ou seja, ao solstício de Inverno.

O terceiro fosso, igualmente sinuoso, define um novo recinto circular e concêntrico aos anteriores, apresentando um diâmetro de cerca de 120m. O seu traçado Este e Sul não é visível, pois está sob o edificado do monte e é abrangido por um filão que criou uma interferência magnética.

O quarto fosso, o mais exterior, apresenta um traçado igualmente sinuoso, mas mais irregular e a sua trajectória não é completamente visível de forma clara na sua metade Norte. Por outro lado, a Sul sofre uma abrupta curva para o interior, no sentido do casario do monte, facto que poderá eventualmente relacionar-se com o afloramento rochoso, que se encontra bastante são e compacto.



Figura 4 – Magnetograma do recinto do Monte da Laje implantado sobre imagem satélite.

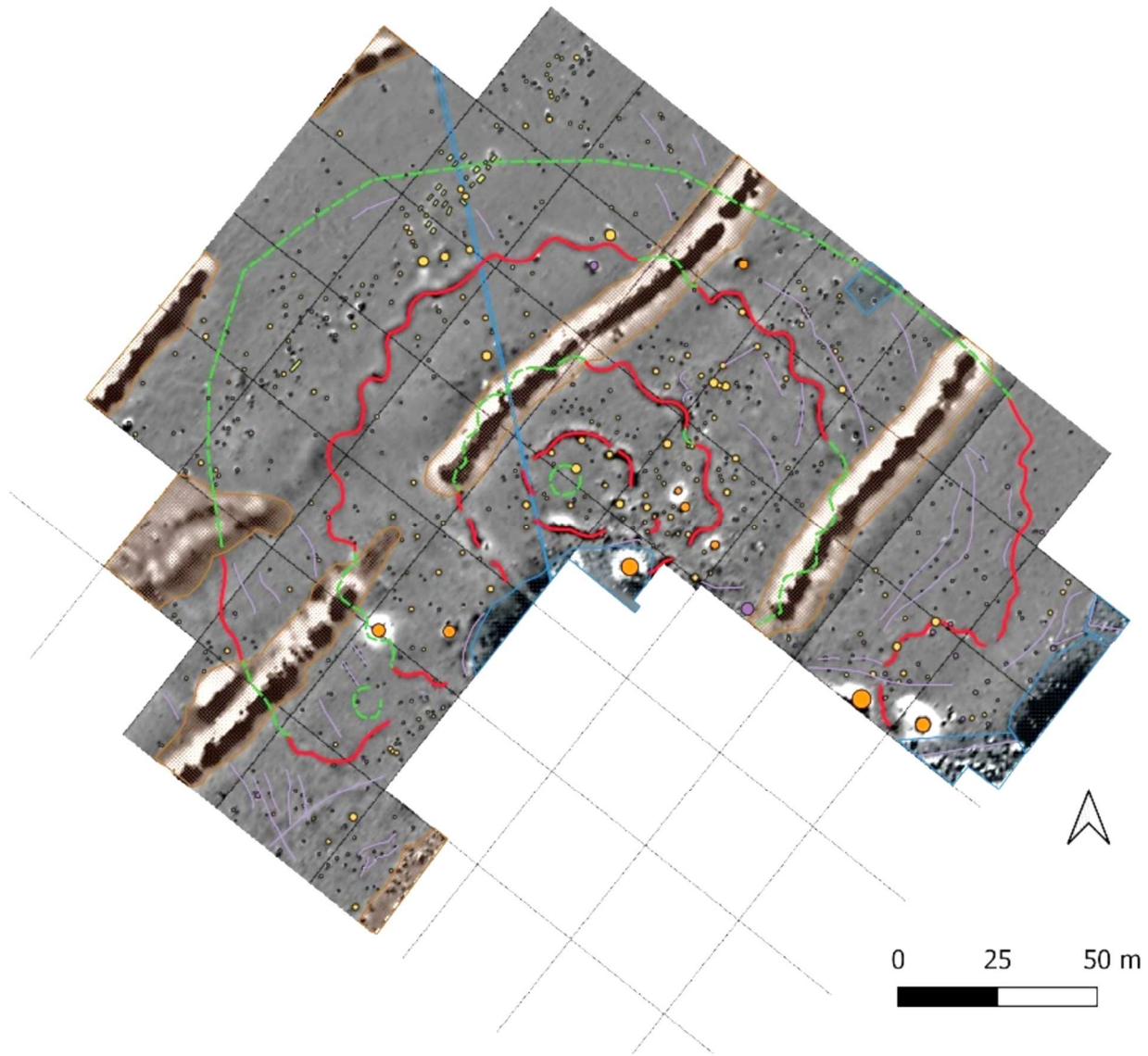


Figura 5 – Interpretação do magnetograma do recinto do Monte da Laje. Fossos a vermelho, fossas a amarelo, tubos modernos a azul, prolongamentos menos visíveis dos fossos e possíveis cabanas a verde, estruturas com magnetismo de fogo a laranja.

Do outro lado, a SE, parece existir uma inédita inflexão semicircular para o interior, a qual se encontra em frente do alinhamento da entrada dos recintos um e dois, e parece ter uma abertura nesse alinhamento. No seu eixo maior este recinto tem cerca de 180m, desenhando uma planta subcircular concêntrica.

Para além dos fossos, o magnetograma regista inúmeras fossas, algumas áreas com forte sinal magnético e de queimado (que poderão corresponder a estruturas romanas, pois desenvolvem-se em torno ao monte, junto do qual surge material de construção daquele período). Existem igualmente duas tênues anomalias de planta circular com cerca de 6-8m de diâmetro, uma no recinto central e outra entre o terceiro e o quarto fosso no lado Sudoeste (cabanas?).

No extremo norte do magnetograma, e pelo exterior e interior do quarto fosso, detecta-se um conjunto de pequenas estruturas de tendência rectangular formando várias linhas, pondo-se a hipótese de poderem corresponder a sepulturas históricas.

Finalmente, verificou-se que o recinto pré-histórico é atravessado por uma vala de alimentação eléctrica de um pivot, existindo à volta do monte outras anomalias de carácter moderno.

As áreas delimitadas pelos fossos estão entre 434m² e 11489m² para os três interiores. O exterior, menos perceptível, inflete na direcção do monte na zona do grande afloramento, eventualmente não fechando completamente.

À superfície praticamente não se registaram materiais de cronologia pré-histórica (apenas um bordo de taça e um segmento de larga lâmina de sílex), o que não possibilita uma aferição diacrónica fina. Contudo, as características do desenho dos recintos, nomeadamente o carácter sinuoso padronizado dos três fossos mais internos, a sua concetricidade e a orientação solsticial do alinhamento das entradas enquadram o Monte da Laje num conjunto de recintos com estas características que têm vindo a ser identificados no interior alentejano (Santa Vitória, Outeiro Alto 2, Rouca 7, Horta do Albardão 3, Xancra, Borralhos, Folha do Ouro, Alto do Outeiro) e que as datações absolutas até ao momento existentes colocam no terceiro quartel do 3º milénio a.C. (Basílio, Valera, 2023).

3. O recinto de São Brás 3

A identificação do sítio de São Brás 3 remonta à década de 70 do século passado, sendo referido como objecto de prospecções por J.L. Soares e R. Parreira, que ali recolheram um conjunto de materiais de superfície integráveis no Neolítico Final e Calcolítico (s/a, 1977-78). Voltaria a ser referido na década de 80 na publicação das escavações realizadas no vizinho sítio de São Brás 1 (Parreira, 1983). Sujeito a frequentes recolhas de superfície com resultados não publicados, foi sendo cartografado em publicações relativas à Pré-história Recente da região (ex. Soares, 1992) e foi incluído na Carta Arqueológica de Serpa (Lopes *et al.* 1997), mas nunca objecto de outro tipo de intervenções. Mais recentemente, e no contexto da investigação sobre recintos de fossos do interior alentejano desenvolvida pelo NIA, mais concretamente, no âmbito dos trabalhos desenvolvidos no concelho de Serpa com o apoio da autarquia local, o sítio voltaria a ser referido na publicação dos resultados da prospecção geofísica realizada no recinto da Folha do Ouro 1 (Valera, *et al.* 2020). É aqui que pela primeira vez, e com base no conhecimento adquirido sobre as estratégias de implantação de recintos de fossos e das suas características, se aventa a possibilidade de São Brás 3 corresponder a um recinto de fossos: “sítio de São Brás 3 (localizado 7km a SO) e cuja implantação sugere poder tratar-se igualmente de um recinto de fossos” (idem: 977). Em 2022, no XII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, os materiais de superfície recolhidos durante anos são apresentados (Soares *et al.* 2022), confirmando um espectro cronológico de longa duração entre o Neolítico Final e o Calcolítico característico dos grandes recintos e evidenciando a presença de uma multiplicidade de categorias artefactuais que documentam a presença de actividades e práticas sociais variadas (incluindo as funerárias ou de manipulação de restos humanos). Nessa apresentação foi igualmente aventada a hipótese de se tratar de um recinto de fossos. Seria nesse mesmo ano, em paralelo com o referido congresso, que se realizaram as prospecções geofísicas que finalmente viriam a documentar a presença de um complexo de recintos de fossos em São Brás 3.

3.1. Localização e método de prospecção

O recinto de São Brás 3 localiza-se em frente à Quinta de São Brás, do outro lado da estrada que liga Serpa ao Pulo do Lobo, na União de Freguesias de Serpa (Salvador e Santa Maria),

concelho de Serpa, distrito de Beja, com as seguintes coordenadas: 37.902594, -7.610263 ou 37°54'09.3"N 7°36'37.0"W a uma altitude de 180m (ponto central).

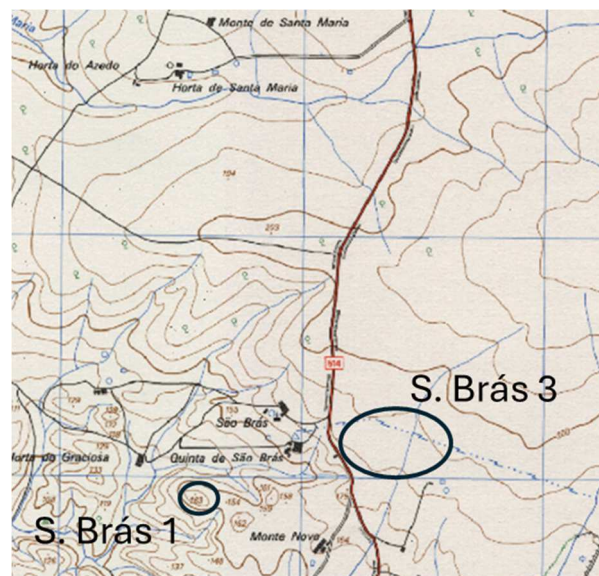


Figura 6 – Recinto de fossos de São Brás 3 e recinto murado de São Brás 1 (C.M.P., 1:25000, fl. 532).

O sítio encontra-se implantado ao longo de uma suave vertente virada a Sul (Figuras 6 a 8), apresentando-se pouco ou nada destacado na paisagem, tendo o seu campo visual virado precisamente para o quadrante entre Sudeste e Sudoeste, estabelecendo uma visibilidade directa com o recinto murado contemporâneo de São Brás 1 (Figura 6). Para Norte, o campo visual é restrito, estando limitado pelo topo da vertente onde o recinto se encontra implantado. É atravessado sensivelmente a dois terços por uma pequena linha de água que nasce um pouco mais a norte, numa situação com paralelos em alguns dos grandes recintos do Sudoeste peninsular, como Porto Torrão, Salvada, Monte das Cabeceiras 2 ou Pijotilla.

Do ponto de vista geológico, o local caracteriza-se por ser uma zona de contacto entre os Gabros de Beja e anfibolitos, granulitos e “flaser” gabros do Complexo Máfico-Ultramáfico de Beja. Caracterização feita com base na C.G.P. folha 8 da escala 1:200000, uma vez que não está publicada a folha da escala 1:50000 para esta área do concelho de Serpa.

A prospecção geofísica, ainda incompleta, foi realizada em duas fases. A primeira no âmbito do projecto de investigação do NIA acima referido (com o apoio da autarquia de Serpa) e a segunda no âmbito da minimização de impactes de um projecto de reconversão agrícola para olival intensivo que, entretanto, foi apresentado. Este carácter faseado dos trabalhos traduziu-se igualmente na utilização de dois equipamentos distintos, sendo o método utilizado o mesmo: a magnetometria. Assim, na primeira fase o equipamento, condições de recolha de dados e processamento for os mesmos da prospecção do Monte da Laje (ver ponto 2.1.)



Figura 7 – Vista, a partir de Norte para Sul, da suave vertente de implantação do complexo de recintos de São Brás 3.

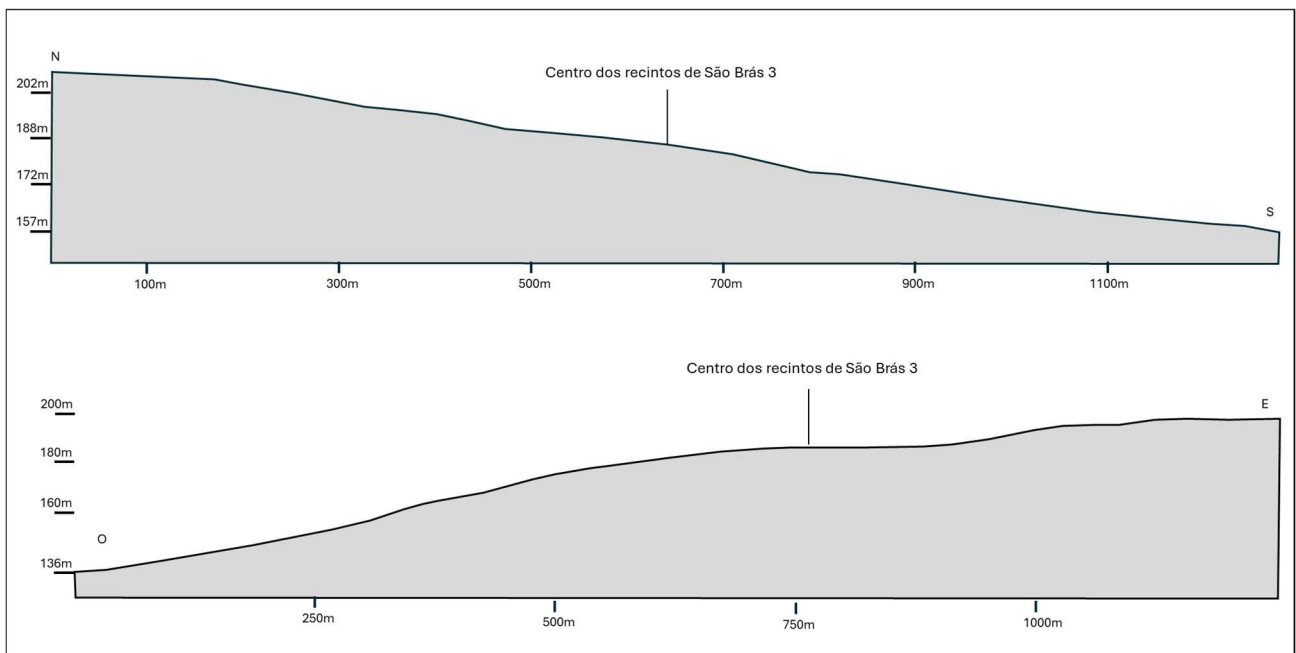


Figura 8 – Perfis topográficos do local de implantação do complexo de recintos de São Brás 3.

Nesta primeira fase foi trabalhada uma área do lado Oeste do sítio arqueológico, num total de 32 quadrados de 30mx30m, correspondendo a 28800m², ou seja, a cerca de 2.9ha. Já na segunda fase, foi utilizado o equipamento ENSYS MULTICHANNEL CARRIER TYPE F, com 5 sensores de 1m de comprimento, separados por 0,5m. Cada um contém dois sensores verticais (axis fluxgate magnetometers) no topo e na base, fazendo com que os detectores localizados no topo rejeitem a larga escala do magnetismo atmosférico, e isolem pequenas leituras causadas pelas anomalias arqueológicas, podendo detectar anomalias de 0.1nT (nanotesla), sendo que o campo magnético terrestre normalmente apresenta leituras de 40,000nT (o.4 gauss), variando durante o dia. Uma vez que o equipamento tem GPS acoplado, a implantação de uma quadrícula foi dispensada, tendo o levantamento sido realizado por linhas percorridas de forma sucessiva, numa área total de 6,6ha, que se reuniram aos 2,9ha anteriormente prospectados, somando um total de 9,5ha nas duas fases. Os dados recolhidos foram depois processados em software específico para as realidades arqueológicas MAGNETO e Geoplot Beta 4.0.

A Norte, e no sentido de identificar outros eventuais fossos que percorressem a vertente mais acima, foram realizadas várias faixas com dezenas ou centenas de metros, o que permitiu confirmar que os limites desse lado se encontravam no interior do corpo principal do magnetograma (Figura 9).



Figura 9 – Magnetograma da totalidade da área já prospectada.

Assim, a área sujeita a geofísica permitiu definir cerca de dois terços do complexo de recintos, nomeadamente a sua área central e limites Oeste e Norte. Ficou por prospectar a parte Este / Sudeste do recinto, onde se encontra instalado um pivot de rega. Esta área será futuramente prospectada no âmbito do projecto de investigação a desenvolver neste sítio (ver ponto 4).

3.2. Resultados e interpretação

Os resultados já obtidos evidenciam um cenário muito complexo, composto por inúmeros fossos que definem vários recintos, inúmeras fossas e outras estruturas, algumas das quais com carácter inédito, revelando um grande complexo de recintos, cuja extensão máxima seguramente ultrapassará os 300m e atingirá uma área de mais de 8ha (Figura 10).

Apresenta mais de uma dezena de fossos, uns de traçado linear e outros sinuosos. Registam-se vários cruzamentos de fossos, o que indica diferentes momentos construtivos e sobreposição de recintos. É visível a existência de um conjunto de fossos predominantemente lineares que definem recintos maiores, de configuração ovalada/elipsoidal, e outro conjunto mais interior, descentrado relativamente ao primeiro, de recintos de tendência circular e concêntrica, com fossos mais sinuosos, numa situação muito semelhante ao que se verifica no recinto do Monte da Contenda (Valera *et al.* 2014a). Trata-se de um exemplo da periodicidade construtiva existente nestes recintos e sugestiva de uma certa intermitência de ocupações. Os fossos são acompanhados por grande número de fossas (mais de uma centena) dentro e fora dos recintos e por algumas estruturas circulares (possíveis cabanas ou pequenos recintos) na parte norte.

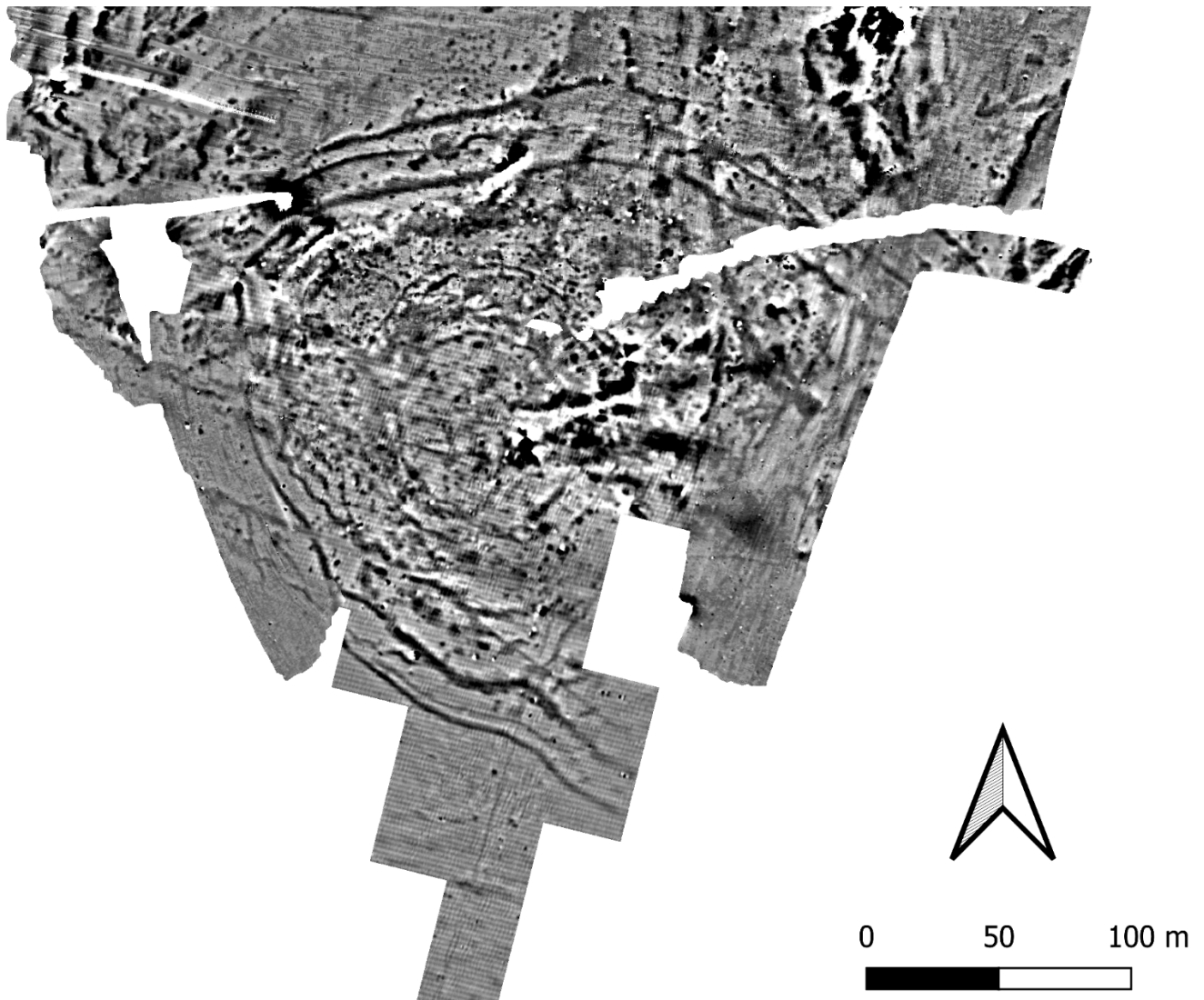


Figura 10 – Magnetograma da área já prospectada dos recintos de São Brás 3. Algumas áreas a branco no interior correspondem a zonas de passagem de linhas eléctricas aéreas ou de vedações metálicas de terreno.

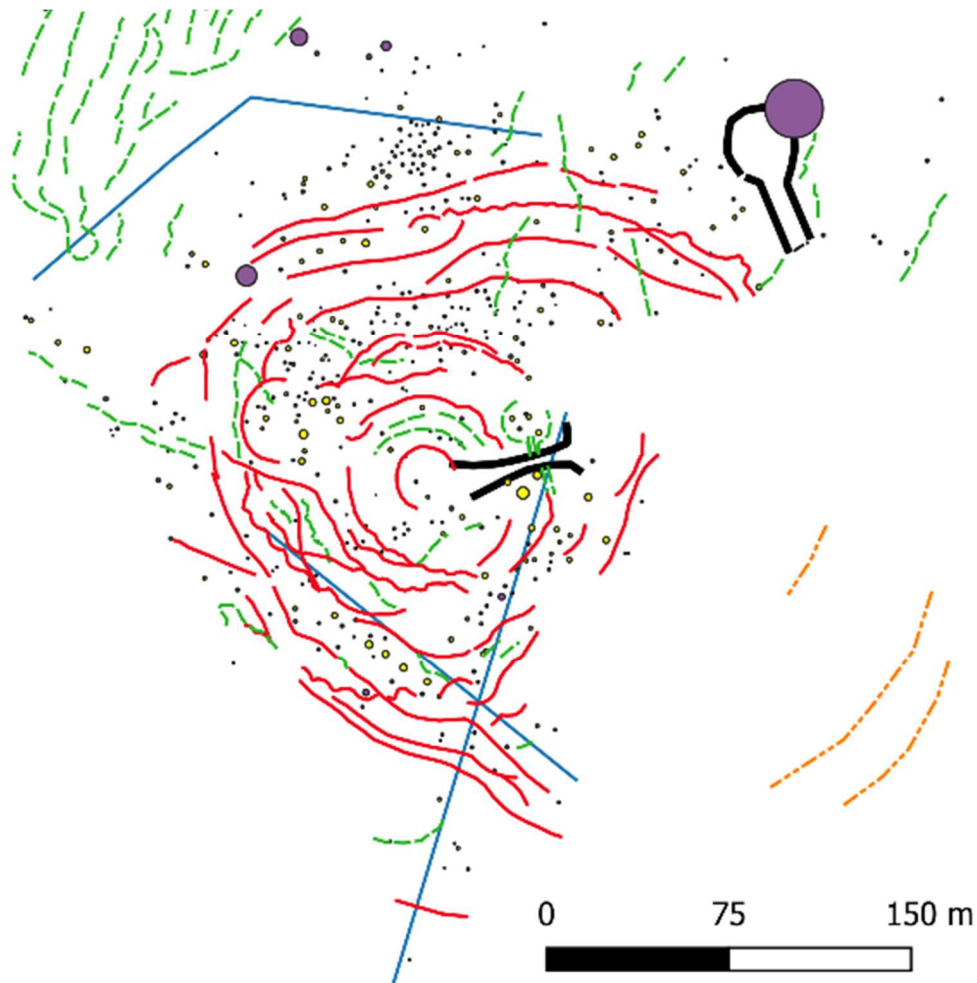


Figura 11 – Interpretação do magnetograma de São Brás 3. Fossas e eventuais estruturas circulares a amarelo, fossos a vermelho, possíveis troços de estruturas negativas ou filões geológicos a verde tracejado, outras estruturas a negro, possíveis fossos observáveis em imagem satélite a laranja tracejado, tubagens a azul, sinal ferromagnético a roxo.

Particulares destaques merecem duas das anomalias evidenciadas pelo magnetograma. Uma está localizada no exterior dos recintos, a Nordeste, e define aparentemente um espaço circular com cerca de 30m de diâmetro, ao qual se parece anexar uma espécie de corredor com cerca de 10m de largura e 30m de comprimento. Nesta zona não se registaram materiais pré-históricos à superfície, mas recolheram-se vários fragmentos de escória de ferro, pelo que poderá corresponder a uma estrutura de cronologia histórica. A outra parece tratar-se de um corredor ou “avenida”, com cerca de 50 metros de comprimento, uma largura variável nunca inferior a 5m e uma entrada com pequena fachada, que conduz ao recinto circular central, atravessando o segundo recinto (Figura 12) e apresentando uma orientação a Este (75°). É uma estrutura totalmente inédita nos recintos de fossos peninsulares e, pelo magnetismo medido, poderá ser em pedra. A ser assim (o que só escavações arqueológicas poderão confirmar), tratar-se-ia de uma clara aproximação a princípios arquitectónicos expressos pelo megalitismo, reforçando a ideia já várias vezes sublinhada de que, sendo sítios diferentes, recintos de fossos e megalitismo partilham princípios cosmológicos, os quais são expressos pelas respectivas arquitecturas.

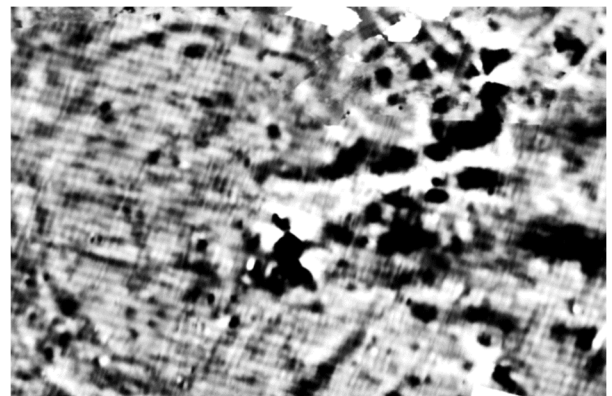


Figura 12 – Detalhe da anomalia tipo corredor ou “alameda” que desemboca no recinto central.

À superfície aparecem abundantes materiais, tendo sido recolhidos em diversas prospekções inúmeros fragmentos cerâmicos (alguns dos quais decorados, mas nunca campaniformes), os quais revelam formas variadas (taças carenadas, vasos esféricos e globulares, pratos de bordo simples e espessado, taças) machados e enxós de pedra

polida, pontas de seta, lâminas, colheres, pesos de tear, cossoiros, figurinhas antropomórficas em cerâmica, ídolos em xisto e calcário, placas de xisto com decoração geométrica, cadinhos e objectos em cobre, assim como restos humanos (Soares *et al.*, 2022). Durante as prospecções geofísicas, para além de materiais similares, recolheram-se ainda vários restos faunísticos (com destaque para numerosos dentes de equídeo) e um fragmento cerâmico decorado com um antropomorfo inciso (Figura 13), semelhante a alguns que aparecem em representações na arte rupestre e num peso de tear dos Perdigueiros (Valera, 2020b: 233). No seu conjunto, estes materiais permitem atribuir ao sítio uma cronologia do Neolítico Final e Calcolítico, entre o último quartel do 4º e meados do 3º milénio a.C., revelando a existência de uma grande variedade de actividades e uma componente cerimonial importante, com vários elementos que remetem para o sagrado.

Trata-se, assim, de mais um dos grandes recintos de fossos do interior alentejano, que, como os restantes, apresenta uma diacronia longa, uma grande complexidade arquitectónica e biográfica, e onde, uma vez mais, estão presentes práticas funerárias ou de manipulação de restos humanos. Note-se que, para além dos ossos humanos recolhidos à superfície de São Brás 3, recentemente foram intervencionados sepulcros colectivos (em fossa e hipogeu) na sua periferia imediata, o que reforça o seu paralelismo (ainda que com uma escala menor) com recintos como Perdigueiros ou Porto Torrão.



Figura 13 – Antropomorfo inciso num fragmento de bojo cerâmico.

4. Um projecto de investigação para São Brás 3

Sendo há muito conhecido, São Brás 3 foi-se mantendo arredado da investigação, apesar do potencial que as suas evidências de superfície iam sugerindo. A realização da prospecção geofísica de 2022 e a obtenção de um magnetograma de cerca de 2/3 da sua planta confirmaram esse potencial, evidenciando a presença de um grande e complexo recinto de fossos, tornando inadiável a integração

deste importante contexto na agenda da investigação programada. É essa integração que se pretende iniciar com o projecto *NUCLEUS – Arquitectura e biografia do centro de um recinto de fossos (S. Brás 3 - Serpa)*, o qual decorrerá entre 2025 e 2028 e se focará no estudo da área central do recinto.

A investigação dos recintos de fossos da Pré-História Recente peninsular tem vindo a evidenciar o carácter particularmente complexo e significativo das áreas nucleares de muitos recintos de fossos, nomeadamente dos de maiores dimensões, com implicações na interpretação da natureza destes recintos. No sentido de aprofundar e ampliar a investigação desta temática, e indo ao encontro de uma solicitação do Município de Serpa, este projecto tem como ambição genérica a compreensão do funcionamento da área central dos recintos de fossos de São Brás 3 na sua complexidade estrutural, diacronia e práticas sociais. Paralelamente, pretende-se implementar um campo escola aberto a estudantes e outros interessados e dotar a investigação de uma dimensão de arqueologia pública orientada à população local.

Tendo por base a imagem proporcionada pela geofísica, que documenta a presença de uma estrutura sem paralelo noutros recintos do período a nível peninsular (Figura 12) e que precisamente parece enquadrar o acesso à área central dos recintos, o projecto tem os seguintes objectivos específicos: completar o levantamento geofísico da planta do recinto; a caracterização planimétrica do recinto central e das estruturas que encerra; a caracterização da estrutura de tipo corredor ou “avenida” que desemboca nesse recinto central; a datação absoluta da sequência de ocupação deste espaço e das sequências estratigráficas de diferentes estruturas que a compõem; a caracterização da cultura material presente; a definição e caracterização das práticas sociais associadas a este espaço central; contextualização desta área central de São. Brás no estado da arte relativo aos grandes recintos de fossos do Sudoeste Peninsular. Outros temas (questões funerárias, de mobilidade, de interacção e proveniência, de tecnologia) serão abordados e desenvolvidos em função dos dados que forem proporcionados pelas intervenções arqueológicas, tendo como instituições parceiras o Laboratório Hécules, Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares (C2TN), o Laboratório de Arqueociências e o ICAREHB. Para possibilitar a concretização destes objectivos, foi estabelecido um acordo com o proprietário para que a área central do sítio não fosse plantada (ficando como reserva arqueológica).

O projecto incorporará ainda um plano de comunicação que se destina a orientar a sua apresentação pública e dos resultados obtidos, tanto no que respeita à comunidade científica especializada, como ao público generalista. O plano de divulgação científica incluiu várias apresentações em reuniões científicas nacionais e internacionais, artigos publicados em revistas igualmente nacionais e internacionais e a realização de trabalhos académicos e monográficos.

O financiamento será participado pela Câmara Municipal de Serpa e ERA Arqueologia S.A. (nos moldes acordados entre as partes), entidades parceiras neste projecto, prevendo-se o

desenvolvimento de candidaturas para a obtenção de financiamentos complementares e de colaborações (ao nível de mestrados e doutoramentos) que possibilitem o desenvolvimento de algumas das tarefas, nomeadamente em termos analíticos.

Inicia-se, assim, a integração deste importante contexto, há muito na sombra, na investigação programada das dinâmicas sociais da Pré-História Recente do Sudoeste Peninsular.

5. Activação patrimonial dos recintos de Serpa

Se é certo que as problemáticas que enquadram a investigação dos recintos de fossos têm assumido um papel relevante, mesmo revolucionário, na arqueologia da Pré-História Recente do Sudoeste Peninsular, a divulgação dessa importância, a comunicação do conhecimento produzido e a sua valorização patrimonial junto do grande público continuam em grande medida por cumprir.

No sentido de contrariar este incumprimento, porque de um incumprimento se trata, o trabalho que tem estado a ser desenvolvido sobre os recintos de fossos em Serpa procura ultrapassar as palavras de circunstância e efectivamente promover uma activação patrimonial do importante conjunto de recintos que se encontram no município. Este desiderato começou a ser concretizado através de duas acções complementares: a integração de recintos de Serpa num roteiro de visita a recintos de fossos alentejanos e a realização de uma exposição itinerante.

5.1. A integração no roteiro Paisagem Ancestral, Recintos Cerimoniais de Terras do Guadiana

“Paisagem Ancestral, Recintos Cerimoniais de Terras do Guadiana” é um projecto liderado pela ERA Arqueologia S.A., em consórcio com o Esporão S.A. e o Município de Reguengos de Monsaraz, financiado pelo programa PROMOVE da Fundação LaCaixa/BPI/FCT, e que visa dar a conhecer uma paisagem ancestral das terras do Guadiana pontuada por recintos de fossos construídos ao longo do Neolítico e da Idade do Cobre. Tomando os Perdígões (Reguengos de Monsaraz) como ponto de partida, foi criado um roteiro que propõe dois percursos de visita, um para Norte e outro para Sul. Em cada local, com recurso a imagens geofísicas e aéreas e à informação de apoio disponibilizada numa página específica do projecto na internet (paisagemancestral.pt), podemos “observar” as plantas destes notáveis contextos (que se encontram hoje maioritariamente enterrados e invisíveis), relacioná-los com a topografia e com a paisagem envolvente que integram de forma significativa, conhecer os dados obtidos pela arqueologia para cada um e perceber a diversidade e simultânea unidade que caracterizam este fenómeno. Pelo caminho, entre recintos, podem ouvir-se podcast onde são abordados, em ambiente de conversa, alguns dos principais temas relacionados com os recintos de fossos alentejanos.

Os recintos de Serpa integram a parte final do percurso Sul, sendo percorridos todos os que já têm geofísica feita (Folha do Ouro 1, Borralhos, Monte da Laje e São Brás 3), a que se

junta o Outeiro Alto 2 que tem a sua planta integral conhecida através de uma intervenção de minimização realizada no âmbito do empreendimento de Alqueva.



Figura 14 – Aspecto da parte final do percurso Sul no mapa disponibilizado no sítio paisagemancestral.pt, com a localização dos recintos e dos podcasts disponíveis e com exemplificação da informação de localização do recinto do Outeiro Alto 2, por onde se poderá ter acesso (ver mais...) a toda a informação disponibilizada sobre o sítio.

5.2. A exposição “Lugares de reunião há 5000 anos: os recintos de fossos pré-históricos em Serpa”

Trata-se de uma exposição que visa apresentar a um público generalista este tipo de sítios nas versões que ocorrem em Serpa, sublinhando algumas das questões relativas à sua investigação, importância patrimonial e salvaguarda.

Está organizada em quatro secções. A primeira oferece um breve enquadramento europeu do fenómeno dos recintos de fossos e procura apresentá-lo como expressão de uma forma de estar no mundo. A segunda apresenta um inventário dos recintos de fossos conhecidos em Serpa, destacando o mais

antigo, o mais complexo e o primeiro a ser identificado, para depois se focar nos particularismos dos recintos lobulados padronizados (bem representados na área). A terceira secção fala da forma como estes sítios são identificados e de como se desenvolve o seu estudo. Finalmente, a quarta secção aborda a questão da preservação dos recintos num contexto de desenvolvimento sustentando, mostrando casos problemáticos e casos de sucesso, e sublinha a importância da sua activação patrimonial.

Esta exposição, promovida pelo município de Serpa e concretizada pela ERA Arqueologia, tem um carácter itinerante, percorrendo várias localidades do concelho, nomeadamente as freguesias onde existem recintos de fossos.

6. Notas Finais

Iniciado em 2010, este programa de investigação orientado para a detecção e conhecimento dos recintos de fossos alentejanos desenvolvido pelo NIA-Era Arqueologia, sempre em diálogo com o projecto dos Perdigões, tem tido uma contribuição relevante para a arqueologia da Pré-História Recente do Sudoeste Peninsular. Neste percurso, já com década e meia, o trabalho desenvolvido em Serpa assume particular destaque, não só pelo que se tem conseguido fazer, mas também pelo potencial revelado por este território para a investigação desta temática específica.

A apresentação que aqui se faz, relativa aos resultados das prospecções geofísicas no Monte da Laje e em São Brás 3, à construção de um projecto de investigação para este último e às iniciativas em curso no âmbito da divulgação e activação patrimonial deste tipo de sítios, marca uma das etapas mais recentes (mas não a única) deste trajecto. Mas, sobretudo, traduz uma orientação e começa a desenhar um caminho, cabendo agora aos protagonistas saber caminhá-lo.

Referências Bibliográficas

- BASÍLIO, A.C.; VALERA, A.C. (2023) – A cronologia dos recintos de Santa Vitória, in: Valera, A.C.; Basílio, A.C. (eds.), *Santa Vitória (Campo Maior, Portalegre. O "primeiro" recinto de fossos*, Era Monográfica 7, Lisboa, NIA-ERA: 123-126.
- BECKER, H.; VALERA, A.C. (2012) – Luz 20 (Mourão, Évora): resultados preliminares da prospecção geofísica (magnetometria de cézio), *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 8: 7-9.
- BECKER, H.; VALERA, A.C.; CASTANHEIRA, P. (2012) – Monte do Olival 1 (Ferreira do Alentejo, Beja): magnetometria de cézio num recinto de fossos do 3º milénio AC, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 8: 11-17.
- LOPES, M.C.; CARVALHO, P.; MELO, S. (1997) – *Arqueologia do Concelho de Serpa*. C. M. Serpa.
- PARREIRA, R. (1983) – O Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa). Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1979 e 1980, *O Arqueólogo Português*, Série IV, 1: 149-168.
- PEREIRO, T.; ALMEIDA, N.; VALERA, A.C. (2021) – O recinto de fossos calcolítico da Herdade do Álamo (São Brissos, Beja), *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 15: 15-36.
- RIBEIRO, A.; RINNE, C.; VALERA, A.C. (2019) – Geomagnetic investigations at Monte da Contenda, Arronches, Portugal - Results from the 2018 campaign, *Journal of Neolithic Archaeology*, 6: 61-73. doi 10.12766/jna.2019.3
- S/A (1977-78), Elementos para um inventário de estações arqueológicas: prospecção e reconhecimento, *Informação Arqueológica*, 1: 16-25.
- SILVA, A.J.M. (1998), *Relatório dos trabalhos de escavação arqueológica efectuados no Alto da Forca (St. Maria, Serpa, Beja) de 14 a 17 de Abril de 1998*, policopiado.
- SOARES, A.M. (1992) – O povoado calcolítico dos Três Moinhos (Baleizão, conc. De Beja). Notícia Preliminar, *Setúbal Arqueológica*, IX-X: 291-314.
- SOARES, A.M. (1994) – Descoberta de um povoado do Neolítico junto à Igreja de S. Jorge (Vila Verde de Ficalho, Serpa). Resultados preliminares, *Vipaça*, 3: 41-49.
- SOARES, A.M.; SÉRGIO, J.R.; MELO, L.; SOARES, S. (2022) – São Brás 3 – um sítio de planície do Neolítico e Calcolítico nos arredores de Serpa (Baixo Alentejo), *comunicação apresentada ao XII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular (Aljaraque, Huelva)*.
- VALERA, A.C. (2012) – Fossos sinuosos na Pré-História Recente do Sul de Portugal: ensaio de análise crítica, *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, Município de Almodôvar: 25-38.
- VALERA, A.C. (2013a) – Recintos de fossos da Pré-História Recente em Portugal. Investigação, discursos, salvaguarda e divulgação, *Almadan*, Segunda Série, 18: 93-110.
- VALERA, A.C. (2013b) – Cronologia absoluta dos fossos 1 e 2 do Porto Torrão e o problema da datação de estruturas negativas tipo fossos, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 9: 7-11.
- VALERA, A.C. (2020a) – Ephemeral and cosmological monumentality: the strange ditched enclosures of Chalcolithic South Portugal, in: A.B. Gebauer; L. Sørensen; A. Teather; A.C. Valera (eds.), *Monumentalising life in the Neolithic. Narratives of change and continuity*, Oxford, Oxbow: 239-250.
- VALERA, A.C. (2020b) – La materialización de la imagen humana en el IV y III milenio A.C. en el sur de Portugal: una mirada a los recintos de perdigões. In: P. Bueno Ramírez, J. Soler Díaz (eds.), *Ídolos. Mirada milenares*, MARQ: 229-244.
- VALERA, A.C. (2024) – Ditched and walled enclosures of Late Prehistory in South Portugal: a brief comparative approach, in: Diniz, M.; Martins, A.; Neves, C.; Arnaud, J. (Coords), *Vila Nova de São Pedro e o Calcolítico no Ocidente Peninsular*, vol. 1, Estudos & Memórias nº 22, UNIARQ-FLUL: 287-301.
- VALERA, A.C.; BASÍLIO, A.C. (2023) – *Santa Vitória (Campo Maior, Portalegre. O "primeiro" recinto de fossos*, Era Monográfica 7, Lisboa, NIA-ERA.
- VALERA, A.C.; BECKER, H. (2011) – Cosmologia e recintos de fossos da Pré-História Recente: resultados da prospecção geofísica em Xancra (Cuba, Beja), *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 7: 25-34.
- VALERA, A.C.; BECKER, H.; BOAVENTURA, R. (2013a) – Moreiros 2 (Arronches, Portalegre): geofísica e cronologia dos recintos interiores, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 9: 37-46.
- VALERA, A.C.; BECKER, H. COSTA, C. (2014a) – Os recintos de fossos Pré-Históricos de Monte da Contenda (Arronches) e Montoito 2 (Redondo), *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 21: 195-216.
- VALERA, A.C.; FILIPE, V. E CABAÇO, N. (2013b) – O recinto de fosso do Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa), *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 9: 21-35.
- VALERA, A.C.; GODINHO, R.; CLAVO, E.; BERREQUERO, F.J.M.; FILIPE, V.; SANTOS, H. (2014b) – Um mundo em negativo: fossos, fossas e hipogeus entre o Neolítico Final e a Idade do Bronze na margem esquerda do Guadiana (Brinches, Serpa), *4º Colóquio de Arqueologia do Alqueva. O plano de rega (2002-2010)*, Memórias d'Odiana, 2ª Série, 14, Edia/DRCALEN: 55-73.
- VALERA, A.C. E PEREIRO, T. (2013) – Novos recintos de fossos no sul de Portugal: o Google Earth como ferramenta de prospecção sistemática, *Arqueologia em Portugal 150 anos, Actas do I congresso*

da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, AAP: 345-350.

VALERA, A.C.; PEREIRO, T. (2015) – Os recintos de fossos da Salvada e Monte das Cabeceiras 2 (Beja, Portugal), *Actas do VII Encontro de Arqueologia Peninsular*, Aroche-Serpa: 316-327.

VALERA, A.C.; PEREIRO, T. (2019) – A geofísica e salvaguarda do património arqueológico em meio rural. Vantagens e quando utilizar: o caso dos recintos de fossos, *Scientia Antiquitatis*, 3(1): 193-205.

VALERA, A.C.; PEREIRO, T. do (2020) – O recinto de fossos pré-Histórico de Borralhos (Serpa): aproximação à sua arquitectura através da prospecção geofísica, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 14: 17-28.

VALERA, A.C.; PEREIRO, T. (2024) – Los recintos prehistoricos del Alentejo, *National Geographic Historia*, Edición Especial: 124-125.

VALERA, A.C.; PEREIRO, T.; VALÉRIO, P.; SOARES, A.M. (2020) – O recinto da Folha do Ouro 1 (Serpa) no contexto dos recintos de fossos calcolíticos alentejanos, *Arqueologia em Portugal / 2020 - Estado da Questão. Actas do 3º Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, AAP: 29-42.

VALERA, A.C., RAMOS, R., CASTANHEIRA, P. (2015) – Os recintos de fossos de Coelheira 2 (Santa Vitória, Beja), *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 10: 33-45.

VALERA, A.C., SIMÃO, I., NUNES, T., PEREIRO, T. DO, COSTA, C. (2017) – Neolithic ditched enclosures in Southern Portugal (4th Millennium BC): new data and new perspectives, *Estudos do Quaternário*, 17: 57-76, <http://www.apeq.pt/ojs/index.php/apeq>

CRONOLOGIA, ESPACIALIDADE E COMPLEXIDADE ARQUITECTÓNICA DOS RECINTOS DE FOSSOS NEOLÍTICOS ALENTEJANOS: UMA REVISÃO A PRETEXTO DO RECINTO DE TRIGO.

António Carlos Valera¹
Tiago do Pereiro²

Resumo:

A partir do magnetograma obtido para o recinto de fossos de Trigo (Portel, Évora), é analisada a complexidade arquitectónica deste recinto, estabelecida a sua cronologia relativa com base em materiais de superfície e é feita a sua contextualização no conjunto de recintos de fossos neolíticos (3400-2900 a.C.) do interior alentejano. É feita uma revisão dos dados cronológicos absolutos e da distribuição espacial destes recintos e desenvolve-se uma análise comparada das suas arquitecturas, dimensões e complexidade, procurando evidenciar alguns aspectos estruturantes destes sítios construções já durante o Neolítico.

Abstract:

Chronology, spatiality and architectonic complexity of Neolithic ditched enclosures in Alentejo: a review under the pretext of the Trigo enclosure.

From the magnetogram obtained for the Trigo ditched enclosure (Portel, Évora), the architectural complexity of this enclosure is analysed, its relative chronology is established based on surface materials and its contextualization is made within the set of Neolithic ditch enclosures (3400-2900 BC) in the Alentejo interior. A review of the absolute chronological data and spatial distribution of these enclosures is carried out and a comparative analysis of their architecture, dimensions and complexity is developed, highlighting some structural aspects of these sites already during the Neolithic.

1. Introdução.

Contemplando grande parte do interior alentejano e as Terras de Barros da Extremadura espanhola, a bacia média do Guadiana apresenta a maior concentração peninsular de recintos de fossos da Pré-História Recente (Valera, 2013a; Hurtado *et al.*, 2024). É também na parte portuguesa deste território que se encontram os mais antigos recintos datados em termos absolutos no Sudoeste peninsular, permitindo abordar, nesta região, questões relacionadas com a emergência deste tipo de contextos, com as suas espacializações e com as suas formas arquitectónicas iniciais e que antecedem o “boom” que se regista no 3º milénio a.C..

Contando já com alguns trabalhos com maior dimensão de síntese (Rodrigues, 2015; Valera *et al.*, 2017; Valera, 2018) e com vários outros sobre intervenções em sítios específicos (Soares, 1994; 1996; Lago, Albergaria, 2001; Valera, Filipe, 2004; Mataloto, Costeira, 2008; Rodrigues, 2008; Valera *et al.*, 2013; Valera *et al.*, 2014a; 2014b; Peace, 2015; Mataloto *et*

al., 2018), esta fase neolítica de construção de recintos de fossos no interior do Alentejo parece inaugurar grande parte das características que se observam nos subseqüentes desenvolvimentos durante o Calcolítico, seja na distribuição espacial e tipo de implantação dos recintos, nas actividades e práticas que lhes estão associadas ou nos níveis de complexidade arquitectónica e de investimento social que foram atingidos. Estes últimos aspectos estão particularmente sublinhados no recente trabalho de levantamento geofísico realizado no recinto de Trigo, o qual, por si só, justifica voltar a centrar a atenção neste período inicial de construção e utilização de recintos de fossos na região, reanalizando alguns dos seus parâmetros.

¹ Era Arqueologia / ICArEHB (antoniovalera@era-arqueologia.pt)

² Era Arqueologia / UNIARQ (tiagodopereiro@era-arqueologia.pt)

2. Os recintos de fossos neolíticos do interior alentejano (Sul de Portugal)

Das cerca de 9 dezenas de recintos de fossos referenciados no interior alentejano, 18 fornecem informação que permite a sua atribuição ao Neolítico, sendo que quatro apresentam prolongamentos durante o Calcolítico, chegando alguns à transição para a Idade do Bronze (final do 3º milénio a.C.). Estes últimos correspondem a grandes recintos, com vários hectares, grande complexidade arquitectónica e contextual e longas diacronias: Perdigueiros, Porto Torrão, Monte da Contenda e São Brás 3 (Valera, 2018; Valera, Filipe, 2004; Santos *et al.*, 2014; Valera *et al.*, 2014a, 2022; Soares *et al.*, 2022). Os restantes são Cortes 1, Horta do Pinheiro 6, Horta Nova 4, Quinta do Estácio 6, Juromenha 1, S. Jorge de Ficalho, Moreiros 2, Fareleira 3, Águas Frias, Paraíso, Malhada das Mimosas, Torrão, Ponte da Azambuja e Trigo. Ou seja, ao inventário publicado em 2017 (Valera *et al.*, 2017), onde já constava o recinto de Trigo (designado por Charneca), apenas se acrescentou S. Brás 3 (pelas suas evidências de superfície). É, pois, com este conjunto de recintos que, de momento, continuamos a contar para poder traçar a temporalidade e a espacialidade dos recintos de fossos durante o Neolítico neste território do sul de Portugal.

2.1. Cronologia

Para a referência cronológica desta fase Neolítica de construção de recintos no interior do Alentejo temos actualmente 40 datações de radiocarbono, mas distribuídas de forma desigual por sete sítios: três terços (29 datas) provêm dos Perdigueiros e o restante terço de Juromenha (4 datas), Moreiros e Monte da Contenda (2 datas cada), S. Jorge de Ficalho, Horta do Pinheiro 5 e Porto Torrão com uma data cada (Anexo 1). Significa isto que, relativamente às datações de recintos neolíticos listadas anteriormente (Valera *et al.*, 2017), se acrescentaram 10 novas datas, mas todas referentes a contextos dos Perdigueiros.

A sua modelação como uma fase (Figura 1) estabelece como limite inicial o intervalo 3446-3366 a.C. e como limite terminal o intervalo 2926-2851 a.C., ou seja, um período genericamente de 500 anos entre 3400 e 2900 a.C., em boa parte coincidente com o espectro cronológico dos hipogeus neolíticos no Alentejo (única série de datações comparável na região), ainda que o início da construção destes esteja referenciado ligeiramente mais cedo (3500-3400 a.C. – Valera, 2020).

2.3. Espacialidade

Relativamente à sua distribuição espacial, 14 dos 18 recintos referenciados situam-se ao longo da bacia do médio Guadiana, estabelecendo uma continuidade com as concentrações de recintos de fossos das Terras de Barros da Extremadura espanhola. Em território português, distribuem-se entre a zona de Campo Maior / Elvas e a zona de Beja / Serpa (Figura 2). Existem, contudo, quatro recintos que se encontram já fora da bacia do Guadiana. Um, Moreiros 2, está já no limite da bacia do Tejo e os outros três, Porto Torrão, Horta do Pinheiro 5 e Horta Nova 4, estão mais a Ocidente, já na bacia do Sado.

Esta área abrangida pelos recintos de fossos neolíticos mantém-se genericamente a mesma durante o Calcolítico, observando-se sobretudo uma densificação dos recintos ao longo do Guadiana e no bordo oriental da bacia do Sado, assim como alguns novos nos limites sul da bacia do Tejo (Figura 2). A grande maioria está, pois, na área correspondente a geologia antiga, dominada por rochas magmáticas intrusivas e rochas metamórficas, com ligeiras extensões para ocidente e norte, bordejando a geologia sedimentar que caracteriza as bacias do Sado e Tejo. Já a sul a fronteira a partir da qual não existem mais recintos conhecidos parece coincidir com a geologia constituinte da faixa piritosa e com uma rarefação dos contextos neolíticos identificados nesta zona.

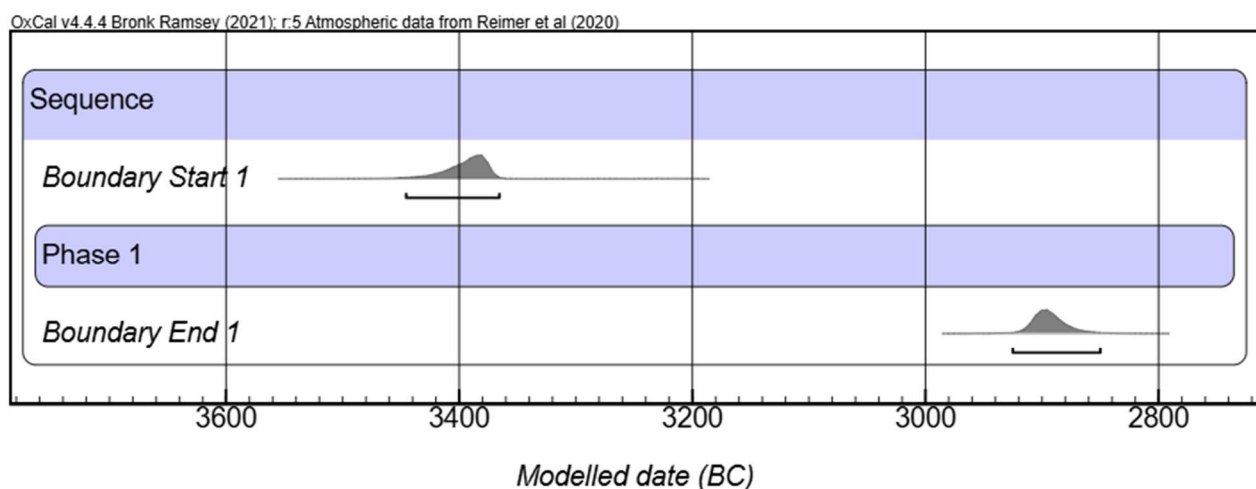


Figura 1 – Datações de radiocarbono para os recintos neolíticos alentejanos modeladas como uma fase.

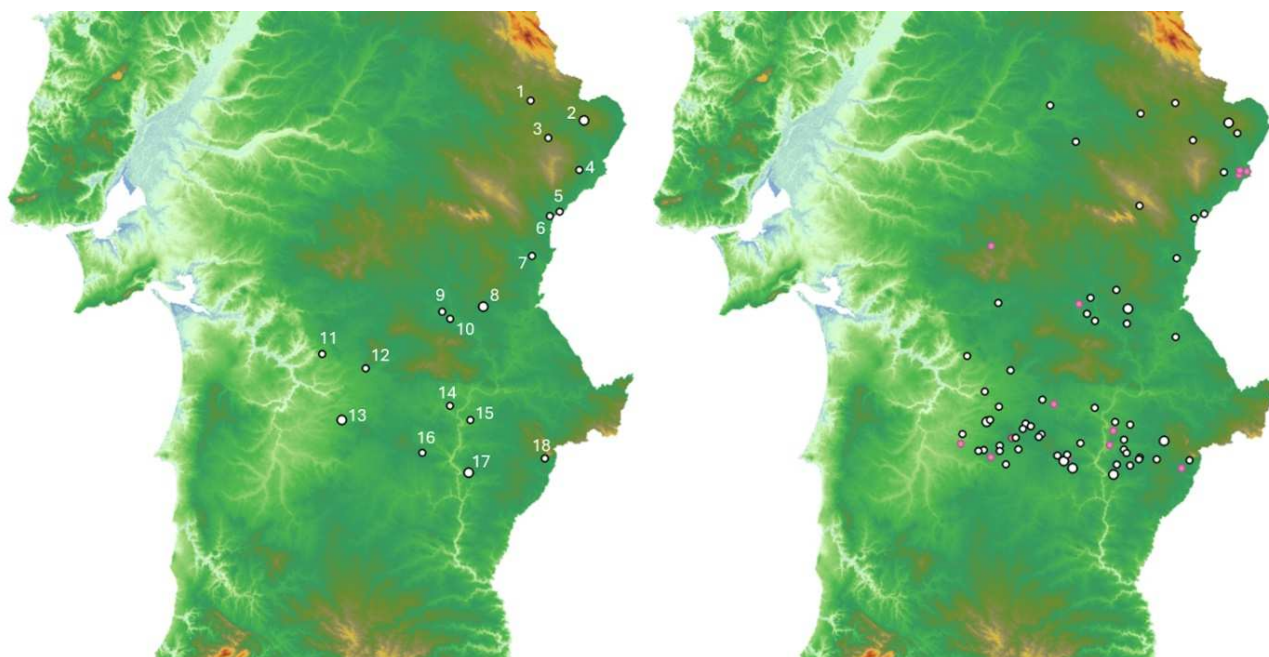


Figura 2 – **Esquerda:** Recintos de fossos neolíticos do interior alentejano. 1-Moreiros 2; 2-Monte da Contenda; 3-Torrão; 4-Paraíso; 5-Juromenha 1; 6-Malhada das Mimosas; 7-Águas Frias; 8-Perdigões; 9-Ponte da Azambuja; 10-Trigo; 11-Horta do Pinheiro 5; 12-Horta Nova 4; 13-Porto Torrão; 14-Fareleira 3; 15-Cortes 1; 16-Estácio 6; 17-São Brás 3; 18-S. Jorge de Ficalho. **Direita:** distribuição de todos os recintos de fossos da Pré-história Recente inventariados no interior alentejano (confirmados a branco e prováveis a rosa).

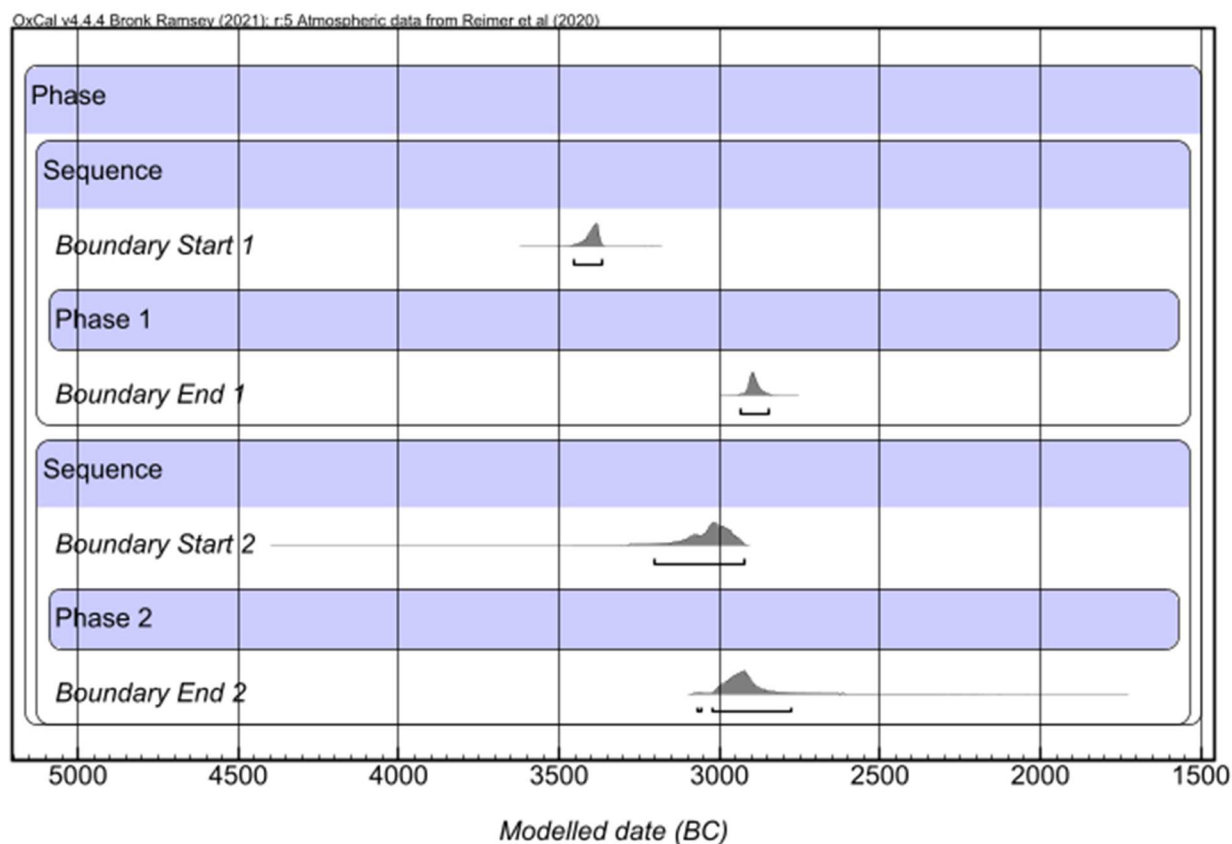


Figura 3 – Datações para recintos neolíticos alentejanos modeladas em duas fases com sobreposição ($A_{\text{model}}=104.8$): Fase 1 - recintos da bacia do Guadiana; Fase 2 – recintos nos bordos das bacias do Sado e Tejo.

É também interessante sublinhar uma circunstância sugerida pela informação actual quando cruzamos esta distribuição espacial dos recintos neolíticos e a cronologia absoluta disponível. Quando modelamos como duas fases as datas para os recintos que se situam na bacia do Guadiana e para os recintos que já estão fora, mais para ocidente na bacia do Sado e mais para norte na bacia do Tejo, verifica-se que, enquanto os primeiros abrangem todo o espectro cronológico (3400-2900 a.C.), os segundos estão concentrados no final desse mesmo espectro, entre 3100-2900 a.C. (Figura 3). É certo que o número das datações para os recintos neolíticos que bordejam as bacias do Sado e Tejo é ainda muito reduzido, com apenas quatro datações para três recintos, e bastante desequilibrado em relação aos recintos da bacia do Guadiana. Contudo, estes dados parecem indicar uma anterioridade da emergência dos recintos de fossos no médio Guadiana e uma posterior extensão para Oeste (Sado) e para Noroeste (Tejo), a qual se reforçaria durante o 3º milénio a.C., como documenta a figura 2. Trata-se de um quadro sugestivo, mas que necessita de ser confirmado ou infirmado através de um significativo reforço do número de datações absolutas por sítio, sobretudo fora da bacia do Guadiana.

Neste contexto espacial e cronológico, o recinto de Trigo pouco teria para acrescentar de momento. Reforça a concentração na bacia do Guadiana e a sua baliza cronológica é genérica, baseada apenas na coerência apresentada pelos materiais recolhidos à superfície, não adiantando nada relativamente às questões levantadas pela cronologia absoluta. Contudo, a obtenção da sua planta integral através de geofísica revelou um recinto de grande dimensão e complexidade, permitindo desenvolver uma série de questões relativas à arquitectura destes recintos, demonstrando mais uma vez o potencial problematizante dos magnetogramas que têm vindo a ser obtidos para os recintos de fossos do Alentejo.

3. O recinto de Trigo

O recinto de fossos de Trigo (CNS-33891), inicialmente designado por Charneca (nome do casal agrícola que lhe fica mais perto), foi detectado em 2012 no Google Earth e depois nas imagens aéreas de 1995 (Figura 4). Logo no ano seguinte foi referenciado numa primeira publicação que dedicámos à identificação de recintos através das imagens satélite disponibilizadas online (Valera, Pereiro, 2013, Fig.4: 4) e, mais tarde, noutra que abordava os recintos de fossos portugueses integráveis no Neolítico (Valera *et al.*, 2017), pois os materiais de superfície já então apontavam para essa cronologia.

O sítio localiza-se administrativamente na freguesia de Monte do Trigo, concelho de Portel, distrito de Évora, com as seguintes coordenadas: 38.401060, -7.684759, 193m. Está implantado no topo aplanado de um discreto interflúvio delimitado a Este pela Ribeira da Azambuja e a Oeste por uma linha de água sua tributária perto da sua foz no rio Degebe a nordeste, integrando uma topografia de relevo ondulante e pouco acentuado. Ainda assim, a visibilidade sobre a paisagem é restrita por um relevo envolvente de cotas ligeiramente mais altas, abrindo-se sobre o Degebe.



Figura 4 – Em cima: recinto de Trigo em fotografia aérea de 1995; em baixo: recinto de Trigo em imagem satélite de 2003.

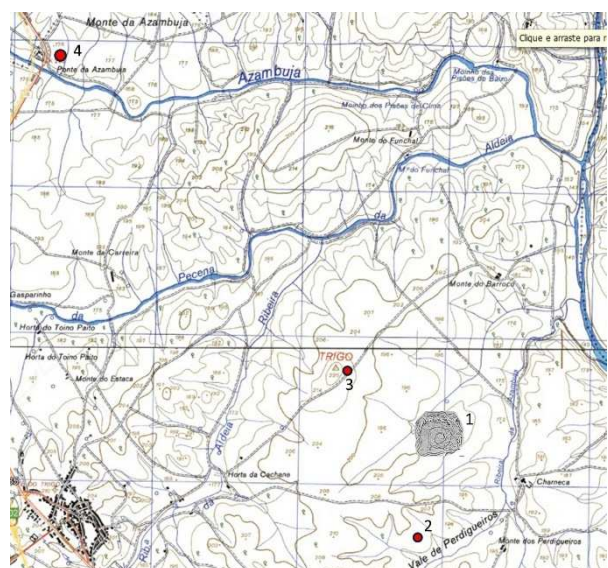


Figura 5 – Localização do recinto de Trigo (1), de uma anta (2), de uma possível estela (3) e do recinto da Ponte da Azambuja (4) na C.M.P., 1:25000, Fls. 472/481.

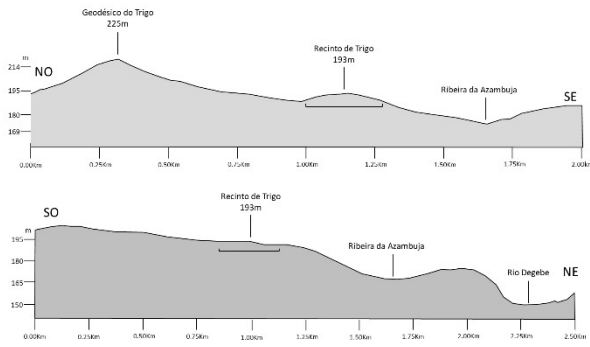


Figura 6 – Perfis topográficos da implantação do recinto de Trigo.

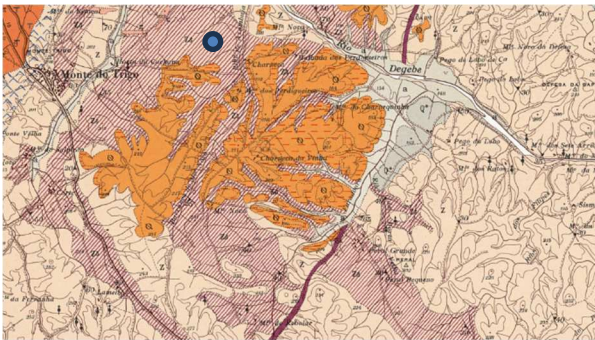


Figura 7 – Localização do recinto de Trigo na C.G.P. 1:50000, fl. 40D.

Do ponto de vista geológico, o sítio está implantado sobre a extremidade Noroeste de uma faixa de rochas verdes xistosas que se prolonga desde a Serra de Portel, mas que imediatamente a Sudeste do sítio é sobreposta por um complexo detrítico, sendo toda esta área envolvida por micaxistos (Figura 7). Esta localização sobre um substrato de rochas verdes poderá ser um dado particularmente importante na interpretação do sítio, já que estamos perante matéria-prima utilizada na produção de utensilagem de pedra polida e à superfície aparecem inúmeras pré-formas, algumas das quais com sinais de afeiçãoamento.

Em 2023, e no âmbito do projecto Paisagens Ancestrais, Terras do Guadiana, Recintos Cerimoniais desenvolvido pelo consórcio ERA Arqueologia, Esporão S.A. e Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz e financiado pelo programa PROMOVE da Fundação La Caixa / BPI / FCT, foi realizada a prospecção geofísica integral do recinto (Valera, 2023a). Nesse mesmo ano, a parte central do magnetograma obtido foi pela primeira vez publicada numa edição especial da National Geographic, mas apenas com carácter ilustrativo de uma pequena nota sintética sobre os recintos de fossos alentejanos (Valera, Pereiro, 2023b). É esse magnetograma que, agora na versão integral (Figura 8), analisamos, interpretamos e contextualizamos no âmbito da expressão dos recintos de fossos neolíticos do Sul de Portugal.

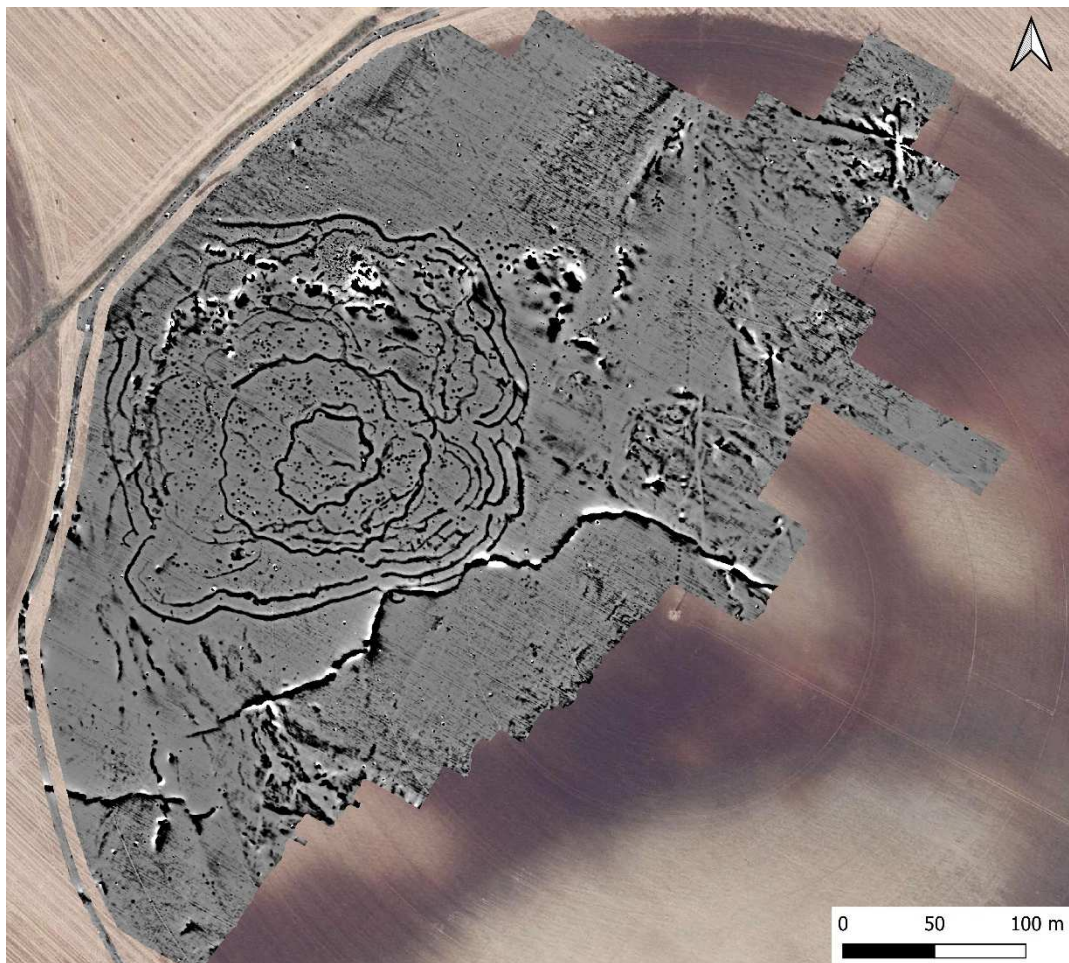


Figura 8 – Magnetograma integral do recinto de Trigo e adjacências.

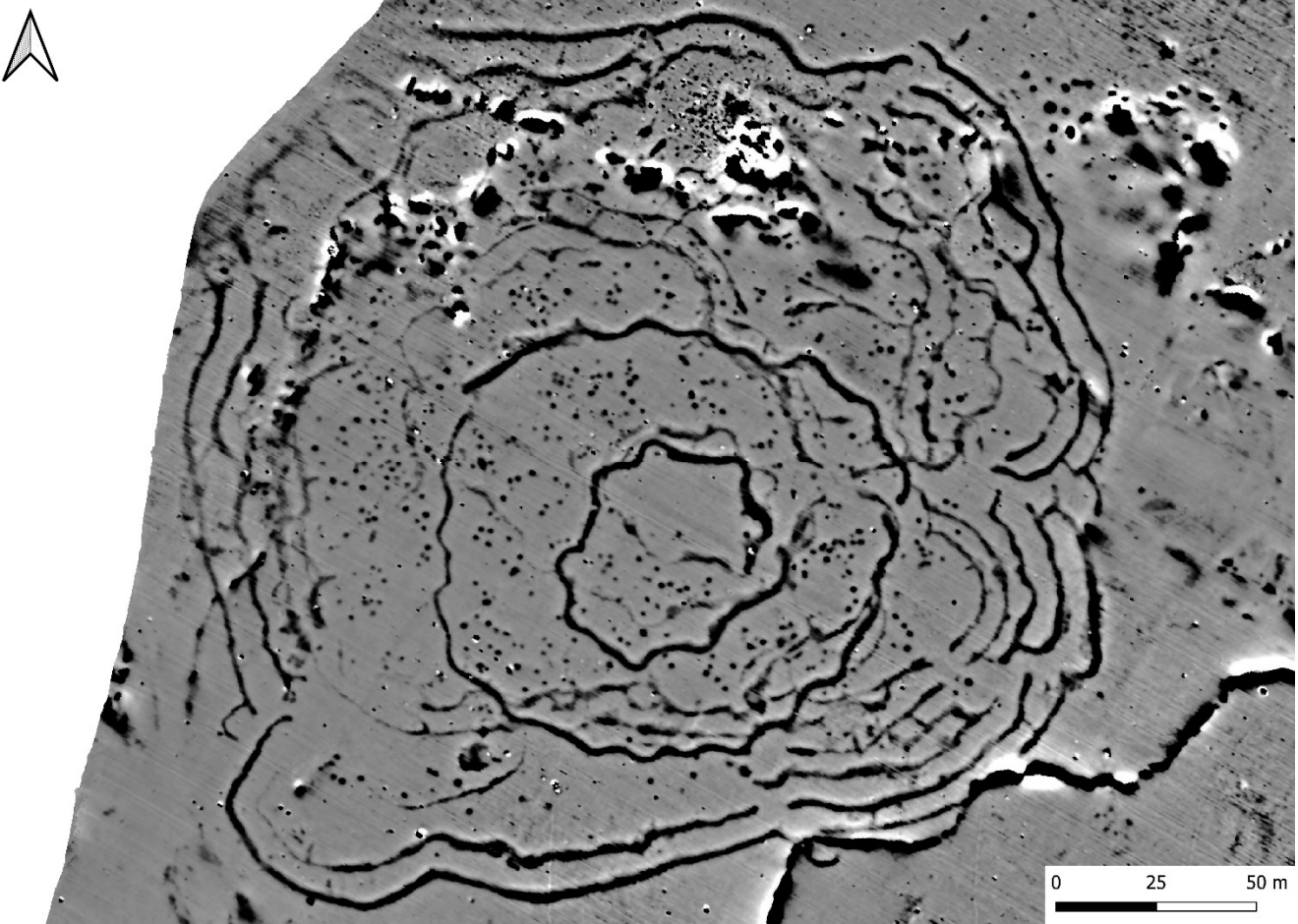


Figura 9 – Magnetograma aproximado ao recinto de Trigo.

Nesta prospecção foi utilizado o equipamento ENSYS MULTICHANNEL CARRIER TYPE F, com 5 sensores de 1m de comprimento, separados por 0,5m. Cada um contém dois sensores verticais (axis fluxgate magnetometers) no topo e na base, fazendo com que os detectores localizados no topo rejeitem a larga escala do magnetismo atmosférico, e isolem pequenas leituras causadas pelas anomalias arqueológicas, podendo detectar anomalias de 0.1nT (nanotesla), sendo que o campo magnético terrestre normalmente apresenta leituras de 40,000nT (o.4 gauss), variando durante o dia. Uma vez que o equipamento tem GPS acoplado, a implantação de uma quadrícula foi dispensada, tendo a prospecção sido realizada por linhas percorridas de forma sucessiva, numa área total de cerca de 10ha. Os dados recolhidos foram depois processados em software específico para as realidades arqueológicas MAGNETO e Geoplot Beta 4.0.

A imagem obtida mostra um recinto de dimensões já bastante consideráveis e de grande complexidade arquitectónica. A área máxima abrangida pelo fosso mais exterior é de 42644m² (4,3ha), apresentando cerca de 260m de comprimento de diâmetro máximo (no sentido SO-NE), correspondendo a um dos maiores recintos do Neolítico do interior alentejano e, em face da informação actualmente disponível, só suplantado pelos Perdigões e eventualmente Monte da Contenda.

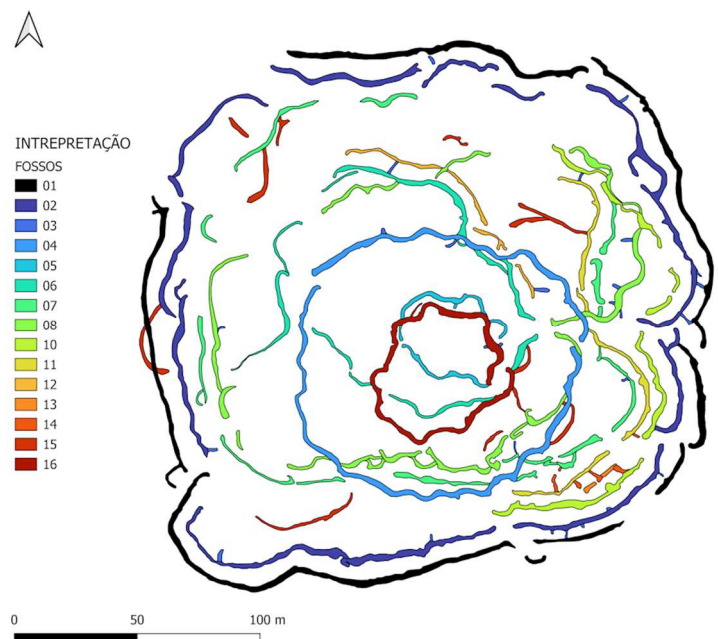


Figura 10 – Interpretação do magnetograma: os fossos.

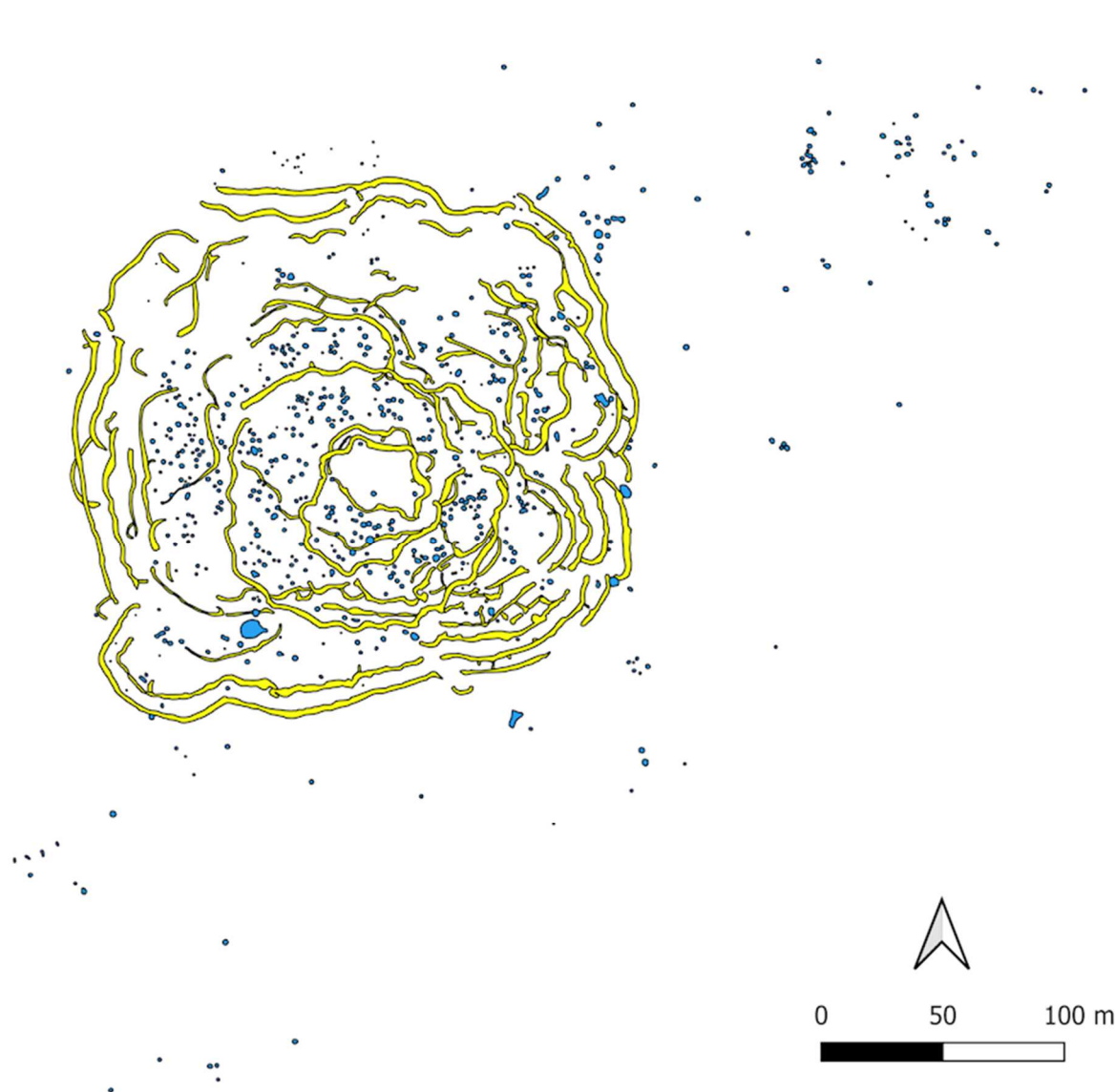


Figura 11 – Interpretação do magnetograma: as fossas.

Tabela 1 – Larguras, perímetros e áreas para os principais fossos do recinto de Trigo tiradas a partir do magnetograma.

Fossos	Largura	Perímetro	Área m2	Área ha
Fosso 1	1.8	794	1105	0.1105
Fosso 2	1.5	741	2082	0.2082
Fosso 3	1.5	381	9855	0.9855
Fosso 16	2	184	35956	3.5956
Fosso 4	0.9	133	42644	4.2644

No interior são identificáveis inúmeros fossos, tendo sido discriminados 16 conjuntos de troços (Figura 10), definindo vários recintos organizados de forma concêntrica. Observam-se várias sobreposições e cruzamentos de fossos, revelando diferentes momentos construtivos, onde se nota, por vezes, o aproveitamento de pré-existências.

Já no que respeita a estruturas negativas de tipo fossa foram identificadas em toda a área prospectada 616 (Figura 11). Destas, 135 foram assinaladas fora dos recintos, 37 a Sul e 98 a Norte/Nordeste. Já pelo interior registaram-se 481. Estas apresentam uma maior concentração nos recintos mais interiores, sendo mais dispersas e em menor número junto aos fossos exteriores. Contudo, e contrariando esta tendência, o recinto central (definido pelo fosso numerado como 5), está praticamente limpo de fossas, onde se registam apenas 3.

Esta área mais central é precisamente uma das que merece uma atenção mais especial. De facto, para além de contrastar na raridade de fossas com as áreas envolventes, o recinto definido pelo Fosso 5 revela também uma interessante relação com Fosso 16, o qual o cruza do lado Oeste e se lhe sobrepõe parcialmente do lado Este (Figura 12C).

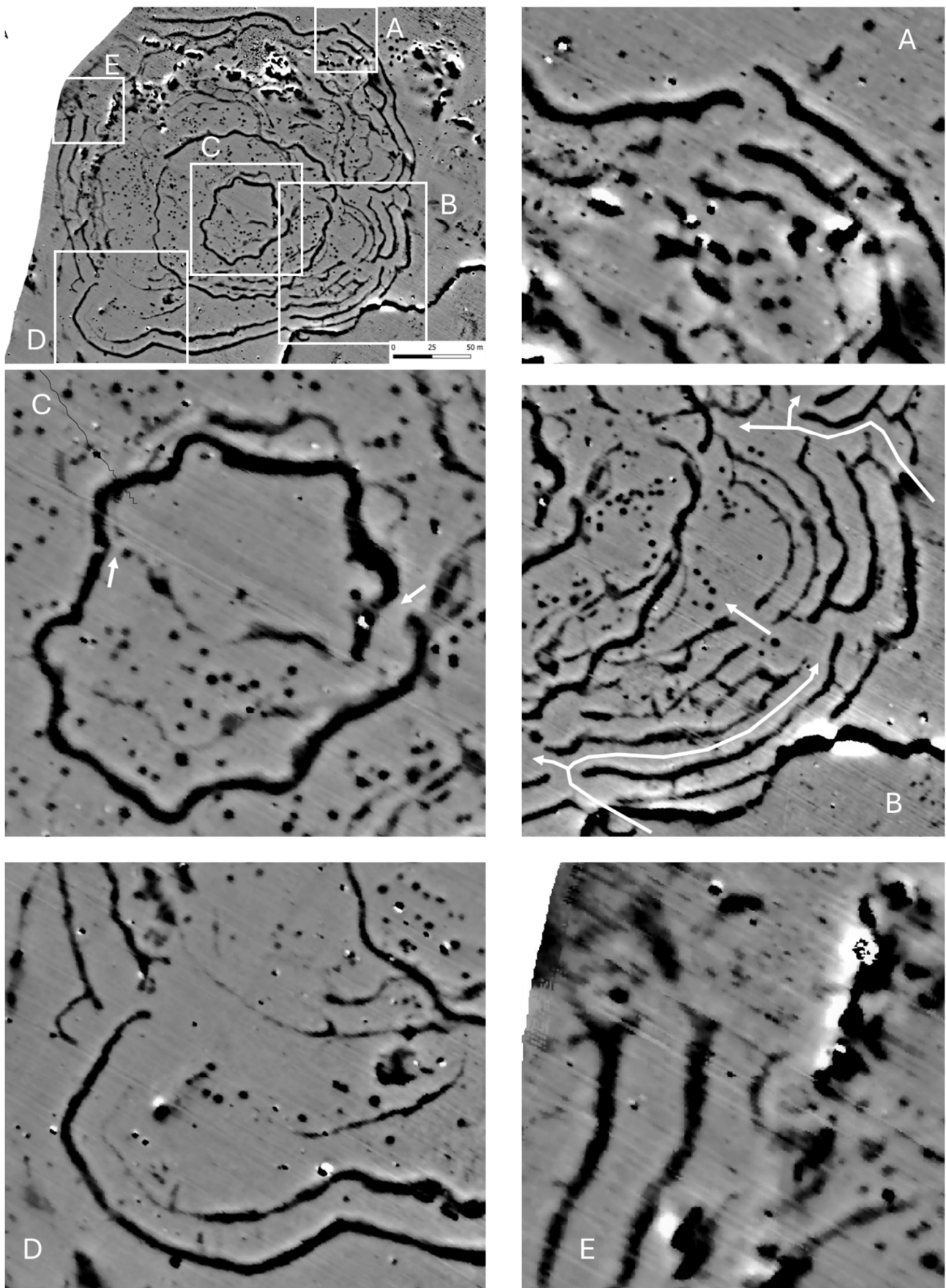


Figura 11 – Detalhes de áreas do magnetograma do recinto de Trigo.

O Fosso 5 apresenta um traçado sinuoso, desenhando sete lóbulos de forma não muito regular, mostrando uma entrada do lado Oeste, a 270° em relação à zona central deste recinto mais interior. Este fosso é cruzado pelo Fosso 16 a norte da entrada, sendo do outro lado por ele sobreposto em parte do seu traçado, numa zona em que o Fosso 16 forma uma entrada em “pinça”. Desta forma, a Norte, o recinto constituído pelo Fosso 16, igualmente lobulado, abarca uma parte substancial do recinto definido pelo Fosso 4, enquanto a Sul se cruza com um outro fosso (Fosso 6). Em aberto fica a questão de o troço sul do Fosso 5 poder continuar em funcionamento entre a entrada e a área de sobreposição do Fosso 16. A ser assim, a conjugação deste troço do Fosso 5 com o traçado do Fosso 16 formaria uma espiral. O facto de a área definida pelo Fosso 5 se ter mantido praticamente sem fossas e de a parte sul da restante área definida pelo Fosso 16 apresentar inúmeras fossas reforça esta possibilidade. Teríamos, assim, uma compartimentação e organização espacial dinâmica nesta área central dos recintos, com recurso a estruturas construídas em diferentes momentos, mas que se articulam nessa organização espacial.

Outra área que de imediato sobressai no magnetograma é do acesso Sudeste, o qual revela uma complexidade sem paralelo nos recintos ibéricos (Figura 11B). Nesta zona existem seis troços de fossos em semicírculo, paralelos e equidistantes, formando corredores entre si. Os semicírculos mais internos são interrompidos a meio, formando um corredor de entrada central, mas com o acesso ao exterior bloqueado pelos dois semicírculos externos. Este corredor está orientado a 120°, ou seja, ao solstício de Inverno (Figura 12).

O acesso do exterior far-se-ia por duas entradas laterais em “pinça” localizadas à direita e à esquerda do fosso exterior. A entrada da esquerda (ligeiramente mascarada pelo sinal de um filão geológico) permite ultrapassar os dois fossos exteriores, virar à direita e percorrer um corredor até chegar ao acesso central, mas possibilita igualmente aceder à zona sul do complexo de recintos. Já a entrada da direita conduz a um corredor lateral aos fossos semicirculares, permitindo o acesso ao centro do recinto (depois bloqueado pelo Fosso 16) ou, virando à direita, às zonas localizadas mais a norte. Não dá acesso, contudo, ao corredor central que tem a orientação solsticial. Isto porque os vários corredores definidos pelos fossos semicirculares se encontram bloqueados por troços de fossos perpendiculares, transformando-os em “becos sem saída”.

Tenha tido este desenho desde o início ou tenha ele resultado de sucessivas adições, a complexidade arquitectónica desta entrada impressiona, criando percursos sinuosos e cheios de possíveis equívocos sem saída, numa espécie de labirinto que contrasta com a maior simplicidade dos outros acessos ao interior deste complexo de recintos.

De facto, o complexo de recintos apresenta outras entradas, nomeadamente a Nordeste (a 27°), a Noroeste (a 302°) e a Sudoeste (a 239°). Todas estas entradas estabelecem alinhamentos com outras entradas de recintos mais interiores, sendo que alguns desses alinhamentos parecem evidenciar orientações significantes (Figura 12).

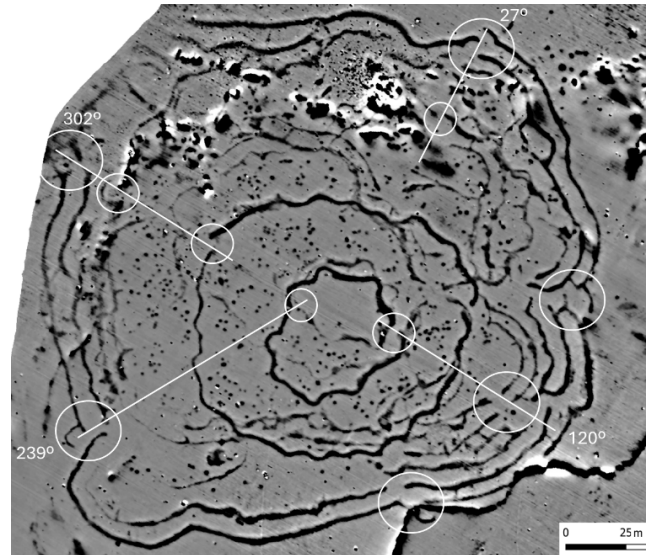


Figura 12 – Acessos exteriores ao complexo de recintos e alguns dos alinhamentos estabelecidos com acessos internos.

A entrada Nordeste, em “pinça”, passa os fossos externos 1 e 2 e encontra-se alinhada com uma interrupção no fosso interno número 10 (Figuras 11A e 12). O acesso, também em “pinça”, localizado a Noroeste nos fossos externos está alinhado com uma entrada do Fosso 7, igualmente em pinça e com uma estrutura circular interna (Figura 11E), e com uma entrada no Fosso 4 (Figura 12). A orientação deste alinhamento de entradas (302°) é coincidente com o solstício de verão ao pôr-do-sol. Finalmente, o acesso Sudoeste corresponde a uma entrada lateral, também em “pinça”, ao grande lóbulos saliente no traçado do fosso externo (Fosso 1) e estabelece um alinhamento com a entrada do recinto mais central (Fosso 5) orientado a 239°, ou seja, pôr-do-sol no solstício de Inverno (Figuras 11D, 12).

Relativamente aos recintos intermédios, apenas o recinto delimitado pelo Fosso 4 se apresenta bem definido na imagem. Trata-se de um fosso sinuoso, com um lobulado suave, com duas entradas (uma a Leste e outra a Oeste), e pelas características que evidencia (largura, definição e equidistância) poderá corresponder a um mesmo momento de construção do Fosso 16, mais interno. Corta, em múltiplos pontos, vários outros fossos de recintos anteriores, cujos traçados completos são mais difíceis de identificar, pois, ou surgem menos marcados no magnetograma, ou são mascarados por perturbações magnéticas de origem geológica. Distinguem-se, ainda assim, troços de fossos duplos paralelos e vários outros cruzamentos, sobreposições, ou pequenos acrescentos laterais, reveladores de grande dinâmica e periodicidade construtiva e de uma organização do espaço interno bastante compartimentada e complexa.

Por último, importa ainda sublinhar a presença de anomalias magnéticas entre o conjunto das fossas definidas que poderão corresponder a possíveis estruturas negativas de tipo hipogeu (Figura 13). Trata-se de anomalias que configuram a presença de uma câmara anexada a um acesso em forma de pequeno corredor ou poço lateral, definindo plantas em tudo semelhantes aos hipogeus neolíticos conhecidos no Alentejo.

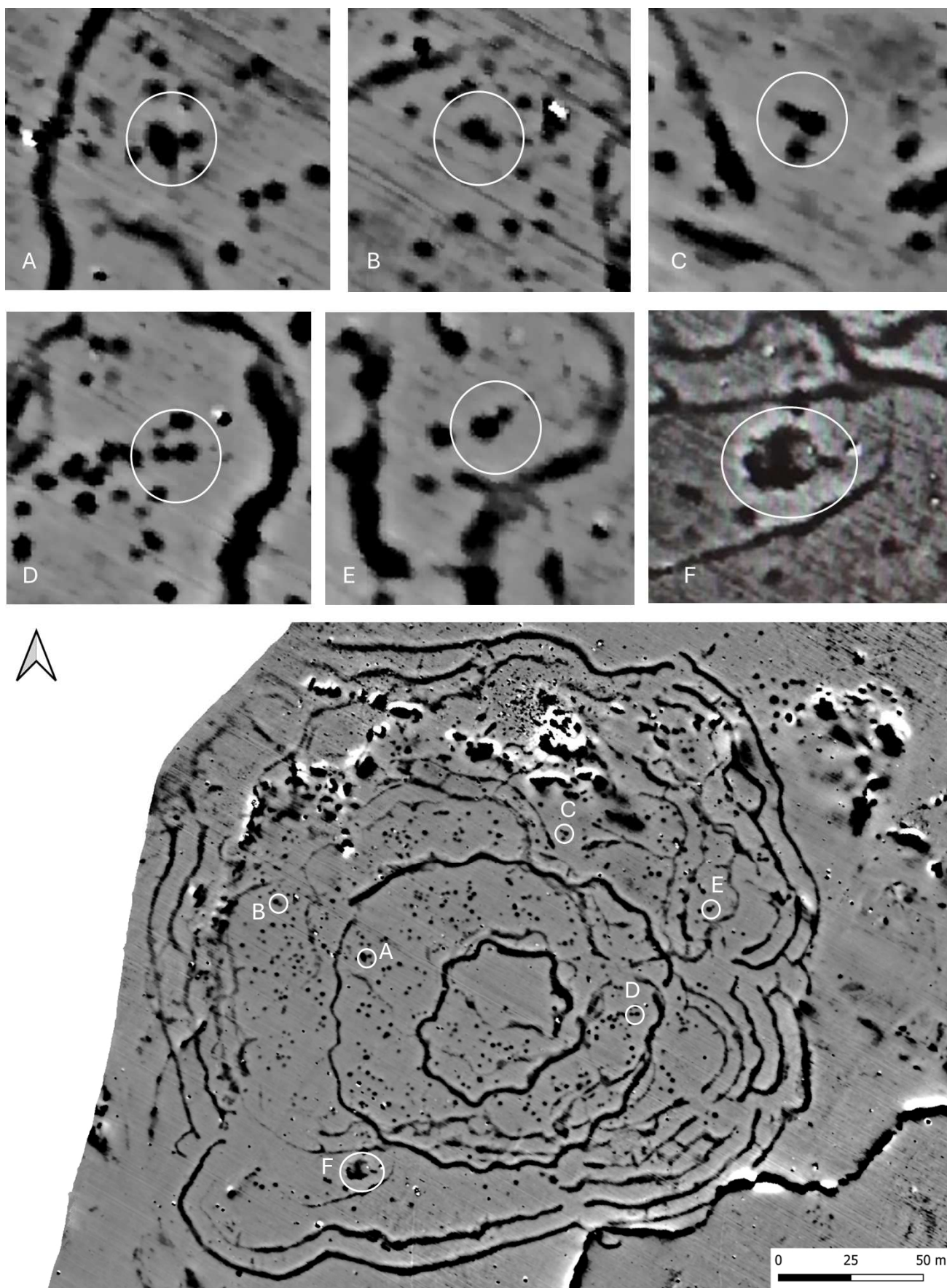


Figura 13 – Anomalias magnéticas que poderão corresponder a estruturas negativas de tipo hipogeu.

Estas estruturas encontram-se distribuídas por vários pontos do interior do complexo de recintos, mas também nos núcleos de fossas exteriores, nomeadamente nos que se situam a Nordeste do recinto.

4. A componente artefactual de superfície.

Durante as prospecções de superfície realizadas para validar a identificação do sítio em imagens aéreas e durante as prospecções geofísicas foi recolhido à superfície um conjunto de materiais arqueológicos, cuja homogeneidade tipológica se enquadra no Neolítico Final do Sul de Portugal (Tabela 2).

Tabela 2 – Materiais de superfície.

Recipientes cerâmicos	Nº	Pega	Decorado
Taças	8		
Taças carenadas	6		1
Fragmentos de carenas	7		
Esféricos / Globulares	12	2	1
Mini vaso	1		
Bordos inclassificáveis	11	2	
Bojo decorado	1		1
Líticos			
Enxós	2		
Machado	1		
Martelo	1		
Movente	1		
Percutores Qz	3		
Núcleo Qz	1		
Lascas Qz	4		
Segmento lâmina Qz	1		
Peça esquirolada QzH	1		
Fauna			
Fragmento de. <i>Pecten maximus</i>	1		
Ossos de fauna	9		

A cerâmica é caracterizada pelo domínio das taças carenadas e fragmentos de carenas, em associação a recipientes esféricos / globulares, por vezes com pegas mamilares junto ao bordo, e taças simples. Note-se a total ausência de pratos. A decoração é rara, estando presente em três peças, duas com incisões e uma terceira com decoração plástica à base de alinhamento de pequenos mamilos.

A indústria lítica está representada por alguns fragmentos de utensílios de pedra polida, percutores e alguma utensilagem e restos de talhe em quartzo.

Recolheu-se também alguma fauna e um fragmento de valva convexa de *Pecten maximus*.

Finalmente, destaque para a presença de várias pré-formas em rochas verdes anfibolíticas (Figura 15: 7), relacionáveis com a geologia local.

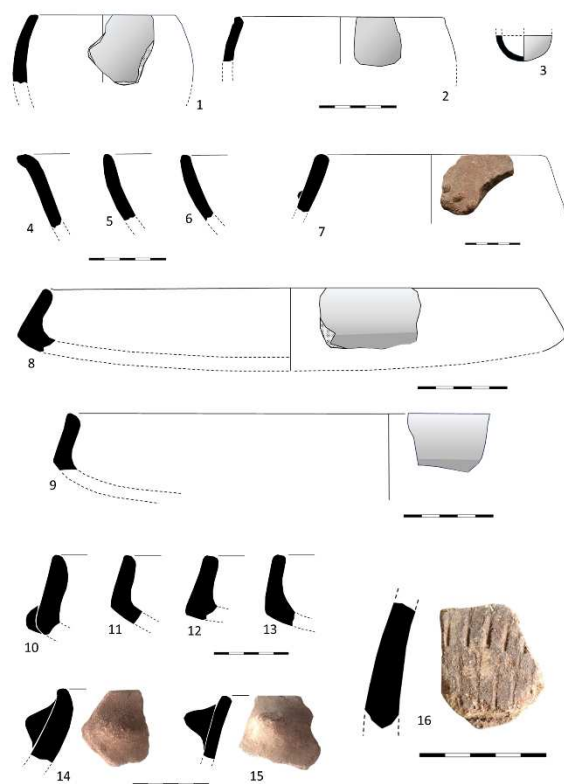


Figura 14 – Fragmentos cerâmicos.



Figura 15 – Indústria lítica.

5. Na periferia do recinto de Trigo

Como cartografado na Figura 5, na periferia do recinto de Trigo existe uma anta e uma possível estela-menir

A anta (Figura 16) situa-se 600m a sul do recinto, com o qual não tem contacto visual directo, pois situa-se para lá da linha de festo que estabelece o horizonte visual de Trigo nessa direcção. Trata-se de um monumento que teria dimensões médias, apresentando ainda três esteios aparentemente *in situ*, um fragmento de outro deslocado e restos de mamoa junto aos esteios.

A estela-menir localiza-se 680m a Oeste do recinto. Trata-se de uma peça em granito, aparentemente afeioada (Figura 17), e que se encontra enterrada na vertente Sudeste de uma elevação onde se situa o marco geodésico de Trigo. Esta elevação caracteriza-se em termos geológicos por afloramentos de pórfiros filoneanos e cobertura detritica das vertentes, pelo que a pedra granítica é inequivocamente exógena a este contexto geológico, estando os granitos mais próximos localizados a mais de 2 km para Noroeste, a norte da povoação de Monte do Trigo.

Esta possível estela-menir encontra-se na vertente da elevação virada ao recinto do Monte do Trigo, a qual constitui um marco destacado no horizonte. Para ela está orientado o alinhamento de entradas a 302° (Figura 12). Tal significa que, para quem está no centro do recinto, o sol põe-se a meio dessa elevação no solstício de Verão. Estas circunstâncias sugerem a existência de uma relação significativa entre o recinto e este marco natural da paisagem (Figura 18).



Figura 16 – Anta 600m a sul do recinto de Trigo.



Figura 17 – Possível estela-menir a 680m do recinto de Trigo.



Figura 18 – Elevação destacada no horizonte Noroeste do recinto de Trigo (identificado a branco). Vista tirada a partir de sul.

Mais distante, mas ainda assim a apenas 3,5km para Noroeste, está o recinto de fossos da Ponte da Azambuja (Rodrigues, 2008; 2015). Trata-se de um recinto de planta e dimensões desconhecidas, mas que tem pelo menos dois fossos e uma componente artefactual que claramente o coloca no Neolítico Final. Ou seja, numa situação de contemporaneidade e eventual simultaneidade com o recinto de Trigo. Uma circunstância que, dada a proximidade espacial, levanta interessantes interrogações relativamente à relação entre estes dois recintos, seja ela sequencial no tempo ou coeva.

Dado o relevo intermédio, não há visibilidade directa entre os dois recintos, mas do topo da elevação onde está o marco geodésico de Trigo pode observar-se a área de implantação do recinto da Ponte da Azambuja que se situa já nos granitos, situação que poderá ter conferido a esta elevação uma outra camada de sentido, funcionando como “intermediário visual” entre os dois sítios.

Finalmente, ainda no campo das relações de proximidade, cabe sublinhar que a distância do recinto de Trigo relativamente ao recinto dos Perdigões, com o qual foi seguramente coevo, também não é muito grande, fixando-se em cerca de 12,5km em linha recta.

6. Contextualizando o recinto de Trigo nas arquitecturas dos recintos de fossos neolíticos alentejanos.

A integração do desenho arquitectónico do recinto de Trigo no contexto dos recintos neolíticos alentejanos encontra-se dificultada pelo facto de 8 dos 18 referenciados não terem plantas integrais ou parciais conhecidas. Acresce que, dos restantes 10, os magnetogramas S. Brás 3 e Monte da Contenda não podem ser ainda utilizados nesta análise. Tal fica a dever-se ao facto de os dados disponíveis revelarem dois complexos de recintos de longa diacronia, mas para os quais não é ainda possível discernir quais os conjuntos de fossos que correspondem à fase neolítica e quais os que datam já do Calcolítico. Ficamos, assim, restritos a 8 recintos para os quais temos plantas integrais ou parciais com extrapolações aceitáveis e cuja informação permite atribuir-lhes uma cronologia neolítica: Juromenha 1, Águas Frias, Moreiros 2, Horta Nova 4, Cortes 1, Perdigões, Torrão e Trigo.

A análise das plantas destes recintos (Figura 19) permite organizá-los em três conjuntos segundo as dimensões máximas e complexidade que atingiram:

- a) Recintos de pequenas dimensões, com um ou dois fossos, com áreas inferiores a 0.25ha e plantas simples, com fossos lineares que definem espaços tendencialmente circulares. Estão neste grupo os recintos de Cortes 1, Horta Nova 4 e Torrão (Figura 19: 1 a 3).
- b) Recintos de médias dimensões, com comprimentos máximos em torno aos 250m e áreas de 2 a 4ha. Têm múltiplos fossos, frequentemente sinuosos, por vezes com carácter duplo. Podendo apresentar plantas com alguma irregularidade e pontualmente traçados angulosos, revelam uma tendência para a

circularidade e concentricidade dos recintos. Os acessos são igualmente múltiplos, com tipologias variadas, mas onde predominam as entradas em “pinça”. Compõem este grupo os recintos de Águas Frias, Juromenha 1, Moreiros 2 e Trigo (Figura 19: 5 a 8).

- c) Finalmente, o recinto dos Perdigões constitui um caso à parte dos restantes pelas dimensões que alcançou, que no máximo terão atingido cerca de 15ha. Apresenta igualmente vários fossos, de tendência circular e concêntrica, mas não apresenta fossos marcadamente sinuosos, nomeadamente com lóbulos bem definidos, como acontece com os recintos do segundo grupo.

Os recintos mais simples e pequenos (Grupo 1) podem dever essa simplicidade e tamanho à antiguidade (caso de Cortes 1, que será dos mais antigos - Valera *et al.*, 2017) ou a temporalidades curtas. Já nos restantes, a multiplicidade de fossos e as sobreposições que se observam em várias situações indicam temporalidades mais longas e processos construtivos periódicos, que se traduzem em áreas maiores, arquitecturas mais complexas e investimentos sociais mais significativos.

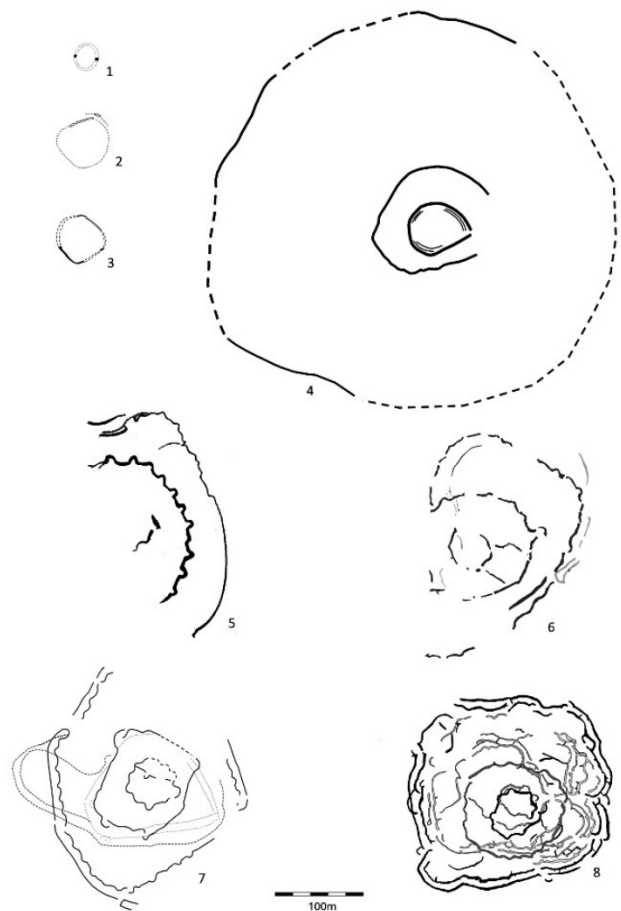


Figura 19 – Plantas para recintos de fossos neolíticos alentejanos: 1 - Cortes 1; 2 – Horta Nova 4; 3 – Torrão; 4 – Perdigões (fase Neolítico Final); 5 – Águas Frias; 6 – Juromenha 1; 7 – Moreiros 2; 8 – Trigo.

Esta diversidade que os recintos alentejanos assumem logo na sua fase neolítica, e que se intensificará durante o 3º milénio a.C., foi precisamente um dos focos da discussão no artigo de 2017 (Valera *et al.*, 2017). Aí foi sublinhada a variabilidade no tamanho dos recintos, no tamanho e números de fossos, no seu desenho e formas de enchimento, na complexidade dos planos, na sua implantação topográfica, no número de estruturas negativas associadas (fossas) e na densidade de materiais.

Esta variabilidade, contudo, não impede o reconhecimento de um conjunto de traços e princípios, que de forma política, são partilhados, nomeadamente ao nível da sua arquitectura e da maneira como esta incorpora a crescente necessidade de formas de expressão monumentais de significativo investimento colectivo.

6.1. Uma arquitectura à base da curva

Aspecto central é a tendência partilhada para a circularidade e concentricidade, de uma arquitectura que procura evitar o ângulo, já notada por Bradley (2012) para a Europa Atlântica.

A existência de uma arquitectura com ângulos na Pré-História peninsular foi recentemente abordada a propósito da cabana rectangular identificada na Senhora da Alegria, Coimbra (Valera *et al.*, 2023). Aí se sublinharam casos pontuais de arquitecturas domésticas ortogonais no Algarve (Castelo Belinho – Gomes, 2009) e na fachada mediterrânica da península, onde são conhecidas plantas rectangulares para contextos do Neolítico Antigo e Medio inicial, em Mas d'Is (Valência), Ca n'Isach, La Draga (Catalunha) e Fuente de Isso (Albacete) (Bernabeu Auban *et al.*, 2003; Tarrus *et al.*, 2016; Campana, 2018; Atienzar, Lopez, 2008) ou, mais tarde, a presença de ângulos formando traçados poligonais no recinto de fossos de Moreiros 2 (Figura 19:7) e nos recintos muralhados calcolíticos de S. Pedro, Porto das Carretas e Pedra do Ouro (Mataloto, 2010; Silva, Soares, 2010; Leisner, Schubart, 1966) ou em estruturas do Outeiro Redondo (Cardoso, 2019). Em estruturas não domésticas, evocava-se a questão do quadrilátero do Cromeleque do Xerez (Gomes, 2000 e o pendor ortogonal das sepulturas do tradicionalmente designado proto-megalitismo,

Porém, apesar de todos estes casos, é inquestionável que a partir de meados do 4º milénio a.C., tanto nas construções funerárias, como nas arquitecturas dos recintos, a curva, o traço ondulante e as aproximações à geometria do círculo, da elipse e outras formas afins se começam a impor e que se tornam preponderantes até ao final do 3º milénio a.C. E se podemos argumentar em favor de uma inequívoca propensão arquitectónica para a circularidade a partir da segunda metade do 4º milénio a.C., parece também claro que ela teve uma temporalidade muito particular, ocorrendo num período bem definido, e que poderemos delimitar genericamente entre 3500 e 2000 a.C.

Durante esse período o predomínio da curva e da arquitectura circular acompanha uma trajectória social específica, caracterizada por vários desenvolvimentos que arrancam de meados do 4º milénio a.C.: um acelerado crescimento

demográfico, o desenvolvimento da interacção de larga escala peninsular e extra peninsular, o consumo de bens exóticos, o incremento de uma economia baseada na agricultura e pastorícia, o desenvolvimento de uma tensão entre formas de organização social tendencialmente igualitárias e desigualdades sociais emergentes, um desenvolvimento do coletivismo funerário, a afirmação de cosmovisões baseadas nos ciclos solares, e uma crescente necessidade de formas de expressão ideológica traduzidas num investimento em monumentalidade e numa diversificada expressão iconográfica. Há, pois, uma coincidência temporal entre estes desenvolvimentos e as construções à base da curva, a qual se esfuma na transição de milénio, quando em todas estas variáveis se verifica igualmente uma situação de profunda transformação (Valera, 2015).

Entendendo que a arquitectura integra, expressa e condiciona os modos de organização social, dificilmente poderemos olhar para as tendências arquitectónicas deste período sem as relacionar e tentar articular com as trajectórias dessas outras variáveis do todo social.

Para ensaiar o estabelecimento dessa relação, nomeadamente para esta fase de arranque neolítica dos recintos de fossos, é importante considerar os seguintes postulados:

- O uso do espaço é prévio à construção e condiciona-a, mas a construção arquitectónica condiciona recursivamente o uso do espaço.

- O uso do espaço, a arquitectura e as formações culturais e identitárias são dimensões informadas por concepções cosmológicas e condicionam-se mutuamente de forma recursiva.

- Não há uma relação directa e linear entre uma organização social e uma organização espacial. Ambas são um produto que emerge das relações estruturantes: a arquitectura enquanto forma de organização espacial, não é um indicador nem um reflexo passivo; é um constituinte que induz e reforça comportamentos, percepções, cosmovisões e que participa na estruturação de qualquer organização social e é por ela informada.

- O que existe são modalidades de produção espacial, que são contingentes: relativas a dinamismos temporais e espaciais e às relações sociais que neles se engendram, gerando sistemas culturais específicos, que se podem constituir como versões de tendências mais vastas.

Assim, sobre a articulação entre estas diversas dimensões foi já várias vezes sublinhada a fundamentação cosmológica da localização e da arquitectura dos recintos de fossos, nomeadamente na vinculação de vários a uma orientação a Este e do alinhamento de entradas aos solstícios e equinócios (Valera, 2008; 2013b; 2020a), aspectos que aparecem já instituídos nos recintos neolíticos dos Perdígões, Paraíso ou agora em Trigo. De igual forma se chamou a atenção para prática de construção segmentada e faseada, em que o produto final de alguns recintos é obtido pela construção

diferida de segmentos, onde não existe um fosso contínuo e onde em alguns casos foi documentado que a abertura do novo segmento foi feita quando o anterior já estava preenchido. Um processo relacionado com as práticas de repetição como factor de coesão, de valorização do processo de construir sobre a construção finalizada e de materialização da própria organização social na forma de construir e na construção, de que são exemplo, para os recintos neolíticos, os fossos mais antigos dos Perdighões, e os de Fareleira 3 (Valera, 2018; 2024).

Na mesma linha de raciocínio, o privilégio da curva e do desenho tendencialmente circular e concêntrico, pode ser questionado nas dimensões mais intangíveis da arquitectura, recorrendo a alguns postulados da Teoria da Forma (Ernest Fisher, 1987), nomeadamente da comparação da linha curva e da linha recta e das suas implicações psicológicas, perceptivas e comportamentais, procurando avaliar o seu potencial heurístico na interpretação desta preponderância.

De acordo com a Teoria da Forma, a linha circular tem a possibilidade de se encontrar com o seu começo de maneira natural, sem momentos de quebra, sem inflexões abruptas e marcantes perceptíveis. É um retorno fluído e permanente. Já a linha recta afasta-se na direcção oposta ao seu começo e apenas a ele pode voltar estabelecendo quebras, rupturas no traçado e no percurso. Estas formas induzem maneiras distintas de perceber e percorrer o espaço, uma marcada pela fluidez e sensação de continuidade e retorno; outra marcada por afastamento ou momentos de ruptura e alteração de direcção.

Por outro lado, a forma circular privilegia um processo de crescimento em anéis concêntricos, o que reforça o sentido de centro. Já as construções ortogonais à base da linha recta estimulam o crescimento linear e lateral, com perda de referência a um centro.

Estas observações, que devem ser entendidas como parte de um modelo teórico e de uma tipificação, remetem para uma dimensão psicológica e uma dimensão metafórica que têm a ver com a maneira como as formas induzem comportamentos e maneiras de experienciar e organizar o espaço e de o articular com concepções cosmológicas e percepções do tempo e não exclusivamente com questões funcionais.

Tal permite a associação da curva e do círculo à ideia de retorno e de permanência através da repetição, a qual se articula bem com o desenvolvimento de uma ideologia baseada no mito, na existência de tempos primordiais a que se volta pela repetição do acto ritual e pelo culto da ancestralidade, onde o ancestral não emerge como um indivíduo concreto, mas como um arquétipo para comportamentos e referência de ordem e estabilidade do colectivo. Por outras palavras, uma cosmologia baseada numa perspectiva cíclica do tempo, seja ela a dos ciclos da natureza, ou a dos ciclos geracionais e sociais, por excelência do plano do colectivo e comunitário, que se expressa e é recursivamente potenciada por um desenho que privilegia a curva, o círculo e a concentricidade. É, pois, interessante sublinhar a coincidência do desenvolvimento desta

arquitectura com a emergência, no interior alentejano, do colectivismo nas práticas funerárias, relacionável com um culto da ancestralidade primordial.

Ao contrário do megalitismo regional, com poucas datações e sobretudo pouca preservação contextual, resultado das suas próprias condições de visibilidade e exposição, os hipogeus que tem vindo a ser intervencionados e datados no Alentejo começam a produzir uma imagem interessante sobre o momento de passagem dos enterramentos individuais e múltiplos (onde predominam as referências individuais e familiares) para os enterramentos colectivos, onde o indivíduo se dilui no grupo e numa referência à ancestralidade (Valera 2020b). Estas datações sugerem que é precisamente no momento em que arranca toda a trajectória acima referido (e a afirmação de uma arquitectura circular) que a tendência colectivista emerge nas práticas funerárias, a qual só começa a dar lugar ao domínio do enterramento individual no final do 3º milénio, quando, na região, o mundo Neolítico/Calcolítico colapsa e com ele a prevalência da arquitectura à base do círculo e da curva.

Na abordagem a esta preponderância que emerge nos recintos neolíticos (portanto historicamente situada, não se tratando de uma universalidade), há potencial heurístico para modelo teórico que associe, à arquitectura circular e concêntrica, uma cosmologia organizada através de um pensamento mítico, uma visão cíclica do tempo e uma expressão ideológica colectivista. Isto por oposição a uma cosmovisão mais destacada do ancestral colectivo, alinhada com uma percepção do tempo mais linear (de afastamento e não regresso a uma origem primordial), mais compatível com concepções individualizantes do ser e das suas possibilidades, mais racionalizadora e destacada do natural, encontrando maior adesão no ortogonal e no linear. Modelo que, por exemplo, se conformará mais com as arquitecturas que se afirmam na Idade do Bronze e Idade do Ferro.

As plausíveis noções de tempo e espaço das comunidades neolíticas do sul de Portugal parecem poder ser teoricamente articuladas com uma arquitectura que privilegia a linha curva e o círculo, onde o centro ganha estatuto axial. Uma visão cíclica do tempo, pautada pela valorização da ancestralidade sustentada num arquétipo primordial, fundamento de uma expressão ideológica ainda essencialmente colectivista (mas em crescente tensão interna), e ao qual simbolicamente se retorna através da repetição de práticas ritualizadas.

Isto articula-se com uma percepção de espaço heterogéneo e qualitativo, onde a noção de centro é valorizada (o qual pode assumir o estatuto de microcosmos) e é reforçada por uma arquitectura circular e concêntrica, por vezes atingida por processos modulares de construção faseada (talvez assumidos expressões metafóricas da organização social) e que materializam esse percorrer curvo de retorno ao início.

Mais do que uma simples coincidência temporal com o arranque e desenvolvimento de uma trajectória social e ideológica específica, esta predominância da curva, do circular e do concêntrico revelará a forma como a arquitectura absorve e induz o espírito dos tempos.

6.2. Uma arquitectura em “processo de monumentalização”

Os recintos de fossos do Alentejo interior evidenciam, logo desde os mais antigos e simples, a procura crescente de formas de expressão ideológica e monumental. Em Cortes 1, o pequeno recinto, com uma área de cerca de 0.04ha e um fosso pouco profundo, mas largo (0.5x3m), integrava no seu interior pelo menos um menir, existindo outros nas imediações (Valera, *et al.*, 2017). Esta associação a menires registou-se igualmente no recinto simples do Torrão e nos mais antigos fossos dos Perdigões, circunstâncias que levaram mesmo a discutir a possibilidade de, nesta região, os recintos de fossos terem a sua génese relacionada com os recintos de menires (*idem*).

A crescente complexificação arquitectónica que se observa nos recintos de Águas Frias, Juromenha 1, Moreiros 2, e que atinge um expoente máximo no recinto de Trigo, acentua essa dimensão simbólica e monumental. Os espaços internos são agora mais compartimentados, permitindo diferenciações e hierarquizações espaciais e gerando percursos interiores mais complexos. As entradas multiplicam-se, com várias orientações (solsticiais no caso de Trigo, equinocial no caso dos Perdigões) e com configurações que aparentam dificultar o acesso (maioritariamente em pinça), mas em Trigo atingem um barroquismo sem paralelo na labiríntica entrada Sudeste, evidenciando a relevância funcional, mas igualmente simbólica, da “porta” enquanto zona de fronteira entre espaços e estatutos. As zonas de fronteira caracterizam-se, precisamente, por uma ambiguidade implícita, sendo por excelência zona de rito, de tabu, de sacralidade, de transformação ou mesmo transubstanciação (Leach, 1992), pelo que, às funções manifestas das entradas (satisfação de necessidades concretas), se associam funções latentes, carregadas de ambiguidades e de pluralidade de sentidos e de agência social (Merton, 1965).

Por outro lado, os fossos tornam-se progressivamente mais largos e mais profundos (1.5x3.2m, 1.9x3m e 1.4x2.8m nos Perdigões; 3x3.5m no Porto Torrão; 1.7x2.5m em Juromenha) sem que uma evidente funcionalidade específica explique o aumento de investimento. Adquirem traçados sinuosos, por vezes com lóbulos semicirculares muito próximos uns dos outros, o que aumenta o trabalho envolvido na sua escavação sem manifestos ganhos funcionais. Traçados duplos, nomeadamente marcando os limites máximos dos recintos, surgem em Moreiros 2 e Trigo, antecipando o que se vai repetir em vários recintos do 3º milénio a.C. (Perdigões, Salvada, Folha do Ouro), e revelando mais investimento em trabalho e recursos. A própria periodicidade construtiva, que no caso dos recintos de fossos parece ser constituída tanto por actividades de colmatação como de abertura de fossos, e que está patente nos cruzamentos e sobreposições evidenciadas nos recintos mais complexos e de maiores dimensões, parece evidenciar a importância social agregadora do trabalho comunitário envolvido nestes empreendimentos. Neste capítulo, o recinto de Trigo destaca-se uma vez mais, evidenciando uma complexidade e uma dinâmica construtiva que só tem paralelo em alguns dos grandes recintos como Perdigões, Monte da Contenda ou São Brás 3.

Em estudo recente sobre o trabalho envolvido na construção dos recintos de fossos alentejanos, calculado a partir das dimensões e perímetros dos fossos, verifica-se que, em termos gerais, existe um crescente investimento até meados do 3º milénio a.C. (Valera, no prelo a). Se os mais antigos apresentam dimensões mais pequenas, rapidamente se passa para a construção de fossos de médias/grandes dimensões no último quartel do 4º milénio a.C., que no caso do maior fosso neolítico dos Perdigões permitiu uma estimativa (de acordo com os critérios estabelecidos no estudo) de concentração de trabalho de 434 pessoas durante um mês (número já significativo face a densidade populacional estimada para a época na Península Ibérica (del-Rio, 2021). O mesmo estudo, contudo, evidencia que para os recintos pequenos e de médias dimensões, esses investimentos seriam bem mais modestos, permitindo que que estes projectos ou dinâmicas construtivas estivessem ao alcance de comunidades mais pequenas. Isto pode ajudar a explicar a rápida proliferação destes recintos, as proximidades espaciais que por vezes evidenciam (lembramos a proximidade de Trigo e Ponte da Azambuja), ou os processos de construção periódica e eventual alternância. Um quadro consistente com níveis de organização social ainda fortemente baseados em laços de solidariedade retributiva e mecanismos cooperativos de mobilização laboral, tornando estes investimentos acessíveis a diferentes níveis de capacidade económica. A exuberância de Trigo poderá, pois, ser sobretudo uma “figura de estilo”.

7. Notas finais

A fase neolítica de construção e uso de recintos de fossos no interior do Alentejo, relativamente bem definida em termos cronológicos, apresenta uma distribuição espacial nuclear na bacia do médio Guadiana, podendo a sua presença na parte leste da bacia do Sado e limite sul da bacia do Tejo se uma extensão a partir daquela área nuclear.

O conjunto de recintos até ao momento conhecido para este espaço e tempo proporciona uma informação ainda muito desequilibrada a vários níveis, mas no geral permite perceber que o fenómeno é caracterizado por uma significativa variabilidade logo desde esta fase inicial, mas onde se encontram igualmente já bem definidas linhas estruturantes que serão continuadas ao longo de todo o seu espectro cronológico de cerca de 1500 anos.

A pretexto da complexidade evidenciada pelo magnetograma obtido para o recinto de Trigo, abordámos duas dessas linhas estruturantes: a forma como estas arquitecturas parecem incorporar princípios cosmológicos nos seus desenhos e na vivência do espaço que induzem e o seu processo de complexificação, monumentalização e crescente investimento social.

No que respeita a estes aspectos das arquitecturas dos recintos de fossos, o 3º milénio a.C., mais do que propriamente inovar, vai sobretudo intensificar, densificar, diversificar e complexificar, permitindo perceber este fenómeno como uma expressão de longa duração de um sistema dinâmico que, regionalmente, se apresenta bem delimitado no tempo, ou seja, que forma um verdadeiro complexo histórico-geográfico.

Anexo 1

Datações absolutas para os recintos de fossos neolíticos alentejanos.

Sítio	Contexto	UnEst	Amostra	Ref. Lab.	Data BP		Bibliografia
Perdigões	Surface	1	Dente de equídeo	FTMC-ML56_1	4516	28	Inédita
	Pit 65	UE368	Osso fauna	DeA-8207	4577	28	Valera et al. 2017
	Pit 48	UE309	Sus sp.	ICA-15T/1016	4680	30	Valera et al. 2017
	Ditch 13b	UE399	Osso fauna	DeA-8206	4518	28	Valera et al. 2017
	Ditch 13a	UE395	Osso fauna	ICA-15B/1252	4310	30	Valera et al. 2017
	Ditch 13c	UE499	Osso fauna	ICA-17B/0101	4410	30	Valera et al. 2017
	Ditch 13C	UE485	Osso fauna	ICA-18B/0354	4400	30	Valera, 2018
	Ditch 14a	UE501	Cervus tibia esquerda	Beta-474678	4460	30	Valera, 2018
	Ditch 14b	UE511	Osso fauna	ICA-17B/0103	4370	30	Valera et al. 2017
	Ditch 14b	UE511	Osso fauna	ICA-18B/0357	4390	30	Valera, 2018
	Ditch 14a	UE501	Osso fauna	ICA-18B/0358	4430	30	Valera, 2018
	Pit 75	UE446	Osso fauna	ICA-18B/0355	4420	30	Valera, 2018
	Pit 33	UE232	Osso fauna	ICA-18B/0356	4380	30	Valera, 2018
	Pit 82	UE510	Osso fauna	ICA-17B/0102	4460	30	Valera et al. 2017
	Ditch 11	UE6	Bos sp.	ICA-15B/1019	4470	30	Valera et al. 2017
	Ditch 12	UE250	Osso fauna	Beta-330092	4530	40	Valera et al. 2014b
	Sanja 1	UE33	Mandibula ovicaprina	Beta-304756	4470	30	Valera et al. 2014b
	Ditch 6	UE175	Osso fauna	Beta-315242	4450	30	Valera et al. 2014b
	Ditch 6	UE107	Osso fauna	Beta-318359	4390	30	Valera et al. 2014b
	Hipogeum 1	UE182	Mandibula Sus scrofa	Beta-304757	4390	30	Valera et al. 2014b
	Hipogeum 1	UE242	Mandibula ovicaprina	ICA-15T/1021	4530	30	Valera et al. 2017
	Ditch 8	UE53	Cervus elaphus	ICA-16B/0921	4310	30	Valera et al. 2017
	Ditch 8	UE37	Sus sp.	ICA-16B/0922	4330	30	Valera et al. 2017
	Ditch 5	UE451	Mandibula ovicaprina	Beta-350352	4390	30	Valera et al. 2014b
	Pit 7	UE114	Falange humana pé	Beta-289265	4430	40	Valera et al. 2014b
	Pit 11	UE76	Falange humana mão	Beta-289263	4370	40	Valera et al. 2014b
	Pit 11	UE77	Osso humano -Petrosa	PSUAMS-1882	4365	25	Olalde et al. 2019
	Pit 11	UE789	Osso Humano - Petrosa	PSUAMS-2692	4310	20	Olalde et al. 2019
	Deposit	UE1325	Osso fauna	KIA-57280	4480	35	Inédita
Juromenha 1	Fosso	Osso fauna	Fauna bone	Wk18487	4538	32	Mataloto, Boaventura, 2009
	Fosso	Osso fauna	Fauna bone	Wk18488	4547	35	
	Fosso	Osso fauna	Fauna bone	Beta-169263	4540	100	
	Fosso	Osso fauna	Fauna bone	Beta-169264	4550	40	
Monte da Contenda	Fosso	Osso fauna	Fauna bone	Wk-38618	4464	29	Valera, Becker, Costa, 2015
	Fosso	Osso fauna	Fauna bone	Wk-38619	4478	29	
Moreiros 2	Fosso	Osso fauna	Fauna bone	Beta-350350	4410	30	Valera, Becker, Boaventura, 2013
	Fosso	Osso fauna	Fauna bone	Beta-350351	4350	30	
Porto Torrão	Fosso 1	Osso fauna	Fauna bone	Sac-2232	4390	50	Valera, 2013
São Jorge Ficalho	Fosso	Osso fauna	Fauna bone	OxA-5443	4540	60	Soares, 1996
Horta do Pinheiro 6	Fosso	Osso fauna	Fauna bone	ICA15B/1022	4370	30	Valera et al., 2017

Referências Bibliográficas

- ATIÉNZAR, G.G.; LÓPEZ, F. (2008) – El yacimiento de Fuente delso y el poblamiento neolítico en el Campo de Hellín (Albacete), *Actas del IV Congreso del Neolítico Peninsular*, 1: 117-125.
- BERNABEU AUBÁN, J.; OROZCO KÖHLER, T.; DÍEZ CASTILLO, A.; GÓMEZ PUCHE, M.; MOLINA HERNÁNDEZ, F. J. (2003) – Mas d'Is (Penàguila, Alicante): Aldeas y recintos monumentales del Neolítico inicial en el Valle del Serpis. *Trabajos de Prehistoria*, 60(2): 39-59.
- BRADLEY, R. (2012) – *The idea of order. The circular archetype in Prehistoric Europe*, Oxford, Oxford University Press.
- CAMPANA, I. (2018) – *Prehistoric house and 3D reconstitution: towards a BIM archaeology*, Tese de doutoramento. Barcelona, Universidad Autonoma de Barcelona. Policopiado.
- CARDOSO, J.L. (2019) – Primeiras evidências de plantas ortogonais no Calcolítico da Estremadura portuguesa: as cabanas do povoado fortificado calcolítico do Outeiro Redondo, Akra Barbarion, 3: 147-155.
- FISHER, E. (1983) – *A necessidade da arte*, [1959], Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- GOMES, M.V. (2000) – Cromeleque do Xerez. A ordenação do caos, *Das Terras do Xerez às novas Terras da Luz*, Memórias d'Odiana – Estudos Arqueológicos do Alqueva, 2: 17-192.
- GOMES, M.V. (2009) – Castelo Belinho (Portimão, Algarve). A mais antiga aldeia do Sudoeste Peninsular (V milénio A.C.), *Arqueologia & História*, 60-61: 119-141.
- HURTADO, V.; ODRIÓZOLA, C.; ASUAR, J.P.; MORENO, J. (2024) – Nuevos recintos fortificados y com fosos en la cuenca media del Guadiana (España), In: M. Diniz, A. Martins, C. Neves, J.M. Arnaud eds., *Vila Nova de São Pedro e o Calcolítico no Ocidente Peninsular*, 1, Estudos & Memórias, Lisboa, Uniarq: 319-339.
- MERTON, R.K. (1965) – *Éléments de théorie et de méthode sociologique* (1957), Plon.
- LAGO, M.; ALBERGARIA, J. (2001) – O Cabeço do Torrão (Elvas): contextos e interpretações prévias de um lugar do Neolítico alentejano, *Era Arqueologia*, 4: 39-62.
- LEACH, E. (1992) – *Cultura e comunicação*, Lisboa, Edições 70.
- LEISNER, V.; SCHUBART, H. (1966) – Die kupferzeitliche Befestigung von Pedra do Ouro, Portugal, *Madriider Mitteilungen*, 7: 9-85.
- MATALOTO, R. (2010) – O 4º e o 3º milénio a.C. no povoado de S. Pedro (Redondo, Alentejo Central): fortificação e povoamento na planície centro alentejana, In: V. Gonçalves, A.C. Sousa (eds.), *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4º e o 3º milénio a.n.e.*, Cascais, CMC: 263-295.
- MATALOTO, R.; COSTEIRA, C. (2008) – O povoado calcolítico do Paraíso (Elvas, Alto Alentejo), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11-2: 5-27.
- PEACE, R. (2015) – *Moreiros 2 (Arronches): as leituras possíveis dos fossos interiores*, dissertação de mestrado apresentada a FLUL, policopiado.
- RODRIGUES, F. (2008) – O recinto de fossos da ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora): primeira notícia, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 2: 49–56.
- RODRIGUES, F. (2015) – *O Sítio da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora) e a emergência dos Recintos de Fossos no SW Peninsular nos finais do 4º milénio A.N.E.*, Dissertação de Doutoramento em Arqueologia entregue a Universidade do Algarve. Policopiado.
- SANTOS, R.; REBELO, P.; NETO, N.; VIEIRA, A.; REBUJE, J.; PEREIRA DE SÁ, A.; CHÉNEY, A.; RODRIGUES, F. E CARVALHO, A.F. (2014) – Intervenção arqueológica em Porto Torrão, Ferreira do Alentejo (2008 – 2010): resultados preliminares e programa de estudos. *Memórias d'Odiana* 14: 74 – 82.
- SILVA, C.T.; SOARES, J. (2010) – O povoado fortificado do Porto das Carretas, In: V. Gonçalves, A.C. Sousa (eds.), *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4º e o 3º milénio a.n.e.*, Cascais, CMC, 225-261.
- SOARES, A.M. (1994) – Descoberta de um povoado do Neolítico junto à Igreja de S. Jorge (Vila Verde de Ficalho, Serpa). Resultados preliminares, *Vipasca*, 3: 41-49.
- SOARES, A. M. (1996) – Datação absoluta da estrutura neolítica junto à Igreja Velha de S. Jorge (Vila Verde de Ficalho, Serpa), *Vipasca*, 5: 51-58.
- SOARES, A.M.; SÉRGIO, J.R.; MELO, L.; SOARES, S. (2022) – São Brás 3 – um sítio de planície do Neolítico e Calcolítico nos arredores de Serpa (Baixo Alentejo), *comunicação apresentada ao XII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular (Aljaraque, Huelva)*.
- TARRUS, J.; ALIAGA, S.; CHINCHILLA, J.; MERCADEL, O. (2016) – Ca n'Isach (Palausaverda): un poblado neolítico (V-IV milenio aC) en la zona dolmenica del Alt Empordà. In: H. Bonet Rosado (Coord.). *Del neolític a l'edat de bronze en el Mediterrani occidental: estudis en homenatge a Bernat Martí Oliver*. Valencia. Diputacion de Valencia: 249-256.
- VALERA, A.C. (2008) – Mapeando o Cosmos. Uma abordagem cognitiva aos recintos da Pré-História Recente, *Era Arqueologia*, 8:112-127.
- VALERA, A.C. (2013a) – Recintos de fossos da Pré-História Recente em Portugal. Investigação, discursos, salvaguarda e divulgação, *Almadan*, 2ª Série, 18: 93-110.
- VALERA, A.C. (2013b) – Breve apontamento sobre a dimensão cosmológica dos recintos de fossos da Pré-História Recente no Interior Alentejano, *Cadernos do Endo-vélico*, 1: 51-63.
- VALERA, A.C. (2015) – Social change in the late 3rd millen-nium BC in Portugal: The twilight of enclosures, In: H. MELLER/R. RISCH/R. JUNG/H. W. ARZ (eds.). *2200 BC – A climatic breakdown as a cause for the collapse of the old world?*. Tagungen des Landes-museums für Vorgeschichte Halle 13,1-2: 409-427.
- VALERA, A.C. ed. (2018) – *Os Perdígões Neolíticos. Gênese e desenvolvimento (de meados do 4º aos inícios do 3º milénio a.C.)*. Perdígões Monográfica, 1, Lisboa, NIA-ERA.
- VALERA, A.C. (2020a) – Ephemeral and cosmological monumentality: the strange ditched enclosures of Chalcolithic South Portugal, in: A.B. Gebauer; L. Sørensen; A. Teather; A.C. Valera (eds.), *Monumentalising life in the Neolithic. Narratives of change and continuity*, Oxford, Oxbow: 239-250.
- VALERA, A.C. (2020b) - Absolute chronology of Vale de Barrancas 1 necropolis and the transition to collective burials in the neolithic of South Portugal, In: A.C. Valera, T. Nunes (eds.), *Vale de Barrancas 1. A necrópole de hipogeus neolítica (Mombaja, Beja)*, Era Monográfica, 4, Lisboa, NIA-Era: 31-43.
- VALERA, A.C. (2024) – Ditched and walled enclosures of Late Prehistory in South Portugal: a brief comparative approach. in DINIZ, M., MARTINS, A., NEVES, C. e ARNAUD, J. (Coords) - *Vila Nova de São Pedro e o Calcolítico no Ocidente Peninsular* - vol. 1, Estudos & Memórias, nº 22, UNIARQ-FLUL: 287-301.
- VALERA, A.C. (no prelo) – Digging for (in)equality? Measuring the social impact of ditched enclosures building in South Portugal.
- VALERA, A.C.; BASÍLIO, A.C.; GORGA, A.; ALMEIDA, N.; FERRAZ, J. (2022) – O grande complexo de recintos de fossos pré-histórico do Monte da Contenda (Arronches): abordagem a partir de distribuições de superfície, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 16: 21-31.
- VALERA, A.C.; BECKER, H.; COSTA, C. (2014a) – Os recintos de Fossos pré-históricos de Monte da Contenda (Arronches) e Montoito 2 (Redondo), *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 21: 195-216.
- VALERA, A.C.; BECKER, H.; BOAVENTURA, R. (2013) – Moreiros 2 (Arronches, Portalegre): geofísica e cronologia dos recintos interiores, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 9: 37-46.
- VALERA, A.C.; FILIPE, I. (2004) – O povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): novos dados e novas problemáticas no contexto da calcolitização do Sudoeste peninsular, *Era Arqueologia*, 6: 28-61.

- VALERA, A.C.; GODINHO, R.; CLAVO, E.; BERREQUERO, F.J.M.; FILIPE, V.; SANTOS, H. (2014b) – Um mundo em negativo: fossos, fossas e hipogeus entre o Neo-lítico Final e a Idade do Bronze na margem esquerda do Guadiana (Brinches, Serpa), *4º Colóquio de Arqueologia do Alqueva. O plano de rega (2002-2010)*, Memórias d'Odiara. 2ª Série, 14, Edia/DRCALEN: 55-73.
- VALERA, A.C.; PEREIRO, T. (2013) – Novos recintos de fossos no sul de Portugal: o Google Earth como ferramenta de prospecção sistemática. *Arqueologia em Portugal 150 anos. Actas do I congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, AAP: 345-350.
- VALERA, A.; PEREIRO, T. (2023) – Os recintos pré-históricos do Alentejo, *Pré-História Ibérica, National Geographic*, Edição Especial História, RBA Revistas: 124-125.
- VALERA, A.C.; RAMOS, R.; PEREIRO, T. (2023) - Uma "casa" sub-retangular em contexto do Neolítico Final na Senhora da Alegria (Almalaguês, Coimbra), *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 17: 9-19.
- VALERA, A.C.; SIMÃO, I.; NUNES, T.; PEREIRO, T.; COSTA, C. (2017) – Neolithic ditched enclosures in Southern Portugal (4th Millennium BC): new data and new perspectives”, *Estudos do Quaternário*, 17:57-76.

NOTÍCIA DA DESCOBERTA DA NECRÓPOLE DA VILLA ROMANA DE NOSSA SENHORA DE TOUREGA

Camila Lacueva¹
Cláudia Maio¹
Sofia Nogueira¹
Lucy Evangelista^{1, 2}
Tiago Nunes¹

Resumo:

Noticia-se a descoberta de uma necrópole romana junto à *Villa* de Nossa Senhora da Tourega, na Herdade do Barrocal, freguesias de Nossa Senhora da Tourega e Nossa Senhora de Guadalupe, concelho e distrito de Évora. O achado deu-se durante o acompanhamento arqueológico da abertura de uma vala para instalação do sistema de rega no âmbito de uma reconversão agrícola. Em consequência, foi realizada uma intervenção arqueológica de emergência, da qual resultou a identificação de quatro sepulturas de inumação que se caracterizam genericamente por valas escavadas no substrato rochoso, estruturadas por *tegulae* e/ou *lateres* cujo espólio associado era constituído por recipientes cerâmicos e em vidro, um numisma e uma peça de adorno. A análise do conjunto artefactual sugere uma cronologia genericamente coeva com a ocupação apontada para a *Villa* romana próxima, do século I ao IV da nossa era.

Abstract:

News of the discovery of the necropolis from the roman villa of Nossa Senhora de Tourega

This article reports the discovery of a Roman necropolis near the Villa de Nossa Senhora da Tourega, located in Herdade do Barrocal, in the parishes of Nossa Senhora da Tourega and Nossa Senhora de Guadalupe, Évora municipality and district. The discovery occurred during archaeological monitoring of a trench excavation for the installation of an irrigation system as part of an agricultural reconversion project. As a result, an emergency archaeological intervention was conducted, leading to the identification of four inhumation graves. These graves are generally characterized by trenches excavated into the bedrock, structured with *tegulae* and/or *lateres*. Associated grave goods include ceramic and glass containers, a coin, and an adornment. The analysis of the artefactual assemblage suggests a chronology broadly contemporary with the occupation of the nearby Roman villa, dating from the 1st to the 4th century CE.

1. Introdução

Com este artigo pretendemos apresentar os resultados preliminares da escavação arqueológica de emergência realizada pela equipa da Era-Arqueologia, S.A. nas proximidades da *Villa* de Nossa Senhora da Tourega, na Herdade do Barrocal, Évora, entre Maio e Junho de 2023. Os trabalhos arqueológicos realizados decorreram no âmbito de uma reconversão agrícola que previa a instalação de dois pivots de rega, abastecidos através de uma ligação à barragem de Nossa Senhora de Tourega. Assim, ao nível da afectação do subsolo, foi necessária a abertura de uma vala para instalação de uma conduta de transporte de água, com cerca de 2km.

Durante o acompanhamento arqueológico destes trabalhos foi identificado um conjunto de estruturas negativas, escavadas nos níveis naturais e delimitadas por *tegulae*, associadas a espólio osteológico humano, que corresponderiam, assim, a pressupostas sepulturas do período romano (provável necrópole da *villa*). Uma vez identificados os contextos funerários, programou-se a escavação de duas áreas de diagnóstico adjacentes ao corte da vala, num total de 13m². A intervenção permitiu identificar cinco estruturas funerárias. Do conjunto, a sepultura 5 não foi intervencionada, uma vez que não viria a ser afectada pelo traçado da vala.

¹Era Arqueologia; ² CIAS Centro de Investigação em Antropologia e Saúde - U. Coimbra, ICArEHB - Centro Interdisciplinar de Arqueologia e Evolução do Comportamento Humano – U. Algarve

Após um breve enquadramento geográfico, proceder-se-á uma descrição individualizada no que se refere ao rito predominante, ao mobiliário fúnebre, bem como às características das sepulturas alvo de intervenção.

2. Enquadramento geográfico

Os trabalhos realizaram-se na Herdade do Barrocal, freguesias de Nossa Senhora da Tourega e Nossa Senhora de Guadalupe, concelho e distrito de Évora, com a sua localização representada nas folhas n.º 459 e 470 da Carta Militar de Portugal, 1:25 000. O acesso ao local é feito através de um desvio de terra batida existente na estrada EN380 que liga Évora a Alcáçovas, perto da ribeira da Peramanca e da barragem de Nossa Senhora da Tourega.

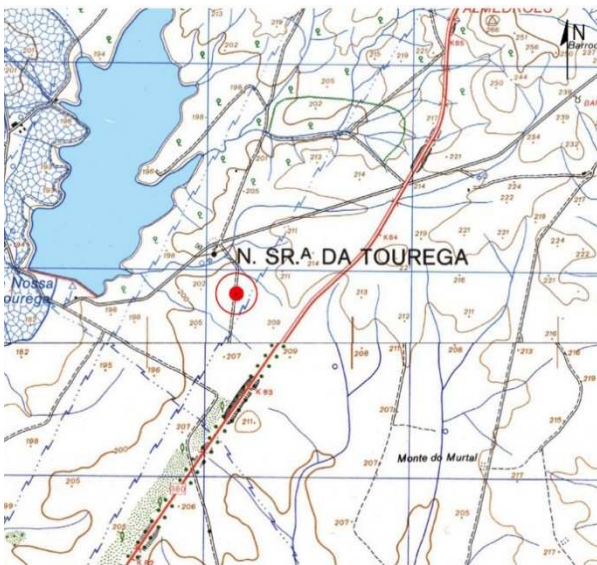


Figura 1 – Localização da intervenção arqueológica em excerto da CMP 1:25 000, Folhas 459 e 470.



Figura 2 – Localização da intervenção arqueológica em imagem de satélite. Localização da *Villa Romana de Nossa Senhora da Tourega* (a laranja).

O local da intervenção é abrangido pela ZEP (Zona Especial de Protecção) da *Villa Romana de Nossa Senhora da Tourega*, de acordo com a Portaria n.º 740-CR/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24 de Dezembro de 2012.

A geomorfologia deste lugar caracteriza-se pela extensa planície ondulada, com elevações pouco pronunciadas. A malha da paisagem é larga, associada a usos extensivos e ao domínio da grande propriedade. A intervenção realizou-se em zona plana, a poucos metros da *villa* mencionada, cerca de 415m em linha recta, para Sudeste, em terreno agrícola (sazonal/sementeira), utilizado também para pastagem.

3. A necrópole

Delimitadas as áreas a intervencionar e considerando já se ter o controlo estratigráfico das mesmas, os trabalhos tiveram início com uma primeira decapagem, realizada com recurso a meios mecânicos ligeiros, até ser atingida a cota provável do topo das referidas estruturas, com o devido cuidado para que estas não fossem afectadas pelos meios utilizados.

A posterior escavação manual permitiu identificar cinco estruturas funerárias, quatro do lado Sul e uma do lado Norte da referida vala. A sepultura 5, apesar de exposta pelo processo de escavação da sondagem, não foi intervencionada por determinação da tutela do património, uma vez que não viria a ser afectada pelo traçado da vala.

Apesar de não ter sido alvo de intervenção, aparenta ter uma cobertura composta por *tegulae*, rematadas por imbrices, sendo estes os únicos elementos visíveis. Foi imediatamente coberta com manta geotêxtil e terra, garantindo assim a sua integridade. A sua presença permite uma chamada de atenção para a expectável continuidade dos presentes contextos funerários para fora dos limites da presente área de intervenção. As restantes sepulturas encontravam-se relativamente bem preservadas, à excepção da sepultura 4, que foi truncada durante a abertura da vala agora realizada. Apenas foi possível intervencionar a sua metade Sul, na qual apenas se identificou um dente humano.

A intervenção revelou, assim, três sepulturas de inumação individual, em bom estado de conservação. No que respeita à arquitectura tumular, o conjunto sepulcral, considerando as cinco sepulturas identificadas, é relativamente heterogéneo, apresentando diferentes soluções no que respeita às coberturas e à presença ou ausência de revestimentos. As semelhanças verificam-se ao nível dos materiais empregues na sua construção, nomeadamente *tegulae* de formato rectangular, com rebordo de secção arredondada, nos lados de maior comprimento e *lateres*/tijoleiras de formato rectangular, com motivo cruciforme digitado.

Genericamente, caracterizam-se por valas abertas no substrato rochoso (granito), estruturadas essencialmente por *tegulae* e/ou *lateres*. As sepulturas identificadas a Sul da vala encontram-se orientadas NW-SE, com um espaçamento de 0,3 a 0,4m entre si. A única sepultura identificada no corte Norte da vala tem uma orientação oposta, sensivelmente SW-NE. Geometricamente apresentam planta rectangular ou

ovalada, com o fundo plano (nivelado), sendo os pavimentos nus, ou seja, o próprio substrato escavado. Relativamente às dimensões, as estruturas são idênticas, com 2m de comprimento máximo e 0,4 a 0,5m de largura, atingindo profundidades compreendidas entre os 0,3 e os 0,5m.



Figura 3 – Perspectiva das sepulturas intervencionadas com as respectivas coberturas.

As sepulturas 1, 2 e 3 continham espólio funerário associado aos indivíduos inumados, preservando a quase totalidade do conjunto, perfis completos. Das três, a sepultura 2 foi a que ofereceu o conjunto mais representativo. A estes conjuntos pertencem recipientes cerâmicos, mas também de vidro e, no caso da sepultura 2, um numisma e uma peça de adorno, precisamente um anel que se encontrava na mão esquerda do indivíduo sepultado.

Quanto à organização e distribuição do espólio funerário, verifica-se que este surge concentrado junto às extremidades e/ou paredes laterais do espaço de inumação.

Os indivíduos inumados encontravam-se em decúbito dorsal, tratando-se de indivíduos adultos, sobre os quais não foi possível reconhecer alterações patológicas. O estado avançado de degradação óssea, como resultado de processos tafonómicos, relacionados com as características do solo como a acidez e a pressão, não permitiu traçar o perfil biológico completo dos esqueletos.

3.1. Sepultura 1

Corresponde a um covacho de planta ovalada, escavado no substrato rochoso, com cobertura exclusivamente constituída por *tegulae* dispostas na horizontal, cujos exemplares apresentam dimensões de 0,54x0,44m – medidas registadas a partir dos exemplares completos – e decoração digitada ao longo de toda a superfície. No elemento colocado mais a NW foi possível observar o negativo de uma pata de canídeo. Orientada NW-SE, a estrutura apresenta 2m de comprimento, 0,5m de largura e 0,4 a 0,5m de profundidade. O fundo é plano e o pavimento nu. No interior foram recuperados recipientes cerâmicos e em vidro, colocados na extremidade SE da sepultura. A estrutura foi parcialmente afectada pela abertura da vala na sua extremidade NW.

O indivíduo inumado apresenta uma representatividade óssea entre 0 e 25%. Apenas foi recuperada parte do membro inferior esquerdo, nomeadamente porção central das diáfises da tíbia e fíbula esquerdas, não sendo possível inferir a posição do esqueleto. Não obstante, o facto de estes elementos ósseos se encontrarem paralelos entre si e junto da parede nordeste da sepultura, poderá indicar que o indivíduo foi colocado em decúbito dorsal, com os membros inferiores em extensão.

Dada a dimensão da estrutura, acredita-se que o indivíduo deveria ser adulto, não tendo sido possível determinar o intervalo etário. O sexo é indeterminado, uma vez que não se preservaram elementos discriminantes para este parâmetro. O elevado estado de degradação óssea, causado pelas alterações tafonómicas, poderá ter camuflado possíveis lesões patológicas.



Figura 4 – Sepultura 1.

3.2. Sepultura 2

A sepultura 2 apresenta planta rectangular, com 2m de comprimento, 0,5 a 0,6m de largura e 0,4 a 0,5m de profundidade. A cobertura é exclusivamente composta por *tegulae*, muito fragmentadas devido ao seu desabamento. Alguns destes elementos apresentam decoração digitada ao longo da superfície. Possui revestimento lateral (Oeste) estruturado por *tegulae* e *lateres*, alguns com marca digitada com motivo cruciforme em linha simples ou dupla. Exibe um fundo plano, de planta rectangular, com os cantos ligeiramente arredondados, e o pavimento nu. A presença de pregos dispostos em redor do indivíduo poderá indicar uma outra estrutura, de material mais perecível, possivelmente do tipo caixão. Orientada NW-SE, a estrutura foi parcialmente afectada pela vala a NW, junto à cabeceira.

No seu interior foi identificado um esqueleto incompleto sem porção distal dos membros inferiores. O indivíduo encontra-se em decúbito dorsal, com o crânio ligeiramente voltado para a direita. O membro superior direito está fletido sobre o tórax e o esquerdo fletido sobre o abdómen. Os membros inferiores encontram-se em extensão. Trata-se de um indivíduo adulto, possivelmente jovem ou de meia-idade, dado o baixo grau de desgaste dentário, o qual varia entre 0 e 3, sendo a média de 0,7.



Figura 5 – Sepultura 2.

A apófise mastoide foi a única região anatómica discriminante para o sexo que se preservou. Esta exibe uma morfologia feminina. Não obstante, não é possível determinar o sexo com base em apenas um carácter. A fragmentação está também

presente nas peças dentárias, o que inviabilizou a classificação de algumas frações de coroas. Das que se observaram, não foram registadas patologias orais. Do mesmo modo, não foram observadas alterações patológicas no restante esqueleto.

Na mão esquerda do indivíduo encontrava-se um anel. Foram ainda recolhidos recipientes cerâmicos, em vidro e um numisma. O mobiliário funerário apresentava-se em dois conjuntos, um localizado a NW, junto à cabeceira e encostado à parede Oeste; outro na metade inferior da sepultura, junto à parede Este.

3.3. Sepultura 3

De planta rectangular, foi escavada no substrato rochoso e estruturada lateralmente por *lateres* apoiados no lado de maior comprimento. A cobertura em duas águas é composta também por *lateres*, com alguns fragmentos de menor dimensão em resultado da afectação da mesma. Alguns elementos da cobertura apresentam decoração cruciforme, com digitação simples ou dupla. Foi possível identificar um exemplar com negativos de patas de suíno. O fundo da estrutura é nivelado, de plano rectangular e o pavimento nu. Orientada SW-NE, apresenta 1,7m de comprimento, 0,37m de largura (a partir do interior da caixa) e 0,3m de profundidade.



Figura 6 – Sepultura 3.

O enterramento apresenta mau estado de preservação e tem 50 a 75% do esqueleto representado. Está em decúbito dorsal, com os membros superiores fletidos (o esquerdo sobre o tórax e o direito sobre o abdómen) e os membros inferiores

em extensão. A perna direita está ligeiramente rodada para a direita, com a fíbula por baixo da tíbia. Trata-se de um indivíduo adulto, para o qual não foi possível estimar o intervalo etário. A abertura da chanfradura ciática dos ilíacos mostra uma forma feminina – segundo o método proposto por Ferembach e colaboradores (1980). Contudo, não é possível inferir sobre o sexo com base nestas escassas informações. A nível ósseo, mais uma vez não se registam alterações patológicas, dado o elevado nível de deterioração óssea. Ao indivíduo sepultado estavam associados recipientes cerâmicos e em vidro, posicionados na extremidade SE, junto à parede Este da estrutura funerária.

3.4. Sepultura 4

Caracteriza-se por uma vala simples de planta ovalada, escavada no substrato rochoso, sem cobertura conservada. Orientada NW-SE, a estrutura foi cortada pela abertura da vala na sua metade Norte, sendo, por isso, impossível determinar o seu comprimento máximo. Apresenta 0,4m de largura e 0,3m de profundidade. Não foi detectado espólio funerário.



Figura 7 – Sepultura 4.

3.5. Sepultura 5

Apesar de não ter sido alvo de intervenção, aparenta ter uma cobertura de duas águas, formada por *tegulae* rematadas por imbrices, sendo estes os únicos elementos visíveis. Com orientação NW-SE, estende-se num comprimento de 2m.



Figura 8 – Sepultura 5.

4. Espólio funerário

Das quatro sepulturas intervencionadas, três continham mobiliário funerário associado aos indivíduos inumados. A sepultura 2 foi a que ofereceu o espólio mais representativo. Ao conjunto pertencem recipientes cerâmicos, mas também de vidro, um numisma e uma peça de adorno. As peças cerâmicas encontram-se em bom estado de conservação, preservando, na sua maioria, perfis completos.

Os púcaros, as bilhas, os potes, os pratos e as lucernas são formas assíduas nos enterramentos deste período, estando as bilhas entre as formas mais representadas na categoria de cerâmica comum (Rolo, 2018: 213). No presente contexto encontram-se igualmente bem documentadas, assim como as lucernas, particularmente numerosas nos enterramentos em contextos rurais alentejanos (Frade & Caetano, 2004: 337). No que diz respeito às cerâmicas finas, a amostra de *Terra Sigillata* é menos expressiva no conjunto exumado. Os vidros também são recorrentes nos contextos mencionados e apresentam-se aqui sob as formas de unguentário e copo. Os metais constituem a categoria com menor representação em termos percentuais, contando o conjunto com um numisma. Foi também recuperado um anel que se encontrava na mão esquerda do indivíduo inumado na sepultura 2.

Quanto à organização e distribuição do espólio funerário, verifica-se que este surge concentrado junto à cabeceira ou aos pés do defunto e/ou às paredes laterais do espaço de inumação.

4.1. Sepultura 1

Pote em cerâmica comum (n.º 1) – Pote de bojo carenado, de perfil troncocónico invertido. Bordo em forma de aba, horizontal. Base plana.

Dimensões: $\varnothing$ de abertura de 10,05cm; $\varnothing$ do interior do bordo 8,05cm; altura de 11cm; $\varnothing$ de base de 5,05cm.

Tipologia e paralelos: Forma 2-k de Nolen (1985: 122).

Cronologia proposta: século I – III d.C. (Nolen, 1995-1997: 374).

Lucerna (n.º 2) – Lucerna de disco côncavo, delimitado por dupla moldura, incompleto. Fundo externo côncavo, delimitado por linha circular. Bico circular. A peça apresenta a zona do bico queimada, sugerindo a respectiva utilização na sua função primária.

Dimensões: $\varnothing$ de disco 7,05cm; $\varnothing$ de fundo de 4,05cm; altura de 3cm.

Tipologia e paralelos: indeterminado

Cronologia proposta: século II a inícios do III d.C. (Morillo Cerdán e Rodríguez Martín, 2008: 296).

Jarro em cerâmica comum (n.º 3) – Jarro de bordo boleado voltado para o exterior e colo alto. Corpo globular e base plana. A ausência da asa na peça poderá ter resultado do facto de esta se encontrar já fragmentada e, por esse motivo, sem serventia noutro contexto.

Dimensões: $\varnothing$ de abertura de 5,05cm; $\varnothing$ de base de 4cm; altura de 11cm.

Tipologia e paralelos: necrópole romana do Porto dos Cacos (Monteiro, 2012: figura 98, PC 3619).
Cronologia proposta: século IV-V d.C. com base nos paralelos estabelecidos com a peça de Porto dos Cacos.

Unguentário de vidro (n.º 4) – Unguentário de vidro. Base esférica. Colo cilíndrico, incompleto.
Dimensões: $\varnothing$ de bojo c. de 4cm; comprimento do colo de 3,05cm.
Tipologia e paralelos: Forma Isings 82 a1(?)
Cronologia proposta: Finais do século I/inícios II – século III d.C. com base na tipologia de Isings (1957).

Vidro (n.º 5) – Peça muito fragmentada. Poderá corresponder à forma de um copo.
Dimensões: indeterminado
Tipologia e paralelos: indeterminado
Cronologia proposta: indeterminado

Vidro (n.º 6) – Peça muito fragmentada.
Dimensões: indeterminado
Tipologia e paralelos: indeterminado
Cronologia proposta: indeterminado

Taça em T.S. (n.º 7) – Taça hemisférica, de bordo largo e pé de pequenas dimensões.
Dimensões: $\varnothing$ de abertura de 15,02cm; $\varnothing$ de base de 5,07cm; altura de 4cm.
Tipologia e paralelos: Forma 44 de Hayes (Hayes, 1972: 61-62).
Cronologia proposta: Entre 220/240 a finais do século III d.C. (Hayes, 1972: 62).

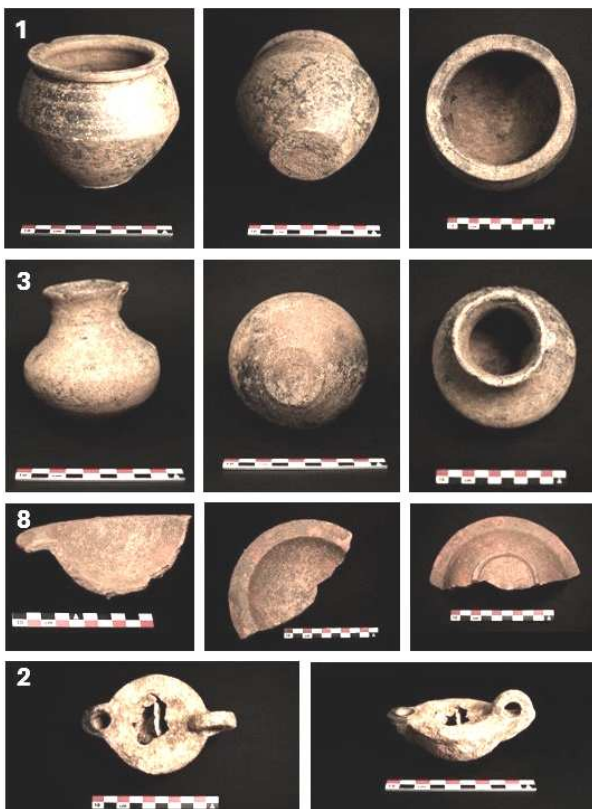


Figura 9 – Espólio funerário da sepultura 1.



Figura 10 – Unguentário em vidro, proveniente da sepultura 1 (n.º 4).

4.2. Sepultura 2

Prato em cerâmica comum (n.º 12) – Prato liso, de paredes ligeiramente arqueadas. Bordo biselado, de extremo arredondado, espessado e voltado para o interior. Base plana.
Dimensões: $\varnothing$ de abertura de 15,05cm; $\varnothing$ de base de 10cm; altura de 4,05cm.
Tipologia e paralelos: Forma 3-a de Nolen(?) para cerâmica comum.
Cronologia proposta: indeterminado.

Prato em T.S. (n.º 13) – Prato liso, de bordo simples e extremidade arredondada, voltada para o interior. Paredes ligeiramente arqueadas. Base plana.
Dimensões: $\varnothing$ de abertura de 19cm; $\varnothing$ de base de 13cm; altura de 4cm.
Tipologia e paralelos: Forma 50-B de Hayes(?)
Cronologia proposta: 250 d.C. - 350 d.C. (Hayes, 1972).

Bilha em cerâmica comum (n.º 14) – Bilha de colo curto e estrangulado. Perfil sensivelmente elipsoidal, com caneluras horizontais, uma no arranque do bojo e outra a metade da pança. Bordo direito, de extremo arredondado. Possui uma asa de fita simétrica que liga zona superior do ombro e limite inferior do bordo.
Dimensões: $\varnothing$ de abertura de 4cm; $\varnothing$ do interior do bordo de 2cm; $\varnothing$ de base de 7cm; altura de 18cm.
Tipologia e paralelos: Forma 1-a de Nolen (1985: 44-45) ou Forma 3-b de Nolen (1985: 50).
Cronologia proposta: segunda metade do século I – meados do II d.C. (Nolen, 1995-1997: 367-368).

Púcaro em cerâmica comum (n.º 15) – Púcaro de bojo largo e carena arredondada, com bordo arqueado voltado para o exterior. Possui duas asas de fita simétrica que ligam zona da carena ao limite inferior do bordo. Apresenta canelura horizontal ao nível inferior interno das asas. Base plana, com ligeira saliência ao centro, visível do lado externo.

Dimensões: $\varnothing$ de abertura de 7cm; $\varnothing$ do interior do bordo de 5,05cm; $\varnothing$ de base de 3cm; altura de 10cm.
Tipologia e paralelos: Forma 2-f de Nolen (1985: 71-72)(?).
Cronologia proposta: (Nolen, 1995-1997: 370).

Pote em cerâmica comum (n.º 16) – Pote de bojo ovóide, bordo em aba horizontal, voltado para o exterior.
Dimensões: $\varnothing$ de abertura de 10cm; $\varnothing$ do interior do bordo de 8,05cm; $\varnothing$ de base e altura indeterminados.
Tipologia e paralelos: Forma 2-f de Nolen (1985: 121).
Cronologia proposta: século II – meados do III d.C. (Nolen, 1995-1997: 374).



Figura 11 – Espólio funerário da sepultura 2.

Lucerna (n.º 17) – Peça muito fragmentada.
Dimensões: indeterminado
Tipologia e paralelos: indeterminado
Cronologia proposta: indeterminado

Prato/taça (n.º 18) – Peça fragmentada
Dimensões: indeterminado
Tipologia e paralelos: indeterminado
Cronologia proposta: indeterminado

Numisma (n.º 19) – Liga de cobre, cunhagem do Imperador Alexandre Severo.

Dimensões: $\varnothing$ 3cm

Tipologia e paralelos:

Cronologia proposta: 222 d.C. – 235 d.C.

Anel (n.º 20) – Liga de prata(?) – peça fragmentada

Dimensões: $\varnothing$ de 2cm.

Tipologia e paralelos: indeterminado.

Cronologia proposta: indeterminado.

4.3. Sepultura 3

Prato em cerâmica comum (n.º 22) – Bordo de extremo boleado, voltado para o interior. Parede envasada. Base plana.

Dimensões: $\varnothing$ de abertura de 15,05cm; $\varnothing$ do interior do bordo de 14cm; $\varnothing$ de base de 10cm; altura de 4,05cm.

Tipologia e paralelos: Forma 3-a de Nolen (1985: 84); Padrãozinho (Rolo, 2018, Estampa 114: PDZ.cc.014).

Cronologia proposta: meados do século III d.C. (Nolen, 1995-1997: 371).

Copo de vidro (n.º 23) – Copa com perfil troncocónico invertido. Bordo envasado, de arestas vivas. Base sensivelmente plana.

Dimensões: indeterminado

Tipologia e paralelos: possível forma Isings 96b (Isings, 1957: 114-116); Torre das Arcas (Rolo, 2018, Estampa 69: TDA.vi.001_62).

Cronologia proposta: século III d.C.(?), de acordo com os paralelos estabelecidos com o exemplar de Torre das Arcas.



Figura 12 – Espólio funerário da sepultura 3.

Púcaro em cerâmica comum (n.º 24) – Púcaro de bojo largo e carena arredondada, com bordo esvasado de extremidade arredondada. Duas asas de fita simétrica que ligam zona da carena ao limite inferior do bordo.

Dimensões: $\varnothing$ de abertura de 9cm; $\varnothing$ do interior do bordo de 6,05cm; $\varnothing$ de base de 5cm; altura de 10cm.

Tipologia e paralelos: Tipo 3-c de Nolen (1985: 74-75); Padrãozinho 4 (Rolo, 2018, Estampa 109: PDZ4.cc.069).

Cronologia proposta: meados do século II – meados do III d.C. (Nolen, 1995-1997: 371).

Lucerna (n.º 25) – Peça muito fragmentada. Pasta alaranjada. Dimensões: indeterminado.

Tipologia e paralelos: indeterminado.

Cronologia proposta: indeterminado.

4.4. Sepultura 4

Da sepultura 4 foram recuperados poucos fragmentos de cerâmica, de forma indeterminada.

5. Considerações finais

A primeira fase deste processo consistiu no acompanhamento da abertura da vala para a instalação da conduta de rega. Foi monitorizada a escavação de uma vala com um comprimento de cerca de 2km, com uma largura idêntica ao balde da máquina de 0,8m e profundidade média de 1m.

Depois de elencadas as medidas de minimização decorrentes da descoberta desta necrópole, deu-se início à segunda fase dos trabalhos, que correspondeu à escavação arqueológica de quatro sepulturas, alvo de afectação pelo projecto de rega. A estratigrafia identificada revelou-se simples e linear sendo constituída por um depósito de superfície pouco espesso cobrindo o substrato geológico. No seguimento do acompanhamento arqueológico foi identificado um conjunto de sepulturas de cronologia romana, cujas tampas se encontram a cerca de 0,3m a 0,5m de profundidade, considerando a cota de uso actual do terreno.

Importa notar que a presença da sepultura 5, não intervencionada, em conjunto com os dados já conhecidos noutras necrópoles rurais desta época, permitem apontar que os contextos funerários agora identificados se expandirão para fora da presente área de intervenção.

As quatro sepulturas de inumação enquadram-se cronologicamente em época romana, entre finais do século I/inícios do II ao século III d.C. e correspondem, genericamente, a interfaces negativas de plano rectangular ou ovalado e fundo plano, escavadas no substrato rochoso e estruturadas por *tegulae* e/ou *lateres*. As sepulturas identificadas encontram-se orientadas NW-SE, com um espaçamento muito reduzido entre si, sendo que a única sepultura identificada no corte Norte da vala tem uma orientação SW-NE, oposta às restantes. Quanto à dimensão, as estruturas são similares. Dentro destas encontrava-se o indivíduo sepultado com oferendas votivas, nomeadamente cerâmicas, vidro e metais.

Em suma, os trabalhos arqueológicos de minimização revelaram a existência de uma necrópole romana até ao momento desconhecida no registo arqueológico, que está claramente relacionada com a *Villa* de Nossa Senhora da Tourega. Os materiais agora identificados permitem apontar uma cronologia genericamente coeva com a ocupação calculada para esta *villa* (I a IV d.C.).

Tipicamente, e independentemente da hierarquização do espaço rural, a todas as áreas de âmbito doméstico estavam associadas as respectivas necrópoles. Estas, normalmente, localizavam-se em áreas estratégicas, nomeadamente em zonas altas, sobre a ladeira de uma colina, perto de uma linha de água ou de uma via de comunicação (Ripoll, 1998: 248), com a função de relembrar os mortos, numa tentativa de evocação das tradições e costumes. No caso da necrópole agora intervencionada, esta localiza-se numa plataforma com ligeira pendente para Norte, a partir da qual é possível observar a *villa*.

Na literatura (Carneiro e Rolo, 2019) é recorrente a dificuldade em estabelecer a relação espacial entre os espaços da vida e os espaços da morte, sendo as principais questões relacionadas com: as raras vezes em que a área funerária foi integralmente escavada; o insuficiente estudo cronológico dos espólios funerários; e, em nossa opinião, as poucas vezes em que foram escavados em simultâneo pelas mesmas equipas e nas mesmas décadas. Também aqui, e após décadas de intervenção arqueológica em torno desta *villa*, nunca o espaço funerário romano foi identificado.

As sepulturas intervencionadas documentam a prática de inumação, parecendo regra a deposição do corpo em decúbito dorsal, tal como se regista nas necrópoles de inumação do mesmo âmbito cronológico e regional (Rolo, 2018: 204). Do espólio recuperado, destacam-se formas características deste tipo de necrópoles, também identificadas nos espaços domésticos de âmbito rural. Relembrando uma vez mais a investigação que se tem desenvolvido em torno da *Villa* Romana da Tourega, esta notável descoberta vem demonstrar o muito que ainda há por conhecer em torno das grandes *villae*.

Finalizados os trabalhos de escavação arqueológica, considerando-se concluídos os trabalhos de minimização de impactes no âmbito do presente projecto agrícola, a área foi totalmente coberta com manta geotêxtil e com as terras escavadas.

Nos últimos anos, o terreno onde se localiza esta necrópole tem vindo a ser alvo de trabalhos agrícolas de pouca profundidade (semeado com erva do sudão), aí se encontrando a funcionar um pivot de rega.

De acordo com estes novos dados, considera-se ainda que fará sentido reavaliar/redesenhar os limites da ZEP (Zona Especial de Protecção) da *Villa* Romana de Nossa Senhora da Tourega, (e.g.com recurso a técnicas de teledeteção, como a prospecção geofísica).

Referências Bibliográficas

AREZES, A. (2017) – *O mundo funerário na Antiguidade Tardia em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII. Coleção: Teses Universitárias*, n.º 9, CITCEM: Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» e Edições Afrontamento.

- CARNEIRO, A.; ROLO, M. (2019) – Espaços e práticas funerárias nos campos da Lusitânia romana e tardo-antiga. *Onoba. Revista de Arqueología y Antigüedad*, 7: 161-181.
doi: 10.33776/onoba.v7i0.3458
- FRADE, H.; CAETANO, J. C. (2004) – Ritos funerários romanos, In: Medina, J., ed., *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube. Vol. III: 143-159.
- ISINGS, C. (1957) – *Roman Glass from dated Finds*, Groningen: Archeologica Traiectina.
- MONTEIRO, J. (2018) – *Necrópole romana do Porto dos Cacos (Alcochete – Portugal)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MORILLO CERDÁN, A.; RODRÍGUEZ MARTÍN, G. (2008) – Lucernas hispanorromanas, In: Bernal Casasola, D.; Ribera I Lacomba, A. (eds.), *Cerámicas hispanorromanas*.
- NOLEN, J. U. (1985) – *Cerâmica Comum de necrópoles do Alto Alentejo*, Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.
- NOLEN, J. U. (1995-1997) – Acerca da cronologia da cerâmica comum das necrópoles do Alto Alentejo: novos elementos, *O Arqueólogo Português*, Lisboa, Série IV, 13/15: 347-392.
- PEREIRA, C. (2013) – Lucernas Romanas de Alcácer do Sal: entre a prática e o sagrado, *Al-Madan*, 17. Tomo 2. Adenda electrónica: 13-28. <http://hdl.handle.net/10451/10877>
- PINTO, I. V.; VIEGAS, C.; FERRER DIAS, L. (1997) – A villa romana da Tourega: umas termas em ambiente rural. *Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora*, Évora: Câmara Municipal de Évora, p. 73-83.
- ROLO, A. M. (2018) – *O mundo funerário romano no Noroeste Alentejano (Portugal): o contributo das intervenções de Abel Viana e António Dias de Deus*. Tese de Doutoramento no ramo de História, na especialidade de Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- ROLO, A. M. (2018) – Um retrato do mundo funerário romano no nordeste alentejano (Portugal) à luz do contributo de Abel Viana e António Dias de Deus, *Anales de Arqueología Cordobesa*, Córdoba, 29: 199-226.
- VIEGAS, C.; PINTO I. V. (2000) – *As termas da villa romana da Tourega (Évora, Portugal)*. Gijón, VTP Editorial.

ENTRE USOS E ABANDONOS: REVISÃO DOS CONTEXTOS DA RUA DE SANTA MARIA E TRAVESSA DOS APÓSTOLOS, SETÚBAL

Ana Rita¹, Carlos Jorge¹, Paula Pereira¹,
José Carvalho¹, Cláudia Maio¹, Lucy Evangelista^{1,2}

Resumo:

O diagnóstico arqueológico realizado no âmbito de um projeto de requalificação do edifício sito na Rua de Santa Maria n.º 2-8 / Travessa dos Apóstolos, n.º 1-7, em pleno centro histórico de Setúbal, permitiu rever os dados arqueológicos conhecidos desde a década de 1980. Os resultados obtidos revelaram diversas fases de ocupação do espaço entre período Tardo-Romano e a época Contemporânea. Porém, constatou-se um hiato temporal entre a Antiguidade Tardia e o período Moderno. Salienta-se que numa das sondagens de diagnóstico identificou-se um enterramento e um ossário possivelmente associados à antiga necrópole da Igreja de Santa Maria da Graça.

Abstract:

Between uses and abandonments: review of the contexts of Santa Maria Street and Travessa dos Apóstolos, Setúbal.

The archaeological assessment carried out as part of a rehabilitation project for the building located at Rua de Santa Maria No. 2-8 / Travessa dos Apóstolos No. 1-7, in the historic center of Setúbal, provided an opportunity to revisit archaeological data documented since the 1980s. The results revealed multiple phases of occupation of the site, spanning from the Late Roman period to the Contemporary era. However, a temporal hiatus between Late Antiquity and the Modern period was observed. Notably, one of the diagnostic trenches identified a burial and an ossuary, possibly associated with the former necropolis of the Church of Santa Maria da Graça.

1. Enquadramento e contextualização histórica

O volume edificado aqui analisado encontra-se localizado em gaveto entre a Rua de Santa Maria, n.º 2-8 e a Travessa dos Apóstolos, n.º 1-7, na colina de Santa Maria, em pleno centro histórico de Setúbal.

No âmbito da reabilitação do edifício – considerando que o mesmo se encontra na ZEP da Igreja de Santa Maria da Graça (Portaria de 19-04-1960, DG, IIª Série, n.º 102, de 30-04-1960), das muralhas, torres, portas, cortinas e baluartes do Centro Histórico de Setúbal, classificado como Monumento de Interesse Público e na ZEP da Casa do Corpo Santo (Portaria n.º 61/2013, DR, 2ª série, n.º 182, de 20 de Setembro de 2013) – foram realizados pela equipa da Era-Arqueologia um conjunto de trabalhos arqueológicos, nomeadamente, diagnóstico arqueológico e parietal.

Considerando que o volume edificado se encontra na colina de Santa Maria, numa área em que se conhece povoamento desde a Pré-História recente, nomeadamente desde a Idade do Ferro, os dados arqueológicos conhecidos apontam para uma zona bastante ocupada desde este período.

A própria geomorfologia local, “... uma elevação bem destacada na paisagem, oferecendo condições naturais de defesa.” (Silva, 1986: 92), junto a um antigo braço de rio oferece boas condições para a instalação de comunidades a partir deste período.

Para além disto, o facto de se encontrar no interior do espaço amuralhado Medieval (séc. XIV) demonstra a importância que todo o espaço tinha, tanto a nível social, económico, político e demográfico, para este período.

A área em análise terá adquirido uma funcionalidade religiosa aquando da instalação neste local da Igreja de Santa Maria, no decorrer do séc. XIII. A implantação desta Igreja terá originado novas formas de utilização do espaço, desde logo,

¹ERA Arqueologia S.A. ²CIAS Centro de Investigação em Antropologia e Saúde - U. Coimbra, ICArEHB - Centro Interdisciplinar de Arqueologia e Evolução do Comportamento Humano – U. Algarve

com a presença da necrópole associada à própria Igreja e ao Hospital João Palmeiro, construído no séc. XIV.

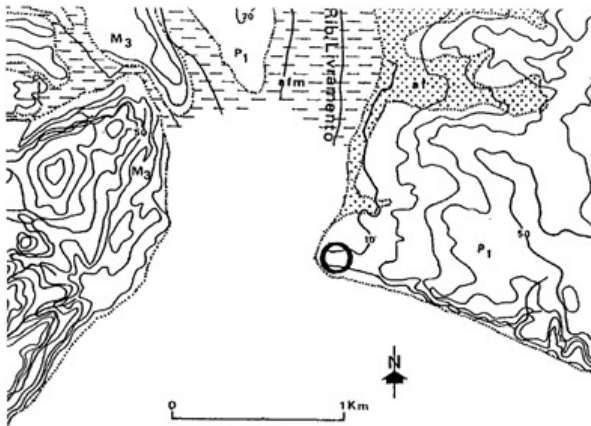


Figura 1 – Reconstituição da baía de Setúbal nos séculos VIII e VII a. C., com a localização do povoado da Idade do Ferro da colina de Santa Maria. Base cartográfica na escala 1:25000, Seg. Coelho, A. M. L. Gomes, 1980. M3- complexo gres-calcário miocénico; P1- complexo arenoso pliocénico; af- aluviões fluviais arenosas; afm- aluviões fluviais marinhos (argilas, lodos, areias).

Figura 1 – Reconstituição da baía de Setúbal durante a Idade do Ferro e localização do povoado da Idade do Ferro na colina de Santa Maria (Soares, 1985: 113).



Figura 2 – Planta da Praça e Vila (levantamento de M. J. da Serra e desenho C.J. Vaz Parreiras, do Corpo de Engenheiros), 1820: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia com a área de intervenção.

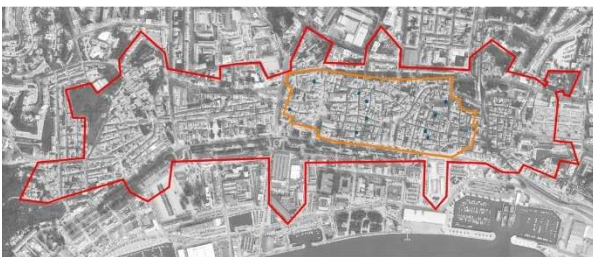


Figura 3 – Mapa com os sítios de cronologia medieval cristã para a cidade de Setúbal encontrando-se assinalado a verde a Igreja de Santa Maria da Graça. A vermelho a muralha seiscentista e a laranja a muralha medieval. Mapa realizado com dados do Portal do Arqueólogo.

Os trabalhos desenvolvidos por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, na década de 1980, num volume editado da Travessa dos Apóstolos permitiram identificar contextos que vão desde a Idade do Ferro até época Contemporânea, embora com alguns hiatos temporais registados,

nomeadamente entre a Antiguidade Tardia e o séc. XVI (SILVA, 1986).

Se, por um lado, a ocupação nesta área da colina está comprovada desde a Idade do Ferro até à Antiguidade Tardia, por outro, até ao momento não se conhecem contextos arqueológicos entre a Antiguidade Tardia e o período Medieval que indiquem uma ocupação efetiva desse local.

Apesar dos dados arqueológicos serem poucos para o período medieval, a construção da Igreja de Santa Maria nesse local indicia a relevância social e religiosa que esse espaço teria nesse período histórico.

Na cartografia histórica do séc. XIX é possível verificar a presença do quarteirão no qual se insere o edifício aqui em estudo. Desta forma, pressupõe-se que o edifício terá sido construído entre os finais do séc. XVIII / inícios do séc. XIX, tendo sofrido ao longo dos tempos algumas obras de remodelação, consistentes com a alteração da funcionalidade de alguns espaços. Contudo, isto não significa que não existissem estruturas habitacionais, neste local, fora da área de necrópole, anteriores ao séc. XVIII / XIX.

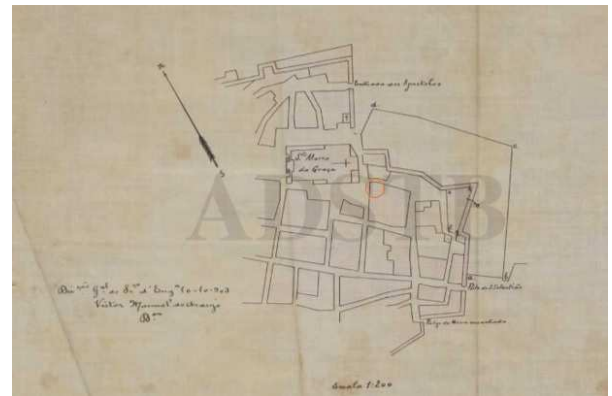


Figura 4 – Localização da intervenção em "Parte da planta da praça e villa de Setúbal", desenhado na Direcção Geral d'Engenharia, em janeiro de 1883, por D. Martinho Coutinho. Retirado de: PT-ADSTB-PSS-APAC-J-0387_m0013.TIF - Baluarte de São Sebastião - Arquivo Distrital de Setúbal - DigitArq (arquivos.pt).

Os dados aqui apresentados demonstram que essa área, em diferentes momentos cronológicos, desde a Pré-História até à atualidade, era propícia à instalação de comunidades, detendo assim uma ocupação humana quase contínua ao longo dos tempos. Porém, na área em estudo, regista-se um hiato temporal na estratigrafia arqueológica registada. O que terá motivado este hiato é uma das perguntas a que se pretende responder com o presente artigo.

2. Descrição dos contextos identificados

A realização do diagnóstico arqueológico (sondagens de diagnóstico e sondagens parietais) permitiu avaliar a sensibilidade arqueológica deste sítio, bem como registar a diacronia de ocupação entre a Antiguidade Tardia e época Contemporânea embora, como referido anteriormente, com

um hiato temporal já mencionado anteriormente. Salienta-se que os trabalhos arqueológicos foram realizados numa fase inicial do diagnóstico, pelo que se defende a realização de novos trabalhos para que se possam obter mais dados sobre a ocupação humana neste local e assim mitigar este hiato temporal.

Todos os vestígios e materiais referenciados foram identificados a cotas altimétricas distintas dos contextos similares escavados por Carlos Tavares da Silva, na Travessa dos Apóstolos. Nesse sentido, não é possível aferir a continuidade dessa ocupação identificada na década de 1980, com os contextos identificados pela equipa da ERA.

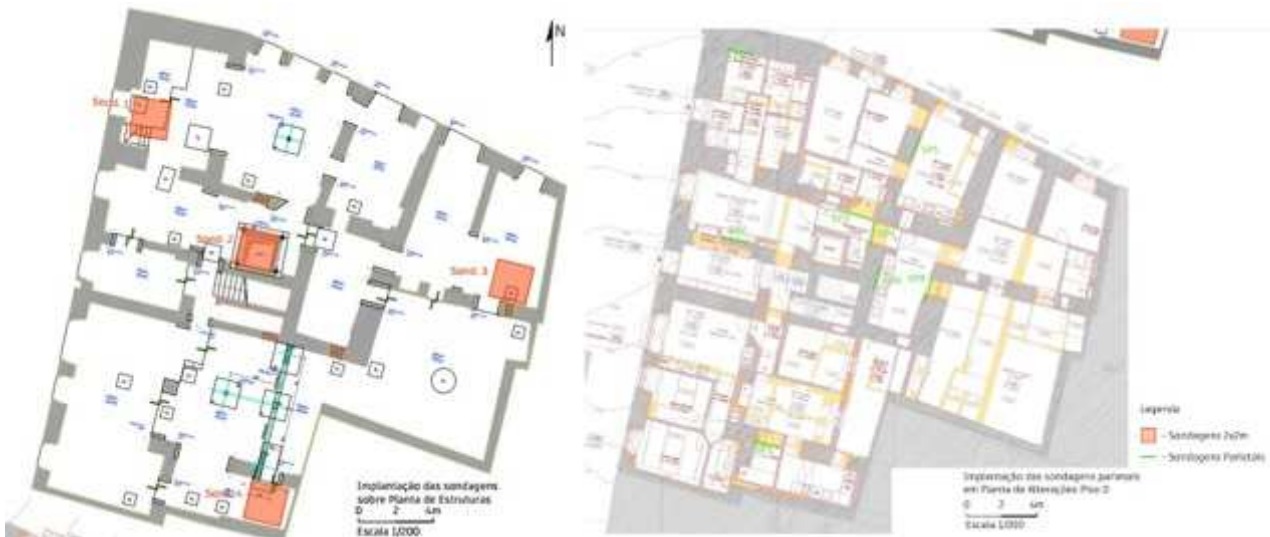


Figura 5 – Localização das sondagens de diagnóstico e parietais na planta de obra.

As sondagens parietais executadas permitiram perceber que o volume edificado visível atualmente sofreu diversas intervenções ao longo de um curto período, nomeadamente entre a sua construção e a atualidade.

2.1. Contextos associados à Antiguidade Tardia

As realidades mais antigas observadas relacionam-se com níveis de utilização e abandono associados à Antiguidade Tardia (Sondagem 1, 2 e 3). Na Sondagem 3 identificaram-se contextos de ocupação associados à presença de uma estrutura [303] – constituída por pedra calcária, de pequena e média dimensão, não afeioada, ligada por uma argamassa de tonalidade amarelada, relativamente friável e com orientação Este-Oeste - e o pavimento [308] – composto por argamassas amareladas, cerâmica de construção e pedras, relativamente compacto.

Pela estratigrafia observada e materiais arqueológicos associados, considera-se que essa ocupação poderá enquadrar-se em época tardo-antiga, devido, sobretudo, à presença de *sigillata* africana (em fase de estudo) e de algumas ânforas baixo-imperiais presentes nos depósitos anteriores a estas realidades estruturais.



Figura 6 – Plano com os contextos associados à Fase II - [303] e [308].

Nesta sondagem foi ainda possível observar vários depósitos que parecem corresponder ao momento de abandono (Fase III) que terá ocorrido na Antiguidade Tardia, tendo o espaço sido utilizado como local de vazadouro/lixeria durante este período. Ainda relacionada com estas camadas de abandono foi possível identificar os depósitos [104] e [201]. Estes níveis de aterro, interpretadas como vazadouro/lixerias, apresentam as mesmas características que as realidades observadas na Travessa dos Apóstolos durante a escavação dos anos 1980, podendo tratar-se da sua continuidade (Coelho, 1984).



Figura 7 – Corte Sul da Sondagem 2.



Figura 8 – Corte Este da Sondagem 1.

De destacar que a maior parte dos materiais arqueológicos identificados no âmbito destas sondagens provém destes níveis de aterro, o que corrobora a interpretação destes depósitos como lixeiras / vazadouro durante a Antiguidade Tardia.

Os contextos identificados nestas sondagens (1, 2 e 3) enquadram-se na extensa ocupação Tardo-Romana e Alto-Medieval conhecida em Setúbal, destacando-se, como já referido, pela proximidade geográfica, os trabalhos executados na Travessa dos Apóstolos (Silva, 1986).

No conjunto das ânforas recolhidas no diagnóstico arqueológico realizado, salientamos a presença de um número significativo de fragmentos de ânforas de fabrico lusitano, onde se destacam alguns contentores que datam do período médio e baixo-imperial (séc. III e V d.C.), designadamente a Almagro 50, a Almagro 51 A-B e a Almagro 51C, todas elas associadas ao comércio de preparados de peixe.



Figura 9 – À esquerda: fragmento de um bordo de uma Almagro 51 A-B, UE 310, Rua de Santa Maria Setúbal. À direita: Representação de uma ânfora almagro 51 A-B 50 proveniente do Vale do Sado (Mayet, Silva, 1998; adaptado de Bombico, vol. I, 2016, p.154).

No que se refere às produções gaditanas (Bética costeira), observou-se a presença de um provável bordo de uma ânfora Keay XVI que circulou principalmente nos séculos III e V d.C. A ânfora Keay XVI constitui, aliás, um dos contentores béticos destinados ao transporte de *garum* e *salsamenta* que maior êxito comercial teve em época média imperial e tardo-antiga, com uma ampla difusão por todo o Império Romano (Keay, 1984, p. 149-155; Almeida e Viegas, 2020, p.20).

Por outro lado, através de uma análise ainda preliminar constatou-se, também, a presença de um fabrico tardio atribuível ao Mediterrâneo Oriental (apenas foi possível perceber um provável fragmento de pança inclassificável) e, também, do Norte de África (fragmentos de parede inclassificáveis provavelmente provenientes da atual zona de Tunes, costa tunisina).



Figura 10 – Bordo (UE 109) de uma Almagro 50, Rua de Santa Maria, Setúbal. À direita: Representação de uma ânfora almagro 50 (adaptado de Panella, 1973).

De acordo com os dados conhecidos, Setúbal encontrar-se-ia na rota de trocas de produtos durante a Antiguidade Tardia, como parece demonstrar a presença de fabricos africanos (incluindo *sigillata* africana) e mediterrânicos na amostra de estudo.

De facto, como Sónia Bombico refere durante este período é possível verificar-se uma “[...] vasta rede de comunicações e intercâmbios com o Império Romano do Oriente.” (Bombico, 2017, p.185). No caso da área de Setúbal este dinamismo encontrar-se-ia associado ao consumo e exportação dos preparados piscícolas, sendo visível uma adaptação das unidades industriais de salga de peixe de Setúbal, como é o caso da fábrica da Praça do Bocage, Troia, Comenda, entre outros.



Figura 11 – Mapa com os sítios registados para a Antiguidade Tardia, no interior amuralhado da cidade. Informação retirada do Portal do Arqueólogo e de Silva, 2019: 157.



Figura 12 – Asa de uma ânfora Dressel 20 com a marca QARP.

Os trabalhos arqueológicos realizados, apesar de terem identificado momentos de abandono, revelam também um amplo dinamismo comercial e urbanístico durante a Antiguidade Tardia, que se refletiu na reorganização do espaço urbano e na readaptação das fábricas piscícolas.

Por fim, pelo seu caráter inédito, salientamos a presença de uma marca epigráfica numa asa de uma ânfora imperial e oleícola do tipo Dressel 20. A análise realizada permitiu a

leitura: QARP. Segundo Jordi Pérez González (2017, p.81) trata-se de um selo pouco conhecido proveniente de La Catria, um dos mais importantes centros produtores de azeite bético localizado no Vale do Guadalquivir. De acordo com o autor mencionado (González, 2017, p.83), para além da sua identificação no seu local de produção, só se conhece a presença de dez selos no Monte Testaccio, um em Cavaliere (Pardigon 3) e um último em Mumrills (Falkirk).

2.2. Contextos de época moderna

Associado à época Moderna, foram identificadas realidades arqueológicas nas sondagens arqueológicas 1 e 4. Essas realidades relacionam-se com a identificação de um silo detritico na sondagem 4 e de contextos funerários na sondagem 1.

A estrutura negativa [406], associada à Fase I da sondagem 4, de planta semicircular, paredes retas e fundo côncavo encontrava-se preenchida por um depósito com materiais enquadráveis em época Moderna – séc. XVII / XVIII -, nomeadamente cerâmica vidrada, azulejo, cerâmica comum e de construção. Esta estrutura parece corresponder a uma possível lixeira. Normalmente, estes tipos de estruturas encontram-se associadas a unidades habitacionais.



Figura 13 – Plano Final da [406].



Figura 14 – À esquerda: Azulejo; à direita: cerâmica vidrada, nomeadamente um alguidar, provenientes do depósito [403].

Na sondagem 1 constatou-se a presença de contextos funerários, nomeadamente, um enterramento com sepultura antropomórfica [109] e associado a este um ossário [113].

Os vestígios osteológicos apresentavam-se em mediano estado de preservação sendo observáveis extensas alterações de cariz tafonómico que promoveram a

fragmentação dos vestígios e alterações ao nível do perióstio.



Figura 15 – Fotografia geral da Sepultura 1 e Ossário 1.

No que concerne o estudo da sepultura 1, esta albergava um esqueleto de um indivíduo adulto, completo, sensivelmente orientado a O-E. O indivíduo encontrava-se deitado em decúbito dorsal, com os membros superiores cruzados sobre o tórax e membros inferiores em extensão. As características desta inumação estão de acordo com as práticas funerárias do ritual judaico-cristão.

A análise antropológica permitiu verificar tratar-se de um indivíduo do sexo masculino, estimativa suportada pela análise conjunta da morfologia do crânio e bacia, assim como métrica dos ossos longos. Relativamente à idade à morte, enquadra-se na fase transitória entre os intervalos de adulto jovem e adulto de meia-idade, com uma idade provável entre os 30 e 49 anos.

O ossário, constituído por 140 elementos ósseos pertencentes a indivíduos adultos e não-adultos, foi identificado aos pés do indivíduo da sepultura 1. De acordo com o estado de desenvolvimento e maturação esquelética assim como tendo em consideração as repetições anatómicas e alterações do esqueleto humano estima-se um número mínimo de seis indivíduos representados, nomeadamente um indivíduo não-adulto, três indivíduos adultos do sexo feminino e dois indivíduos adultos do sexo masculino.

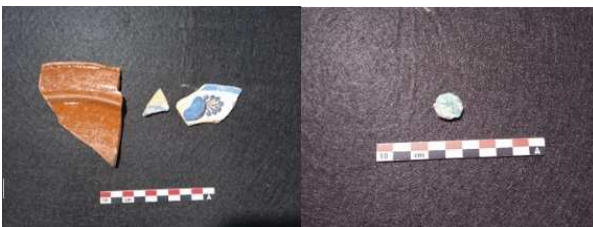


Figura 16 – À esquerda: cerâmica vidrada e faiança com aranhões azul e vinoso (Séc. XVII / XVIII); à direita: elemento metálico associado ao ossário [113].

Estes contextos osteológicos, possivelmente associados à antiga Igreja de Santa Maria da Graça, atual Sé de Setúbal, fariam parte de um contexto funerário amplo apenas

parcialmente intervencionado nestes trabalhos de diagnóstico. Este facto é suportado tanto pela existência da sepultura 1 com um ossário considerável associado, assim como pela identificação de outros vestígios osteológicos não intervencionados.

Conforme mencionado anteriormente, estes contextos integram-se em finais de época moderna, uma vez que os materiais arqueológicos associados ao esqueleto, nomeadamente faiança azul e vinosa, integram o enterramento nesta cronologia.

2.3. Época contemporânea

Os contextos de época Contemporânea relacionam-se com o atual edifício. Refira-se que apesar de se desconhecer a data de construção do volume edificado, considera-se pelos paramentos observados nas sondagens parietais e pela presença da necrópole, pelo menos, até ao séc. XVIII, parte deste espaço, tenha sido construído entre finais do séc. XVIII, inícios do séc. XIX.

A realização do diagnóstico parietal permitiu aferir que o espaço edificado sofreu diversas obras de remodelação num curto período, sendo de destacar uma fase de obras de maior impacto. Esta fase foi passível de ser observada em diversas sondagens parietais e parece corresponder ao alargamento do edifício.

3. Considerações finais e linhas de investigação futura

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos neste local permitiram compreender os principais níveis de ocupação do espaço, nomeadamente entre a Antiguidade Tardia e o Período Contemporâneo. Conforme mencionado anteriormente observou-se um hiato temporal entre a Antiguidade Tardia e o período Moderno.

Pretendeu-se com este artigo a apresentação do sítio e das suas diversas fases de ocupação, destacando-se aqui não só os períodos de utilização do espaço, mas também os seus abandonos.

Desta forma, mais do que pensar este sítio de forma isolada cronologicamente, associando-se às características e problemáticas de cada período, é fundamental analisar o sítio na íntegra e tentar compreender o que terá motivado a existência destes hiatos temporais.

Se, por um lado, a existência de um hiato temporal entre a Antiguidade Tardia e a Época Moderna também verificada na escavação da Travessa dos Apóstolos, da década de 1980, poderia remeter para a possibilidade de uma não ocupação do espaço durante a Idade Média. Por outro, se considerarmos que estamos no centro nevrálgico da cidade de Setúbal Medieval, devido à proximidade com a Igreja de Santa Maria, este hiato não parece real e poderá ser justificado pelo carácter parcial de todas as intervenções arqueológicas realizadas. De destacar que associado a este período de hiato temporal encontra-se comprovada a presença da necrópole associada à Igreja de Santa Maria,

não só na nossa intervenção, mas em outras escavações arqueológicas realizadas anteriormente.

Obviamente que a realização de um estudo mais vocacionado para cada período cronológico poderá contribuir para uma análise mais aprofundada desta zona da cidade em diferentes períodos cronológicos.

Todos os dados aqui apresentados revertem-se de carácter preliminar visto que somente se realizou o diagnóstico arqueológico deste local. A realização de mais trabalhos arqueológicos poderá corroborar ou não algumas das conclusões apresentadas. Mesmo a presença deste hiato poderá desaparecer com a execução de mais trabalhos arqueológicos neste sítio. De facto, de momento termina-se este artigo com mais perguntas do que conclusões.

As futuras linhas de investigação a seguir:

- A continuidade do estudo da Antiguidade Tardia para a cidade de Setúbal, parecendo que estas realidades se enquadram no povoamento da cidade já conhecido para este período. Desta forma, os contextos da Rua de Santa Maria apresentam-se como mais um dado que, associado à informação existente, é revelador da ocupação tardo-antiga da cidade.
- O que seria este espaço em período medieval? De momento, não existem dados de época medieval para o local aqui intervencionado. Isto não quer necessariamente dizer que esta área fosse inocuada durante este período.
- Conforme mencionado anteriormente, caso se tenha em consideração a presença da Igreja de Santa Maria, é difícil imaginar que este espaço seria desocupado durante este período. A ocupação deste espaço, para este período, poderá estar relacionada com a presença da necrópole embora, de momento, ainda só se tenham identificado contextos sepulcrais de época moderna.
- Perceber a evolução deste edifício e, em específico, deste quarteirão entre época moderna e contemporânea. Tentar, através de registos documentais (registos notariais) e cartográficos, compreender a evolução deste volume edificado e do quarteirão.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, R.; VIEGAS, C. (2020) - Notícia epigráfica de ânforas béticas Keay XVI de Loulé Velho (Loulé, Portugal). In: *Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, nº 22. Loulé.

BOMBICO, S. (2017) – A exportação de produtos lusitanos na Antiguidade Tardia: rotas, cargas e naufrágios no Mediterrâneo Ocidental (Séculos III a VI) in TEIXEIRA, C. e CARNEIRO, A. (coord) *Arqueologia de transição entre o mundo romano e a Idade Média*, p. 185-211

CASIMIRO, Tânia (2013) – Faiança portuguesa: datação e evolução crono-estilística In: *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol.16, p.351-367

COELHO, Maria (1984) – *Escavações arqueológicas de emergência na Travessa dos Apóstolos – Traseiras da Igreja de Santa Maria (Setúbal)* – Relatório policopiado

COSTA, Albérico (2011) - *História e Cronologia de Setúbal*. Setúbal: Estuário e Instituto Politécnico de Setúbal.

FERREIRA, Carlos Jorge, SILVA, Carlos Tavares da, LOURENÇO, Fernando Severino, SOUSA, Paula (1993) - *O Património Arqueológico do distrito de Setúbal. Subsídios para uma carta arqueológica*, Setúbal.

FILIPPE, I. (2011) - *Relatório dos trabalhos arqueológicos. Sondagens de Diagnóstico. Largo José Afonso nºs 69-68, Setúbal*. ERA arqueologia S.A.

KEAY, S. J. (1984) - *Late Roman amphorae in the Western Mediterranean. A typology and economic study: the Catalan evidence*. Oxford: British Archaeological Reports International Series.

GONZÁLEZ, Jordi Pérez – *Nuevos ejemplares de marcas sobre ânforas Dressel 20 en el territorio del Conventus Hispalensis: Villar Tesoro, Azanaque Y la Catria*. Revista Onoba, n.º 5, Universidade de Huelva, pp.75-87.

LEITÃO, Maria Isabel Caetano (2016). A Fortificação Abaluartada da Praça de Setúbal: a evolução construtiva vista a partir da iconografia. In: *Al-Madan Online*, II Série, Nº 21, Tomo 1.

PANELLA, C. (1973) - Appunti su un gruppo di anfore della prima, media e tarda età Imperiale." Ostia III: Le terme del Nuotatore: scavo dell'ambiente V et di un saggio dell'area. *Studi miscellanei*. 21: 460-633

PEACOCK, DPS & Williams, DF (1986) - *Amphorae and the Roman Economy*. Londres: Longman.

PEREIRA, Fernando António B. (1988) - A mais antiga planta de Setúbal, In *VV.AA.. Actas do 1º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*. Setúbal. p. 145-149.

PINTO, Machado (1960) – *Setúbal Cidade Centenária*.

PORTOCARRERO, Gustavo (2003) - *Sistemas de defesa costeira na Arrábida durante a Idade Moderna*, Lisboa: Edições Colibri.

QUINTAS, Maria da Conceição (1993) – *Setúbal nos finais do século XIX*, Lisboa: Caminho

SILVA, C.T. da; SOARES, J; DUARTE, S. (2004) - Preexistências de Setúbal: intervenção arqueológica na Rua António Maria Eusébio, 85-87. In: *Musa*. Vol. 1. Setúbal: Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal & MAEDS. p. 137-152.

SILVA, Carlos Tavares da (1995) – Produção de ânforas na Área Urbana de Setúbal – Estado Actual da Questão. In: *Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado. Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*, Câmara Municipal do Seixal, Publicações Dom Quixote.

SILVA, Carlos Tavares da (1996) - Produção de ânforas na área urbana de Setúbal: A oficina romana do Largo da Misericórdia, In: *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*, Lisboa, Câmara Municipal do Seixal; D. Quixote, pp. 43-54.

SILVA, Carlos Tavares da, COELHO-SOARES, Antónia, SOARES, Joaquina (1985) - Fábrica de salga da época romana da Travessa de Frei Gaspar (Setúbal). In *I Encontro Nacional da Arqueologia Urbana*. Lisboa: IPPC (Trabalhos de Arqueologia; 3), p. 155-160.

SILVA, Carlos Tavares da, DUARTE, Susana. (2018) - Preexistências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua Arronches Junqueiro, 32-34. In: *Musa*. Museus, Arqueologia & Outros Patrimónios.

SILVA, Carlos Tavares da, SOARES, Joaquina (2020) -Caetobriga (Setúbal, Portugal). In: *MYTRA, Monografias y Trabajos De Arqueologia. Instituto De Arqueologia, Mérida* (CSIC-Junta De Extremadura). Número 6.

SILVA, Carlos Tavares da, SOARES, Joaquina, DUARTE, Susana, GODINHO, Ricardo (2014) - Preexistências de Setúbal: 2ª campanha de escavações arqueológicas na Rua Francisco Augusto Flamengo, N.ºs 10-12. Da

- Idade do Ferro ao Período Medieval. In *Musa, Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios*. Vol. 4, p. 161-214.
- SILVA, Carlos Tavares da; COELHO-SOARES, Antónia (1977-78) – *Casas e ruas na história de Setúbal. Exposição do Museu de Arqueologia e Etnografia*. Setúbal: Junta distrital de Setúbal.
- SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina (1981) - A praça do Bocage (Setúbal) na época romana. Escavações arqueológicas de 1980. IN: *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6-7, p. 249-278.
- SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina (1982) – *As muralhas Medievais de Setúbal*. Setúbal: MAEDS
- SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina (1983) - *Património construído de Setúbal. Época dos Descobrimentos*. Setúbal: MAEDS.
- SOARES, Joaquina e SILVA, Carlos Tavares da (1986) - Ocupação préromana de Setúbal: escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos. In *Actas do 1º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, Setúbal, 1985. Lisboa: IPPC (Trabalhos de Arqueologia, 3), p. 87-101.
- SOARES, Joaquina, SILVA, Carlos Tavares da et alli (2019) – Preexistências de Setúbal: Intervenção Arqueológica na Rua Vasco Soveral, 8-12 In: *OPHIUSSA*, vol.3, p.155-183
- TOMÉ, M. (2015) – A Muralha Medieval versus Evolução Urbana em Setúbal. Portugal in *4ª Conferência do PNUM*, Brasília, 25 e 26 de Junho de 2015
- TOMÉ, M. (2019) - *Edifícios de uso corrente no núcleo antigo de Setúbal: A tipologia arquitectónica que persiste. Património Arquitectónico Civil De Setúbal e Azeitão*, 141–158.

A DISPOSIÇÃO DA MURALHA FERNANDINA ENTRE O LARGO DOS LÓIOS E A RUA DA MADEIRA. RESULTADOS DA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA REALIZADA ENTRE 2021 E 2023.

Sérgio Amorim¹
José Carvalho¹
Carlos Jorge¹

Resumo

Os trabalhos realizados pela ERA-Arqueologia (entre 2021 e 2023) no âmbito projeto de construção da Linha Circular, troço Boavista/Casa da Música-Liberdade São Bento (Metro do Porto), permitiram constatar a presença de um espaço de elevado potencial arqueológico. Os resultados obtidos revelaram novos dados relativos ao traçado da Muralha Fernandina e à ocupação do espaço entre o séc. XIV e a época Contemporânea. Na área designada como “frente das Cardosas”, localizada na praça da Liberdade, foi possível identificar parte da Muralha Fernandina e também de um torreão adossado à mesma. Esta última estrutura defensiva sofreu reformulações associadas à condução das águas do Rio de Vila e foi parcialmente demolida aquando da construção da Fonte da Natividade.

Abstract:

The disposition of the Fernandine wall between the Largo dos Lóios and Madeira Street. Results of the archaeological intervention carried out between 2021 and 2023.

The work carried out by ERA-Arqueologia (between 2021 and 2023) during the construction of Metro Circular Line, the Boavista/Casa da Música-Liberdade São Bento, in Porto, revealed the presence of an area with high archaeological potential. The results obtained revealed new data regarding the route of the Fernandine Wall and the occupation of the space between the 14th century and the Contemporary period. In the area known as “Frente das Cardosas”, located in Praça da Liberdade, it was possible to identify part of the Fernandina Wall and a tower attached to it. This last defensive structure underwent reformulations associated with the conduction of the waters of the Vila River and was partially demolished when the Fonte da Natividade was built.

1. Enquadramento e contextualização histórica

O crescimento económico vivido nos séculos XII e XIII derivados de um aumento de trocas comerciais e marítimas trouxe consequências notáveis ao desenvolvimento da cidade do Porto. Este incremento causa um aumento natural da população dentro da cerca defensiva da cidade, resultando consequentemente no ampliar paulatino do tecido urbano para os espaços extramuros do burgo.

É neste contexto que em meados do século XIV o monarca D. Afonso IV determina a construção de um novo cerco defensivo. A sua edificação tem início em 1355, com o propósito de proteção de uma nova realidade urbana e da vontade do bispado de controlar as transações comerciais e marítimas fora do cerco do burgo. Neste quadro, D. Afonso IV

promoveu os recursos necessários de uma obra de grandes dimensões com vista à sua rápida conclusão. Ao contrário da designação “Fernandina” na sua Classificação como Monumento Nacional, a autoria da mesma deveria ser atribuída a D. Afonso IV, pois foi no reinado deste que a sua construção se iniciou.

Contudo, D. Afonso IV faleceu dois anos após o início de sua construção sem ver a obra concluída. O seu sucessor, D. Pedro I não revelou grande entusiasmo pelo término da obra, o que fez com que esta não tenha sido concluída durante o seu reinado (Ramos,2000).

¹ Era Arqueologia SA.

Após o falecimento de D. Pedro I, a autarquia portuense alertou o seu sucessor, D. Fernando, propondo medidas céleres para completar a muralha. Da aprovação destas medidas pelo rei resultou a conclusão da muralha em 1376, ou seja, 40 anos desde o início de sua construção.

A “Fernandinha do Porto”, era consideravelmente robusta para a época com 3 metros de espessura, possuía cerca de 3 km de extensão. A sua envergadura era de 10 metros nos muros e 14 metros em postigos. Conforme refere Cabral (2019: 5). “No memorial de postigos e portas há divergências em seu número e nomes, porém há indícios que o máximo de portas e postigos atingido foi 17, 13 portas e 4 postigos”.

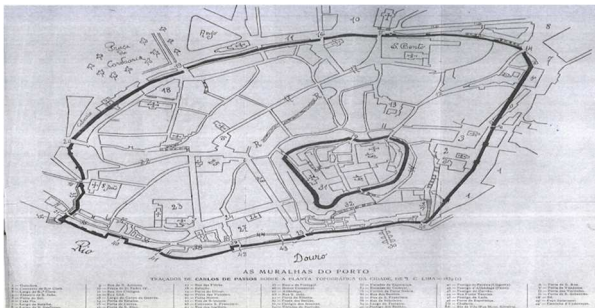


Figura 1 – Traçados da Muralha Fernandina sobre a planta topográfica da Cidade de J.C. Lima – 1839 (PASSOS 1921:2).

A Muralha Fernandina mantém-se como elemento estruturante da cidade durante os séculos XV e XVI, registando-se, todavia, uma contínua intensificação das trocas comerciais devido aos Descobrimentos.

Na primeira metade do século XVI ocorrem duas alterações importantes, abrem-se as portas Nobre, atual zona da Rua Nova da Alfândega, e dos Carros, junto à atual Estação de São Bento. Esta última passa a permitir a circulação de suprimentos, e como seu próprio nome sugere, permitia a passagem de veículos.

O Foral de D. Manuel I (séc. XVI) promove o desenvolvimento urbano com novos arruamentos (Rua das Flores criando uma ligação entre a Porta dos Carros à Ribeira). A cidade do Porto regista um aumento notável da sua população, triplicando ao fim do século XVI. É esta tendência demográfica que vai promover sucessivas alterações à trama urbana e promover novamente a sua expansão para o extramuros da Muralha Fernandina. Será de destacar o acórdão lavrado a 10 de dezembro de 1401 que é representativo desta realidade “expansionista” do urbanismo da cidade.

“É datado de 10 de dezembro de 1401 um acórdão, aprovado pelo juiz, vereadores, procurador e homens bons da cidade do Porto, que permitiu o escambo de propriedades do concelho por outras do contador João Girdes e de sua mulher Inês Sanches, todas sitas no Olival. Aí se denuncia a progressiva urbanização da área que ficava extramuros e num ou outro ponto a consenti-la, de passo que no mesmo acórdão há referências ao rossio, a ruas e a uma estrada, indicações

estas que são fundamento bastante para intuímos do grau da progressão em causa” (Cruz, 1973: 109).

Destaca-se também a construção de novos conventos no espaço intramuralhas, nomeadamente o Convento de Santo Elói, em 1491, e de São Bento da Avé-Maria, em 1518. Importante denotar que embora se registre um aumento populacional considerável, a transferência de poder régio durante a monarquia Filipina (1580-1640) não trouxe alterações consideráveis ao urbanismo da cidade. Já com a restauração da Monarquia inicia-se uma nova fase de desenvolvimento urbano pautado pelo aumento da produção agrícola, vinho e cereais e sua comercialização.

Ao longo do século XVII o incentivo à urbanização extramuralhas promove o melhoramento das condições de salubridade, destacando-se a construção de diversos canais subterrâneos para escoamento de águas (de destacar canal subterrâneo desde a Arca da Água até ao campo do Olival). O Campo das Hortas apresenta as suas primeiras transformações com o alargamento da rua e criação da Fonte da Arca (Fonte da Natividade) em 1608 (renovada em 1682), aproveitando e acondicionando as águas do Rio Vila.

A entrada no século XVIII revela-se determinante para o desenvolvimento da cidade do Porto. Observou-se sobretudo um incremento das intervenções e reorganização urbana na segunda metade do século devido à influência dos Almada. Em 1725 regista-se, também, o papel de Nicolau Nasoni, arquiteto e pintor italiano, que é responsável pela obra conjunta dos Clérigos e da Frontaria da Igreja da Misericórdia.

O processo de transformação urbana começa efetivamente na segunda metade do séc. XVIII com os trabalhos promovidos por João de Almada que presidia, em 1762, a Junta de Obras Públicas. Esta instituição vai promover a construção de praças, novos arruamentos e uma reorganização geral da trama urbana, com a regularização de bairros com plantas prévias. João de Almada desenvolve então um processo de ordenamento do território e reorganização urbana, assente na salvaguarda de conjuntos de edifícios e estabelecimento de relação entre o edificado e as ruas. Esta medida vai resultar na transposição da muralha Fernandina, através da abertura de vias e praças mais largas. Aqui será de sublinhar a implantação da rua de Cedofeita e da Calçada da Natividade (atual rua dos Clérigos). Também nesta época, os postigos de Santo Elói, posterior porta do Almada, e o postigo do Sol tornam-se portas.

É na segunda metade do século XVIII que se inicia a reformulação do Campo das Hortas (atual Praça da Liberdade) para a futura Praça Nova. Esta reformulação é promovida por uma tentativa de instauração de um novo centro cívico, funcionando como novo centro agregador. A transformação deste espaço resulta na instalação, em 1819, do poder municipal com a construção das casas nobres de Morais Amorim e Monteiro Moreira.

No primeiro quarto do século XIX, deu-se a primeira fase de demolições da muralha para ampliação do Convento dos Lóios e da Porta dos Carros. Em 1833, o Cerco do Porto pelos

Miguelistas provocou sérios danos à estrutura citadina intramuros.

Após estes acontecimentos, a população mais abastada, que residia dentro da cerca, busca zonas mais altas e menos urbanizadas para se fixar. Estas novas zonas da cidade sofreram reordenamento enquanto a cidade intramuros ficou entregue à população menos abastada que sem meios para deixar a zona, permaneceu no espaço que se degradou, cresceu verticalmente aumentando o número de pisos das edificações de forma precária e em más condições de salubridade. Estes fatores associados à alta concentração populacional ocasionaram inclusive surtos de cólera (Rocha, M., Ferreira, 2014).

Em 1834, dá-se a Extinção das Ordens Religiosas, juntamente a esta mudança na ordenação social de Portugal deu-se a disponibilização de diversos imóveis anteriormente ocupados pela igreja, passando estes a abrigar importantes equipamentos urbanos. O exemplo mais flagrante da conversão de espaços religiosos em equipamentos urbanos é a Estação São Bento e seu antecessor, o Convento de São Bento da Avé-Maria.

Exemplo no qual o processo de transformação de convento em estação ferroviária, em 1894, implicou demolições do pano nordeste da muralha, sendo esta demolição uma das últimas grandes demolições sofridas pela Muralha Fernandina do Porto.

O século XIX é marcado pelas invasões francesas (1807-1813) e depois pela guerra civil (1832-1834) que travaram o desenvolvimento económico e urbano que ocorria desde meados do século XVII. O “Cerco” do Porto durante a guerra civil trouxe uma nova preocupação pelo reordenamento espacial e social, com o desenvolvimento de projetos a nível urbanístico elaborando-se a Planta Topográfica da cidade do Porto em 1839.

A intervenção arqueológica revelou, tal como previsto em documentos cartográficos, que a estrutura defensiva toma a direção do Palácio das Cardosas.

2. Descrição dos contextos identificados

A realização do diagnóstico arqueológico (escavação em área) permitiu avaliar a sensibilidade arqueológica deste sítio, bem como registar a diacronia de ocupação entre o século XIV e a época Contemporânea.

2.1. Contextos associados ao Largo dos Lóios

A escavação em área no Largo dos Lóios revelou uma estratigrafia bastante perturbada essencialmente constituída por depósitos de aterro e nivelamento associados às sucessivas remodelações do espaço e à instalação de infraestruturas de cronologia contemporânea.

Com o alargamento da sondagem de diagnóstico realizada numa fase prévia, confirmou-se a presença de materiais de cronologia contemporânea na vala de fundação, U.E. [241], de uma estrutura, a U.E. [232], possivelmente relacionada

com a Muralha Fernandina. A sul da mesma foi observada uma estrutura, a U.E. [226] constituída por uma fiada de silhares de grande dimensão em granito com face virada para sul. Esta apresenta um aparente “miolo” de pedras de irregulares de grande dimensão e aparenta ter sido cortada pela vala de fundação U.E. [241] da estrutura anteriormente associada à muralha. Tendo em conta o alinhamento que possui há uma forte possibilidade de ser esta estrutura o que resta da Muralha Fernandina.



Figura 2 – (Em cima) Planta de Champalimaud de Nussane (1790). Reprodução sem escala. <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/332326/?q=Champalimaud+de+Nussane>. (Em baixo) Localização da intervenção no Largo dos Lóios.

Em ambas as estruturas verificou-se uma grande perturbação e destruição provocadas pela instalação de infraestruturas contemporâneas.

De referir também a presença de duas canalizações contemporâneas sobrepostas, U.E. [224] e U.E. [230], que cortam a estrutura associada à muralha, U.E. [226], e a estrutura U.E. [232], identificada numa fase prévia.

Verificou-se ainda que as estruturas anteriormente referidas encostam a um maciço, a U.E. [231], constituído por pedra em granito e argamassa. Este maciço, com marcas de afetação recentes, possivelmente estará relacionado com o anterior postigo de Santo Elói, ou com a posterior transformação do mesmo numa nova porta (a Porta do Almada), uma vez que se encontra enquadrado com a Rua do Almada.



Figura 3 – Estrutura [226] constituída por silhares de grande dimensão que possivelmente pertenceria à muralha Fernandina. Paralela á estrutura [232].



Figura 4 – Estrutura em granito e argamassa que poderá estar relacionada com um postigo da muralha Fernandina ou reformulação de uma porta.

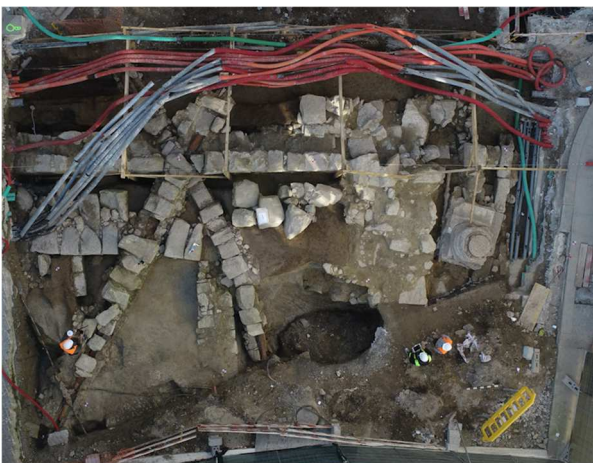


Figura 5 – Foto aérea das estruturas identificadas no Largo dos Lóios.

Destaque também para a presença de um muro, U.E. [251], assente no substrato geológico, U.E. [225], com a orientação norte-sul. Este muro poderá ter pertencido a uma casa adossada à muralha que terá sido demolida na segunda metade do séc. XVIII, aquando da necessidade de alargar o

espaço conhecido como “Terreiro de Santo Elói”, transformando o mesmo numa praça mais ampla.

2.2. Contextos associados à Praça da Liberdade

Após a escavação em área no Largo dos Lóios, e face à incerteza em relação ao traçado da Muralha Fernandina na Rua dos Clérigos, procedeu-se à escavação em nove fases distintas da área compreendida entre a esquina poente do palácio das Cardosas e a entrada do atual Hotel Intercontinental.

Após a decapagem dos depósitos contemporâneos e posterior identificação do aqueduto, U.E. [400], que se estende por toda a Rua dos Clérigos, foi identificada a calçada U.E. [412]. Esta foi colocada a descoberto até à galeria, a U.E. [474], (datada da década de 30 do século passado) onde corre atualmente o Rio de Vila, sensivelmente junto à entrada do Hotel intercontinental.

A calçada apresentou uma extensão de cerca de 15X6m, sendo visível uma vala, U.E. [422], para instalação de saneamento, U.E. [423], que destruiu parte da mesma. Foi ainda possível verificar o limite sul da calçada, sendo que a norte já se encontrava destruída pela vala, U.E. [408] realizada para a construção do aqueduto [400] que corre sensivelmente a meio da Rua dos Clérigos (sentido poente-nascente) e também por outras infraestruturas mais recentes.

Após o desmonte da calçada e remoção dos depósitos de aterro, U.E. [415] e U.E. [417], surgiu uma outra estrutura, U.E. [443], já bastante afetada, constituída por uma face de silhares de grande dimensão e aparelho regular e um miolo de granito irregular de média e grande dimensão. Esta estrutura, identificada como sendo a face de um torreão da Muralha Fernandina, encontrava-se sob a calçada desmontada, U.E. [412].

O torreão, U.E. [443], foi bastante afetado quer pela construção da galeria do Rio de Vila, quer pela instalação de uma conduta de saneamento, U.E. [423], a mesma que já havia destruído parte da calçada, U.E. [412], do séc. XVIII descrita anteriormente e que cobria o que restou do torreão. O desmonte do mesmo terá sido consequência da necessidade de harmonizar aquele espaço após a construção da última fase da Fonte da Natividade.

Após a remoção dos depósitos localizados entre o torreão e a fachada do Palácio das Cardosas foi possível observar que nesta área não se verificava a presença de “pedra de miolo” do mesmo, ficando visível na totalidade a face sul do “miolo do torreão” e as últimas fiadas da Muralha Fernandina. O facto de apenas existirem duas a três fiadas de pedra da muralha evidencia que, aquando da construção do Palácio das Cardosas, parte da pedra terá sido reaproveitada para a construção do mesmo. Isto é visível no tipo de pedra usado no seu embasamento.

Na base da muralha foi identificado um caneiro, U.E. [468], com a orientação norte-sul, pertencente a um aqueduto visível no corte do miolo do torreão. Este aqueduto atravessava a

muralha e o torreão e faria parte da muralha original. Aparenta ter como função a drenagem ou captação de água, tendo pendente para a face interna da muralha, ou seja, para Sul.



Figura 6 – Localização da área intervencionada na Praça da Liberdade.



Figura 7 – Perspetiva da calçada U.E. [412].



Figura 8 – Estrutura [443]. Torreão com face constituída por silhares regulares e miolo com pedra de grande e média dimensão.

Na zona nascente, junto à galeria do Rio de Vila, foi identificada uma conduta, U.E. [458], em arco ogival que atravessa toda a muralha e que seria onde, originalmente, o Rio de Vila atravessava a mesma. Esta conduta terá tido diferentes fases, pois foi possível observar que a sul da muralha esta sofreu um acrescento posteriormente coberto por um nível de circulação em lajeado, U.E. [460], entretanto já bastante destruído.

O escasso espólio recolhido no enchimento, U.E. [478], do interface associado à fundação da muralha, aparenta ter cronologia medieval sendo constituído por cerâmica utilitária e de construção.

Na zona a nascente da galeria, U.E. [474], do Rio de Vila foi identificada a face de uma estrutura, U.E. [472], que se associou a uma fase posterior da Muralha Fernandina. O aparelho, U.E. [464], junto à face norte, apresenta sinais de uma remodelação da estrutura na zona do arco na entrada da galeria. Toda a fachada terá sido reconstruída e realinhada com o objetivo de reforçar o torreão na zona da passagem do Rio de Vila. Contudo a relação com a face norte do torreão terá sido perdida aquando da construção da atual galeria, U.E. [474], do Rio de Vila nos anos 30 do séc. XX.



Figura 9 – Foto aérea da área do torreão [443] onde é visível a base e alinhamento da Muralha Fernandina U.E. [454].



Figura 10 – Pormenor conjunto de fragmentos de cerâmica de uso quotidiano de cronologia medieval.

Após escavado o enchimento da galeria, tendo em conta os materiais contemporâneos observados no seu interior e a documentação histórica disponível, podemos supor-se que a mesma terá sido utilizada, no mínimo, até aos anos 30 do séc. XX, quando foi construída a atual galeria do Rio de Vila. Na zona da entrada é possível observar uma calha em granito e dois grandes encaixes ao nível do lastro também em granito. É de supor a existência prévia de uma comporta e/ou gradeamento na zona da entrada.

Na sequência da identificação de um dos troços da Muralha Fernandina e respetivo torreão, e devido ao facto do mesmo se prolongar para além da área intervencionada, foram realizados alargamentos para nascente a fim de se verificar a presença da restante muralha.

Após a remoção dos depósitos de aterro, foi possível identificar em praticamente toda a área de intervenção vestígios da Muralha Fernandina. Verificou-se a existência de ambas as faces (interna e externa) da mesma, sendo possível determinar uma largura de cerca de 4,70m ao nível da base. Sensivelmente ao centro verificou-se uma falha no alinhamento provocada por um saque de pedra.

As últimas fiadas da muralha são constituídas por silhares de grande dimensão e não muito regulares. É de destacar o facto de alguns desses silhares serem almofadados podendo eventualmente ser reaproveitados de uma estrutura de origem romana.

Foi ainda possível constatar que o traçado da muralha neste ponto tem uma curvatura e que a mesma se orienta para baixo do edifício das Cardosas em direção à Praça Almeida Garrett.



Figura 11 – Panorâmica da estrutura U.E. [472], associada ao torreão, cortada pela galeria do Rio de Vila.



Figura 12 – Pormenor de encaixes no lastro e calhas nas paredes para possível comporta.



Figura 13 – Pormenor da curvatura da muralha Fernandina.



Figura 14 – Pormenor da face interna da muralha Fernandina.

3. Considerações Finais

No decurso da intervenção (realizada entre 2021 e 2023) que abrangeu o Largo dos Lóios e a Praça da Liberdade (em frente ao Palácio das Cardosas), foi possível esclarecer parte das incertezas em relação ao traçado da Muralha Fernandina.

Se já seria exatável a localização da muralha, o mesmo não pode ser dito do torreão identificado, pois este não estava representado na cartografia histórica disponível, havendo apenas relatos da sua demolição com o objetivo de harmonizar o espaço público após a construção da última fase da Fonte da Natividade em finais do séc. XVII.

Apesar de ter sido possível confirmar o traçado da muralha, verificou-se que a estrutura foi bastante afetada/saqueada pelas construções adjacentes (Fonte da Natividade e Palácio das Cardosas), pelos arranjos urbanísticos circundantes e pelas infraestruturas que foram sendo instaladas ao longo dos séculos no Largo dos Lóios, Rua dos Clérigos e Praça da Liberdade.

No Largo dos Lóios as estruturas postas a descoberto refletem, essencialmente, as alterações urbanas sofridas no séc. XVIII promovidas por João de Almada. Efetivamente, a estrutura identificada numa fase prévia, cujo alinhamento corresponde ao da Muralha Fernandina, tem uma largura bastante inferior ao exatável de uma estrutura defensiva. Esta terá surgido em sequência da substituição do postigo de Santo Elói por uma porta mais larga (Porta do Almada), com o objetivo de facilitar a ligação do Terreiro de Santo Elói à Rua



Figura 15 – Alçado Norte do torreão [443] onde é visível a destruição provocada pela construção da galeria do Rio de Vila.

do Almada, e consequentemente, o acesso a Braga e Guimarães. A construção da porta foi arrematada em 1764 por Caetano Pereira (“A.H.M.P. [Arquivo Histórico Municipal do Porto], Arrematações, Livro 4º, fls. 5v.-7v.”) com as seguintes cláusulas:

– Teria de demolir a muralha “quanto for necessário para assentar a portada com toda a sua fachada na forma das plantas”;

– A obra seria toda de “escoadria de pedra branca, limpa e bem lavrada “e ajuntada livre de falhas tudo escodado, e bornido, e so o que nas plantas se mostram/almofoadadas serão todas de picam muito meudo”;

– O remate da fachada exterior seria executado na forma da planta, com pedra de Santa Cruz do Bispo ou de São Gens, e como este remate “o emcobre a sacada da cornige para se não puder ver a mayor parte delle do sobreleito da cornige para cima sera asentado sobre huma facha ou soco da escoadria lavrada de tres palmos de alto resaltado nos prumos dos membros da fachada, em pilastras, e contrapilastras”;

– O mestre que arrematou a obra aproveitaria a pedra que se extraísse da parte da muralha demolida.

Estes relatos confirmam que a muralha foi efetivamente destruída neste ponto e substituída pela estrutura registada (no alinhamento da muralha) aquando da intervenção no Largo dos Lóios.

Após a destruição da muralha, em finais do século XVIII, o Largo dos Lóios sofreu vários arranjos urbanísticos e instalações de infraestruturas várias, que causaram bastante impacto nas estruturas que restaram associadas à mesma. Mesmo os escassos materiais recolhidos, durante a intervenção arqueológica, apontam para cronologias recentes, sempre posteriores ao século XVIII.

Quanto aos trabalhos relativos intervenção, que se estendeu por toda a extensão da fachada do Palácio das Cardosas, numa primeira fase há a destacar a identificação da calçada

que se desenvolve entre a área ocupada pela Fonte da Natividade e o Palácio das Cardosas. Esta corresponderá à anterior “Calçada da Natividade” (posteriormente ficaria conhecida como “Calçada dos Clérigos”). Esta calçada terá sofrido uma renovação no séc. XVIII em consequência das alterações promovidas por João de Almada, no caso em concreto, a abertura da Porta do Almada na Muralha Fernandina. Esta estrutura apresentou-se bastante saqueada e destruída pela instalação de infraestruturas contemporâneas, contudo, foi possível identificar o seu traçado e o seu limite sul.



Figura 16 – Galeria em arco ogival, por onde o Rio de Vila atravessaria a muralha.



Figura 17 – Pormenor: Interior da estrutura, U.E. [468], de captação de água no substrato geológico, integrada no miolo do torreão.

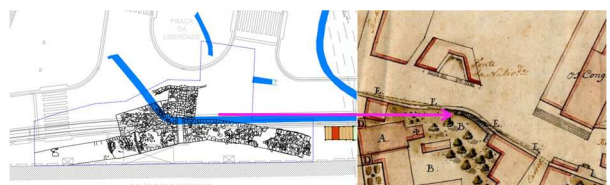


Figura 18 – Planta das estruturas associadas à Muralha Fernandina comparada com a cartografia de José de Champalimaud de Nussane (1790).

O grande destaque da intervenção arqueológica foi a confirmação do traçado da Muralha Fernandina na área em frente ao palácio das Cardosas. Foi possível validar o traçado representado na planta de José de Champalimaud de Nussane (1790). Contudo, na representação de Nussane, não se observa o torreão que surgiu durante os trabalhos de escavação. Este torreão, também bastante afetado pela instalação de infraestruturas de saneamento contemporâneas, terá sido demolido após a renovação da Fonte da Natividade em 1682 com o objetivo de harmonizar o espaço contíguo à mesma. Foi ainda observada a reformulação existente, na zona do torreão, onde o Rio de Vila atravessava originalmente a muralha. Esta zona terá sido reforçada ao longo do tempo tendo sido adaptada (e também reformulada na sua fachada) aquando da construção do aqueduto que acompanha a Rua dos Clérigos até à Praça da Liberdade no século XVIII. Podemos aqui talvez olhar para esta estrutura de reforço, como uma estrutura construída (eventualmente no século XVII) neste contexto de canais subterrâneos de escoamento, potencialmente relacionada também com a Fonte da Natividade. O abandono da mesma deverá ter ocorrido aquando da construção da atual galeria do Rio de Vila nos anos 30.

Em relação à estrutura relacionada com a Muralha Fernandina esta foi bastante saqueada em toda a sua extensão na Praça da Liberdade. Ficou claro que grande parte da pedra saqueada foi utilizada na construção do embasamento do Palácio das Cardosas, tendo restado apenas duas a quatro fiadas de pedra no alinhamento original. A exceção está no facto de a galeria em arco ogival, por onde o Rio de Vila atravessaria a muralha, ter resistido por questões de utilidade da estrutura.

Destaque ainda, para a estrutura de captação de água no substrato geológico, integrada originalmente no miolo do torreão que canalizava a mesma para o interior do pano de muralha.

Com o término dos trabalhos, foi possível confirmar o traçado da Muralha Fernandina e adicionar novos dados aos anteriormente conhecidos.

Bibliografia

- AGUIAR-BRANCO, Luís Bourbon (2018) – *A muralha Gótica do Porto. Contributos para uma nova visão sobre a cidade medieval rodeada de muralhas*. Tripeiro, 7.ª Série, Ano XXXVIII, n. 07: 219-220.
- BARKER, P. (1989) - *Techniques of archaeological excavation*, 2 ed. [1ª Ed. 1977], London, Batsford Book.
- BONIFÁCIO, M. (2014) – *Princípios de Ação para a revalorização das capelas da muralha fernandina do centro histórico do Porto*. Mestrado integrado em Arquitetura e Urbanismo, Vila Nova de Cerveira: 87-89.
- CABRAL, M. (2019) – *A muralha gótica do Porto: cintura e limites da cidade*. Unidade Curricular Arquitetura II. Mestrado em História de Arte, Património e Cultura Visual. FLUP. Disponível em https://www.academia.edu/40718107/MURALHA_G%C3%93TICA_DO_PORTO_CINTURA_E_LIMITES_DA_CIDADE.
- CRUZ, A. (1973) – *Tempos e Caminhos: Estudos de História*. Porto:[s.e]: 109.

- FERREIRA, N.; ROCHA, M. (2013) – *Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto Contemporâneo: da programação dos Almadás ao plano de 1952*. (Disponível em <https://repositorioaberto.up.pt/handle/10216/78025>).
- HARRIS, E. C (1991) - *Princípios de Estratigrafia Arqueológica*, [1ª Ed. 1979], Barcelona, Editorial Critica.
- PINTO, J.R. (s.d.) – *Antes dos Almadás, Geografia do Porto*. Porto, pp.73-75.
- https://www.researchgate.net/publication/344243449_Geografia_Historica_Antes_dos_Almadas.
- PIMENTA do VALE, C. (2017) – *El proceso de construcción del centro cívico de Porto en el período entre guerras: la introducción de nuevos materiales, sistemas constructivos y vocabulários arquitectónicos*. Acta del Décimo Congreso Nacional y Segundo Congreso Internacional Hispanoamericano de Historia de la Construcción. Volume III. San Sebastián 3 – 7 de octubre.
- QUEIRÓS, J. L. (2014) – *O Porto – A formação da Urbe entre o Século XII e o Século XVIII*. ERASMO: *Revista de Historia Bajomedieval y Moderna*: 142-143.
- ROCHA, M.; FERREIRA, N. (2014) – *Etapas de Consolidação da Paisagem Urbana do Porto Contemporâneo: Da programação dos Almadás ao Plano de 1952*. Porto: CITCEM, Edições Afrontamento: 191-193.
- SOUZA, F. R. Da (1994) - *Tempos Medievais*, in “*História da Cidade do Porto*”. 2ª ed. Porto, Porto Editora.
- VITORINO, P. (1946) – *As Muralhas Fernandinas do Porto*. Palavras de Apresentação, *Douro Litoral*, Porto, 2ª série, 6: 3-55.
- Fontes*
- “A.H.M.P. [Arquivo Histórico Municipal do Porto], Arrematações, Livro 4º, fls. 5v.-7v.”
- Planta de Champalimaud de Nussane (1790). Reprodução sem escala. <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/332326/?q=Champalimaud+de+Nussane>.

THE REBELLO HOTEL (VILA NOVA DE GAIA) – CONTRIBUTO DA ARQUEOLOGIA PARA A HISTÓRIA DE UM SÍTIO.

Francisco Raimundo¹
José Carvalho²
Rui Pinheiro³

Resumo:

No âmbito da empreitada de construção e reconversão dos antigos armazéns da unidade fabril “Mardouro” numa unidade hoteleira “The REBELLO – Luxury Hotel And Apartments” (Vila Nova de Gaia), cuja implantação englobava um conjunto de seis edifícios, apresenta-se uma breve caracterização da ocupação do espaço ao longo dos anos. Esta caracterização é elaborada, essencialmente, com base nos trabalhos arqueológicos desenvolvidos, sondagens de diagnóstico, acompanhamento arqueológico e escavação decorrente da identificação de novas realidades, suplementada por algumas fontes documentais, o que nos permitiu perceber algumas das fases construtivas do edifício existente, sobretudo, durante a segunda metade do século XIX, bem como, a existência de ocupações de épocas anteriores cujas mais antigas remetem para o período da antiguidade tardia (séculos IV/VI d.C.).

Abstract:

The Rebello Hotel (Vila Nova de Gaia) – contribution of Archaeology for the history of a site.

This article aims to present the results of the archaeological intervention developed during the construction and conversion of the old warehouses of the “Mardouro” factory unit into a hotel unit “The REBELLO – Luxury Hotel And Apartments” (Vila Nova de Gaia). This description is essentially based on the archaeological work carried out, diagnostic surveys, archaeological monitoring and excavations resulting from the identification of new realities, supplemented by some documentary sources, which allowed us to understand some of the construction phases of the existing building, especially during the second half of the 19th century, as well as the existence of occupations from earlier periods, the oldest of which date back to the period of late antiquity (4th/6th AD).

1. Introdução

O conjunto arquitetónico alvo de intervenção, comumente conhecido por armazéns “MarDouro”, encontra-se numa área condicionada do ponto de vista arqueológico e patrimonial da cidade de Vila Nova de Gaia, nomeadamente na servidão administrativa do Castelo de Gaia (I.I.P. – Diário da República nº163, 1ª de 17 de julho, Dec. Nº 29/90) que, por sua vez, se integra na área IIC3 – Área de proteção ao Castelo de Gaia, do Plano Diretor Municipal da cidade (freguesia de Santa Marinha).

Situada na zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia, denominada de Cais de Gaia, a área de implementação da empreitada, 5633.14 m², englobava um conjunto de 6 edifícios/armazéns onde recentemente se encontrava instalada uma unidade fabril designada de “MarDouro”, fundada em 1969, que se dedicava ao fabrico de utensílios de cozinha em alumínio e aço inoxidável. Apenas um dos armazéns, com entrada independente pela Rua Rei Ramiro, não integrava a fábrica, sendo propriedade do Instituto de Vinho do Porto.

No início da segunda metade do século XIX, estes armazéns terão sido ocupados pelo dinamarquês Jan Hinrich Andresen (1826 -1894), bisavô da escritora Sophia de Mello Breyner Andresen, que aqui instalou a sua empresa de Vinho do Porto e que terá permanecido até aos finais da segunda metade do século XX, ultimamente como J. H. Andresen Sucessores, Lda.

A empreitada em questão, previa a reabilitação/reconversão de dois dos armazéns e o desmonte do restante edifício dando lugar a três novos edifícios construídos de raiz e a espaços exteriores entre eles. Todavia, os dois edifícios principais que permaneceram foram alvo de uma enorme

¹ ERA-Arqueologia S.A. - franciscoraimundo@era-arqueologia.pt.

² ERA, Arqueologia, S.A - josecarvalho@era-arqueologia.pt.

³ Arqueólogo.

intervenção, por forma a requalificá-los mantendo assim os traços arquitetónicos característicos dos armazéns relacionados com o Vinho do Porto.

A abordagem arqueológica realizada teve por base o parecer prévio emitido pela Direção Geral do Património Cultural (DGPC) / Direção Regional da Cultura do Norte (DRCN), decorrente do processo relativo à construção do empreendimento.

Assim, os trabalhos arqueológicos desenvolveram-se entre o dia 10 de Abril de 2018 e 30 de Setembro de 2021 e contemplaram duas fases de execução que consistiram, primeiramente, antes do arranque da empreitada, na realização de sondagens de diagnóstico, seguindo-se o acompanhamento arqueológico de todos os trabalhos de demolição, desmonte de estruturas, levantamento de pisos e movimentação de terras, tendo-se elaborado o registo fotográfico da evolução da empreitada, procedendo-se ao registo fotográfico e gráfico (à escala 1/20, preferencialmente) dos elementos patrimoniais e de todos os vestígios / pormenores considerados úteis para a compreensão de evolução do edificado.

De salientar, que durante o acompanhamento da escavação / desaterro da área corresponde a dois dos edifícios localizados na zona central do empreendimento, foram identificadas várias estruturas relacionadas com anteriores ocupações do espaço, o que conduziu à adoção de medidas de minimização que implicaram a escavação arqueológica.

2. Enquadramento geográfico e histórico

O conjunto de imóveis alvo dos trabalhos arqueológicos situam-se entre a Rua de Rei Ramiro, a Rua Cais de Gaia e a Rua de Pereira da Costa, todas pertencentes à Antiga Freguesia da Santa Marinha, que desde 2012, por força da reorganização administrativa do território, introduzida pela Lei n.º 22/2012 de 30 de maio, integram a União das Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada, concelho de Vila Nova de Gaia e distrito do Porto.



Figura 1 – Localização do sítio (a vermelho) num excerto da Carta Militar de Portugal 1/25 000, folha número 122.

Em termos geológicos, dominam os granitos do Porto e as formações do Complexo xisto-grauváquico, sendo que sobre

as formações mais antigas predominam depósitos de praias antigas e terraços fluviais.

A imagem do centro histórico de Gaia, designadamente da Vila Nova, está fortemente conetada com as caves de Vinho do Porto, contudo, convém mencionar que a riqueza mercantil se ficou, durante muito tempo, pela margem direita, assim como grande parte dos armazéns que, só a partir do século XVIII, passaram a ocupar mais intensamente a zona ribeirinha de Gaia, quando o aumento das exportações exigiu amplos espaços de armazenamento que o Porto não possuía.

O conjunto de edifícios que encontramos atualmente na área da intervenção arqueológica constituem testemunhos diretos da história do passado da margem sul do Rio Douro e que caracterizam a zona histórica ribeirinha de Gaia, onde estavam sediadas as caves e armazéns dos principais produtores do Vinho do Porto.

3. Trabalhos arqueológicos

Desenvolvidos em duas fases distintas da obra, os trabalhos realizados consistiram, primeiramente, em fase prévia, na execução de sondagens de diagnóstico distribuídas por toda a área de projeto por forma a permitir uma boa leitura estratigráfica do local, bem como, a deteção de eventuais vestígios arqueológicos de ocupações anteriores. Posteriormente, a segunda fase dos trabalhos contemplou o acompanhamento arqueológico de todos os trabalhos de demolição, desmonte de estruturas, levantamento de pisos e movimentação de terras.

Deste modo, a fase preparatória dos trabalhos arqueológicos, decorreu entre o mês de abril de 2018 e dezembro de 2019, compreendeu a realização de 19 sondagens de diagnóstico distribuídas por 4 períodos de intervenção, que se desenvolveram sempre com base nos resultados obtidos na fase precedente. Inicialmente foram executadas 12 sondagens que incidiram numa área total de 58m² que foi aumentando gradualmente com o avanço dos trabalhos terminando com cerca de 1115m² intervencionados.

A segunda fase dos trabalhos, correspondente ao acompanhamento arqueológico, teve início no mês de dezembro de 2019 com o arranque da empreitada permitindo a elaboração do registo fotográfico da evolução da empreitada, assim como o registo fotográfico e gráfico à escala 1/20, preferencialmente, das estruturas identificadas de acordo com a sua relevância.

No decorrer do acompanhamento dos trabalhos de desaterro das áreas correspondentes a dois dos armazéns localizados na zona central do empreendimento, foram identificadas algumas estruturas relacionadas com anteriores ocupações do espaço, o que conduziu à adoção de medidas de minimização conducentes à escavação arqueológica em área, por forma a proceder-se ao registo mesmas. A descoberta destas novas realidades culminou com a intervenção arqueológica numa área de cerca de 340 m² distribuídos por duas áreas.

Os trabalhos realizados permitiram colocar a descoberto várias estruturas relacionadas com a utilização do espaço como armazéns de vinho, bem como, com a tanoaria a vapor aqui instalada no último quartel do século XIX.

Do conjunto de estruturas identificadas nas áreas alvo de escavação arqueológica, destaca-se a presença de uma construção cronologicamente enquadrável no período da Antiguidade Tardia, século IV/VI d.C., bem como, várias construções posteriores. Dessas estruturas salienta-se a presença de duas vias de circulação que se sobrepõem e de uma lagareta escavada na rocha que será contemporânea do caminho mais antigo.

Por forma a facilitar a georreferenciação e sistematização de informação recolhida, bem como, para melhor compreensão da ocupação do espaço e da evolução do edificado, a área em estudo foi dividida em seis espaços que se encontram fisicamente separados pelas paredes que compõem os vários edifícios e que foram denominados como Armazém 1, Armazém 2, Armazém 3, Armazém 4, Armazém 5 e Armazém 6, como representado na figura 2.



Figura 2 – Divisão da área da empreitada por armazéns (Armazém 1; Armazém 2; Armazém 3; Armazém 4; Armazém 5; Armazém 6).

4. Sondagens de diagnóstico

A área intervencionada no âmbito do diagnóstico arqueológico localiza-se, essencialmente, nos Armazéns 1 e 3 que culminou com a escavação de cerca de metade da área total do primeiro armazém e a totalidade do terceiro. Na base dos vários períodos de escavação (4), que constituíram o alargamento das sondagens iniciais, estiveram as estruturas identificadas relacionadas com anteriores ocupações do espaço.

Assim, no Armazém 1 foram registadas várias estruturas que estarão relacionadas com a tanoaria a vapor que aí foi instalada no último quartel do século XIX, pela mão de Jan Hinrich Andresen. De todas as estruturas registadas destacam-se duas canalizações construídas em tijolo maciço/industrial, uma construída sobre a outra, resultado da sua reformulação, e uma estrutura construída também com o recurso ao mesmo tipo de material onde é visível o arranque de uma chaminé. Por entre estas estruturas, por todo o armazém, sucedem-se vários maciços, dispostos sempre com a mesma distância, que serão resultado de uma ocupação do espaço posterior à tanoaria.



Figura 3 – A - Vista das estruturas identificadas no Armazém 1; B - Vista das estruturas registadas no Armazém 3.

No Armazém 3 foram registadas várias estruturas, sendo que, a maioria estão relacionadas com o armazenamento de vinho. Com o término da execução das várias sondagens implantadas neste edifício e com os resultados obtidos, verificando-se a existência de estruturas em todas elas, procedeu-se à escavação integral do armazém. Com estes trabalhos de escavação percebeu-se que anteriormente o armazém era composto por duas áreas distintas: a primeira, localizada próxima da entrada principal do edifício, onde terá funcionado algum tipo de indústria provavelmente relacionada com a máquina a vapor da tanoaria existente no armazém 1, e, a segunda, correspondente a cerca de dois terços do imóvel, que terá sido utilizada como espaço de armazenamento. Das estruturas identificadas destaca-se a presença de várias estruturas tipo “saibreiras” dois depósitos subterrâneos, quatro conjuntos de bases de balseiros e a rampa de acesso ao armazém.

Do diagnóstico levado a cabo nos restantes armazéns, 2, 4, 5 e 6 não resultou a identificação de estruturas relevantes, pelo que, apenas uma das sondagens realizadas no Armazém 2 foi alvo de alargamento decorrente da presença de um antigo muro de socaico.

5. Acompanhamento arqueológico

Os trabalhos de acompanhamento arqueológico incidiram em toda a área de projeto e consistiram na observação de todos os trabalhos de demolição/desmonte de estruturas,

levantamento de pisos e movimentações de terras. A execução destes trabalhos permitiu dar continuidade ao registo das várias estruturas identificadas durante a fase de diagnóstico, bem como a identificação de novas realidades/contextos.

Assim, no Armazém 1 foi possível registar dois níveis de ocupação anteriores constituídos por pisos em saibro, bem como perceber algumas das várias reformulações de que o edifício foi alvo. Na zona central do armazém foram registados dois conjuntos de maciços para apoio dos pilares centrais que atestam essa alteração, sendo que, por baixo do nível de circulação mais antigo, existente apenas na metade noroeste do armazém, sucedem-se vários depósitos de aterros até se atingirem os níveis de lodo demonstrando assim que toda a área do Armazém 1 terá sido “conquistada” ao rio Douro. Durante o acompanhamento dos trabalhos de desmonte da cobertura do Armazém 1 foram identificadas duas inscrições em duas traves que compõem a armação do telhado e que apontam no sentido em que toda a madeira de riga utilizada na construção dos vários armazéns terá sido importada do Estado da Geórgia, da serração “SIMONS MILLS Dodge.Meigs&Co.” situada na Ilha de St. Simons e que laborou, essencialmente, no último quartel do século XIX.

No Armazém 2 foram também identificadas/registadas várias estruturas relacionadas com ocupações anteriores destacando-se a presença de um muro de socallo localizado na noroeste do edifício, detetado em fase de diagnóstico. Com a progressão dos trabalhos percebeu-se que esta estrutura de contenção de terras encostava à parede de um antigo edifício que ocupava a primeira metade do armazém atual e do qual foi possível registar parte da parede norte e da parede este. No tramo da parede este do antigo edifício, voltada às Escadas da Bica, foi ainda registada parte de um antigo vão que corresponderá, provavelmente, a uma janela de arco em ogiva.

No Armazém 3, como já havia sido intervencionado de forma integral, não foram identificadas estruturas relevantes, pelo que, apenas foi identificada uma estrutura tipo “saibreira” localizada próximo da entrada para o armazém. No que diz respeito ao acompanhamento dos trabalhos parietais, neste armazém foram identificados vários vãos entaipados resultado da alienação do edifício dos restantes. Assim, ao nível do rés-do-chão foram registados na parede nordeste três vãos em arco de volta perfeita que serviam de ligação com o Armazém 1. Na parede oposta, sudoeste, ao nível do segundo piso foi registado um vão que servia de acesso ao logradouro do Armazém 4 e consequentemente à Rua Rei Ramiro. Na área de logradouro do Armazém 3 foi registado um vão de escadas, também entaipado, que servia igualmente de acesso ao Armazém 4 e à Rua Rei Ramiro. Ainda na parede sudoeste, na zona onde esta descreve uma curva para sudeste, percebeu-se a existência de uma junta que será, provavelmente, fruto da remodelação efetuado no edifício aquando dos trabalhos de alinhamento da Rua Rei Ramiro realizados à entrada do último quartel do século XIX.

Nos Armazéns 4 e 5, localizados na zona central do empreendimento, durante o acompanhamento dos trabalhos



Figura 4 – A - Vista do piso mais antigo identificado no armazém 1; B - Inscrição identificada nas traves da cobertura do armazém 1; C - Parede identificada no Armazém 2; D - Vista do vão do antigo edifício identificado na parede este do Armazém 2.

de desaterro das áreas correspondentes aos dois edifícios foram identificadas algumas estruturas relacionadas com anteriores ocupações do espaço que conduziram à adoção de medidas de minimização que passaram pela escavação arqueológica. Ainda assim, anteriormente à deteção dos contextos alvo de escavação arqueológica, no Armazém 4 apenas tinham sido identificadas algumas estruturas tipo “saibreira” e a antiga parede do Armazém 6 à qual se sobrepôs o Armazém 4 sendo assim testemunho da sua posterioridade. No Armazém 5, por baixo do nível de circulação atual foi registado um pavimento lajeado composto por lajes de granito que constituirá o nível de circulação da “lavagem da cascara” do antigo armazém de vinhos da família Andresen. Seguidamente, depois de removidas as lajetas, foi identificado um conjunto de várias canalizações que serviam, possivelmente, ao escoamento da água proveniente dos trabalhos de lavagem das pipas e ao abastecimento/funcionamento da máquina a vapor situada no Armazém 1.

Finalmente, do acompanhamento dos trabalhos realizados na área correspondente ao Armazém 6 não resultou a identificação de estruturas relevantes resumindo-se a estruturas relacionadas com os Balseiros utilizados no armazenamento de vinho, a estruturas tipo “saibreiras” e ao conjunto de maciços que serviram de base aos pilares de suporte da antiga cobertura.

6. Escavação arqueológica

Como referido anteriormente, durante o acompanhamento dos trabalhos de desaterro das áreas correspondentes a dois dos armazéns, foram identificadas várias estruturas relacionadas com anteriores ocupações do espaço, o que conduziu à adoção de medidas de minimização conducentes à escavação arqueológica em área, por forma a proceder-se ao registo das mesmas. Assim, a primeira área intervencionada, com cerca de 160 m², integra a área do Armazém 4 e a segunda, com uma área de cerca de 180m², incorpora a área do Armazém 5.

Primeiramente, os trabalhos de desaterro incidiram no Armazém 4 onde durante o acompanhamento do processo de escavação foram identificadas duas estruturas que correspondiam a dois muros, com orientação sudoeste – nordeste, dispostos paralelamente e com alguns materiais de época romana associados, nomeadamente fragmentos de tégula e ânfora. De referir, que as estruturas identificadas se situavam no espaço entre duas sondagens de diagnóstico realizadas em fase prévia e que não revelaram a presença de estruturas/materiais relevantes, estando o substrato geológico imediatamente por baixo do nível de circulação atual.

A área de escavação foi implantada por forma a incluir as estruturas identificadas, bem como toda a área disponível de ser intervencionada condicionando o menos possível o desenrolar da empreitada.

A presença contante de água nesta zona não permitiu, devido às nascentes de água existentes nas imediações (duas minas

embutidas na parede sudoeste do armazém 4) que foram cortadas pelo avanço das obras, não permitiu estender a área até à parede sudoeste. Assim, a sondagem incidiu inicialmente numa área de 160m², 16 metros X 10 metros, sendo posteriormente alvo de alargamento, a Sudoeste, com a escavação de mais uma faixa de 16m², 16 metros X 1 metro, que foi deixada para tentar conter a entrada de água na área de escavação.

Dos trabalhos de escavação resultou a identificação de um conjunto de 5 estruturas que correspondem a 4 muros e a 1 canalização/aqueduto todos localizados numa depressão do substrato geológico que poderá constituir uma antiga linha de água. Portanto, todas as estruturas terão sido parcialmente destruídas com a construção do armazém atual, aquando dos trabalhos de terraplanagem do espaço para a construção da plataforma, “escapando” assim à demolição preservando-se até hoje.

Para as estruturas colocadas a descoberto não é possível avançar com a sua funcionalidade devido à falta de articulação existente entre as construções. Contudo, através da topografia do terreno percebe-se que nesta zona passaria uma linha de água podendo algumas das estruturas lhe estarem associadas. Anteriormente à construção do armazém, esta área era composta por quintais podendo algumas das construções estar relacionadas com muros de soalco.

De todas as estruturas a parede nordeste do armazém e o aqueduto serão as construções mais recentes enquadráveis, provavelmente, na segunda metade do século XIX. O muro localizado a sudeste constituirá a estrutura mais antiga, uma vez que apresenta material cerâmico cronologicamente enquadrável na época romana na sua construção. Também os depósitos que lhe encostam a sudoeste revelam a presença do mesmo tipo de espólio arqueológico.

De salientar, que os trabalhos de escavação realizados nesta área não se afiguraram de fácil execução devido à grande quantidade de água que existia no local proveniente das minas, aliada ao mau tempo verificado durante o período em que decorreram os trabalhos.

Com a evolução da empreitada e durante os trabalhos de escavação/desaterro da área correspondente ao Armazém 5 foram, novamente, identificadas estruturas de construção anterior ao edificado existente atualmente. Assim, procedeu-se à suspensão dos trabalhos de desaterro e definiu-se uma área para escavação arqueológica que englobasse as estruturas identificadas, 180m².

Constrangimentos relacionados com o progresso da obra, não permitiram a escavação integral de toda a área em simultâneo, originando a divisão dos trabalhos em duas áreas. Assim, primeiramente foi intervencionada a zona sudoeste, com cerca 140m², 18 metros X 8 metros, e posteriormente a zona nordeste com cerca de 40m², 10 metros X 4 metros. Também a escavação de cada uma das duas áreas não se desenvolveu de forma contínua ficando sempre uma parte para uma segunda fase. Na primeira área os trabalhos foram

condicionados pela instabilidade das paredes sudeste e nordeste do Armazém 1, e a segunda área foi condicionada pela necessidade de entrada de maquinaria no Armazém 1 para dar continuidade ao desaterro do seu interior.

Dos trabalhos de escavação desta área resultou a identificação de várias estruturas que demonstram a ocupação deste espaço ao longo dos anos. Assim, por baixo dos vários níveis de aterro depositados nesta área, com vista à construção da plataforma que deu origem ao Armazém 5, foram identificadas duas estruturas que corresponderão, possivelmente, aos restos das paredes de um antigo edifício que aqui terá existido anteriormente ao conjunto de armazéns atual. Exposto à subida das águas do Rio, a extremidade sudeste de uma estrutura apresenta forma de talha-mar, e o conjunto das duas estruturas formam uma espécie de passagem/vão entre elas. Uma destas estruturas está encostada a um antigo muro que já havia sido registada em fase de acompanhamento, uma vez que serviu de alicerce à parede sudoeste do Armazém 1.

Desmontadas algumas das estruturas foi registada a existência de um antigo caminho lajeado, com orientação noroeste – sudeste, que serviria de acesso ao rio Douro, e de um edifício em forma de talha-mar que se encontrava por baixo do edifício referido anteriormente. Aparentemente ambas as estruturas serão contemporâneas e terão sido cortadas, primeiramente, pelo muro registado que serve de alicerce à parede sudoeste do Armazém 1 e, posteriormente, conjunto das duas estruturas anteriormente descritas.

Após a remoção do lajeado e da respetiva camada de assentamento foi registado outro caminho lajeado mais antigo que também serviria de acesso ao Rio Douro. Com orientação oeste -este, esta estrutura viária foi destruída pela construção pela construção edifício em forma de talha-mar mais antigo. Possivelmente contemporâneo deste caminho, localizada a menos de um metro, será a lagareta identificada por baixo da parede que serviu de alicerce ao Armazém 1. Esta estrutura rupestre é constituída por três cavidades escavadas no afloramento rochoso, alinhadas e elaboradas em três planos altimétricos diferentes. De planta circular a cavidade superior encontra-se ligada à segunda através de orifício circular escavado na rocha. Da segunda cavidade, de planta ovalada, segue um pequeno canal até à terceira e última cavidade.

Nesta área foi também identificada uma estrutura cronologicamente enquadrável no período romano, que à semelhança da estrutura registada na escavação realizada no Armazém 4 também possui material cerâmico dessa época na sua construção. Localizado na zona sudoeste da área de escavação, esta estrutura (muro) apresenta apenas cerca de 1 metro de comprimento e poderá tratar-se da continuação da estrutura identificada no Armazém 4 que foi cortada pela construção da parede comum aos Armazéns 4 e 5.

Em suma, nesta área de escavação, localizada na área correspondente ao Armazém 5, foram registadas 5 fases de ocupação anteriores ao edifício atual enquanto armazém relacionado com o armazenamento e exportação de vinho (lavagem da cascaria) no último quartel do século XIX.



Figura 5 – A - Vista do plano final da escavação no Armazém 4; B - Vista das estruturas identificadas até ao nível do piso mais recente no Armazém 5; C - Vista do caminho lajeado mais recente; D - Vista do caminho lajeado mais antigo; E - Vista da lagareta.

7. Espólio arqueológico

Dos trabalhos arqueológicos realizados no âmbito do projeto de construção da unidade hoteleira “The REBELLO – Luxury Hotel And Apartments”, que compreenderam sondagens de diagnóstico, acompanhamento e escavação arqueológica, resultou um conjunto de espólio muito diversificado composto por 7730 fragmentos de peças de várias tipologias e materiais que são cronologicamente enquadráveis entre o período tardo-romano e os finais do século XX.

A maior parte do material identificado/recolhido corresponde a fragmentos de peças cerâmicas (69%), material lítico (13%) e material metálico (pregos, tubos, escória, etc.) e osteológico, sobretudo fauna mamalógica (10%). Menos representativos surgem as moedas, os fragmentos de madeira e cortiça.

O conjunto de espólio cerâmico inventariado é constituído maioritariamente por cerâmica comum/utilitária (43%) e material de construção (19%), sendo que foram considerados materiais de época romana, nomeadamente de fragmentos de ânfora, tégula e imbrice. A cerâmica faiança também possui grande representatividade (18%), bem como a cerâmica vidrada (15%) destacando-se a presença de fragmentos cronologicamente enquadráveis entre os séculos XVII e XIX. Menos representados surge o azulejo (2%) e o caulino (2%) destacando-se a presença de fragmentos de tradição hispano-árabe e os fragmentos de cachimbo, respetivamente. Finalmente, de forma quase residual aparece a porcelana (1%) e o grés (menos de 0,5%).

Relacionando o espólio arqueológico com as várias fases de ocupação registadas/identificadas, os materiais cronologicamente enquadráveis na fase mais antiga, Antiguidade Tardia, que surgem associadas a duas das estruturas registadas nas áreas alvo de escavação arqueológica, correspondem, essencialmente, a fragmentos de cerâmica de armazenamento (ânfora) e material de construção (tégula e imbrice), sendo que também foram identificados alguns fragmentos de cerâmica comum, cerâmica fina e vidro.

O material anfórico exumado é constituído por fragmentos de ânforas lusitanas de tipologia indeterminada, fragmentos de ânforas provenientes do Mediterrâneo Oriental (Ânfora Romana Tardia 1, LRA 1); Ânfora Romana Tardia 2, LRA 2) e fragmentos de ânforas provenientes do Norte de África.

A Ânfora Romana Tardia 1 seria utilizada, essencialmente, no armazenamento de vinho¹ e azeite². A utilização destes utensílios para armazenamento destes dois produtos é considerada plausível por Fernández (2014, p.340), uma vez que, tendo em consideração a localização dos centros de produção deste tipo de ânfora, junto à costa (Arsuz o

Seleucia), onde estas duas mercadorias eram produzidas em grandes explorações, nos territórios de importantes cidades como Apamea e Antióquia, e depois comercializado a larga distância. Atualmente, conhecem-se cerca de 16 centros produtores de Ânfora Romana Tardia (LRA 1), concentrados sobretudo na parte Este da Sicília e no Norte da Síria (Golfo de Iskenderum-Turquia). Identificaram-se igualmente alguns centros na parte ocidental da Ilha de Chipre e na costa das antigas províncias de Panfilia, Lícia e Caria (costa sul da Turquia) inclusivamente na ilha de Rodas.

Cronologicamente, devido ao seu tremendo êxito comercial, a sua utilização é muito ampla. Deste modo, as variantes 1A e 1B de Piéri (2005), tendo em consideração as datações gaulesas, documentam-se a partir de inícios do séc. V d. C. até meados do séc. VII d.C.

Da Ânfora Romana Tardia 2 (LRA2), existem evidências de que seria igualmente utilizada no armazenamento e transporte de vinho e azeite³. A concentração deste tipo anfórico na área do Mar Egeu (Grécia/Ilhas Gregas) e do Mar Negro, sugere uma produção mais intensiva nesta região. Quanto ao seu enquadramento cronológico, a produção deste tipo de ânfora (LRA 2) surge a partir do início do século IV d.C. na Scythia (Opaiț, 1996; 2004a; 2004b) e em Atenas (Robinson, 1959: Tipo M272). Em Cartago, há um aumento acentuado de sua presença a partir de meados do século VI, enquanto a sua produção parece ter terminado na primeira metade do século VII d. C. (Riley, 1981; Peacock, 1984).

Finalmente, das ânforas norte-africanas, salienta-se a presença da ânfora Keay 62 produzida em oficinas do norte e centro (em menor percentagem) da Tunísia, entre o final do séc. V d.C. a meados do séc. VI d.C. (variante A); final do VI séc. d.C. ao início do sétimo século d.C., variante E. O seu conteúdo é incerto, talvez molho de peixe ou vinho (Opaiț, 1998), no entanto, um conteúdo oleícola não pode ser excluído.

No que diz respeito ao material vítreo relacionado com esta fase de ocupação mais antiga é de referir ainda a presença de alguns fragmentos de vidro de produção tardia, cronologicamente enquadráveis nos séculos IV-Vd.C.. embora se trate de fragmentos de difícil análise tipológica, mas tecnicamente com cores que variam entre o verde-amarelado e o verde-amarelado escuro são características que se enquadram na Época Tardia (Cruz, 2009).

Da 2.^a fase de ocupação do local; *grosso modo* enquadrável entre meados do século XV e inícios da Idade Moderna destaca-se a presença de vários numismas, que pela sua morfologia nos parecem Ceitis, um é efetivamente um Ceitil, e um azulejo de tradição hispano-árabe feito com a técnica de corda seca, situando-se os centros produtores destes nas cidades de Toledo e de Sevilha.

¹ Piéri (2005) argumenta que o vinho era, provavelmente, o conteúdo principal.

² Análises já efetuadas demonstram que o conteúdo principal era o azeite.

³ Opaiț sugere que este tipo servia, provavelmente, para transportar azeite. Peacock & Williams (1986, p.183) referem a incerteza relativamente ao seu conteúdo, uma vez que, o *tituli picti* (associado ao transporte de azeite) detetado na Roménia possa ser resultado de uma reutilização.

Cronologicamente enquadrável na Idade Moderna, que compreende a 3.^a fase crono-estratigráfica do espaço, foram recolhidos vários fragmentos cerâmicos (faiança, porcelanas e comum) e alguns numismas. Das faianças recolhidas nesta intervenção arqueológica, podemos encontrar nas intervenções efetuadas na Casa do Infante (Porto) alguns exemplares correspondentes, como por exemplo: um fragmento de prato com decoração em gomos e outro com decoração de rendas a azul e manganês, inseridos em depósitos datados do terceiro quartel do século XVII (1640-1675) (Oliveira, 2013). Este material surge associado a depósitos anteriores à construção dos atuais armazéns podendo estar relacionados com antigos edifícios representados na aguarela de Pier Maria Baldi (Biblioteca Laurenziana em Florença), 1669.

Da 4.^a fase crono-estratigráfica, Idade Moderna/Idade Contemporânea, com a construção dos vários armazéns existentes e com a modificação do terreno envolvente surge-nos algum espólio associado, composto, essencialmente, por fragmentos cerâmicos (faiança, material de construção, comum, vidrados de chumbo e fragmentos de cachimbo).

O conjunto de faianças enquadra-se, maioritariamente, nas produções do ceramista Manuel da Costa Brioso, designada “louça brioso” destacando-se a presença de motivos florais, vegetalistas, cercaduras simples a azul ou manganês, círculos concêntricos a manganês, rendas a azul e manganês, etc. (Dordio *et al.*, 2001: pp. 152-155). De referir que a maioria das produções identificadas parece enquadrar-se nas produções nacionais, possivelmente locais, da chamada “faiança fina” ou louça de pó de pedra, destacando-se as imitações dos modelos ingleses, pelo método de transferência dos desenhos (transfer ware), datáveis da segunda metade do século XIX.

Relativamente ao conjunto de fragmentos de cachimbo em caulino podemos citar como modelos análogos as coleções identificadas no decurso dos trabalhos arqueológicos na Rua Mouzinho da Silveira, n.º 208-214, Porto. Das tipologias presentes, destaca-se o tipo 30/34 (Muelen), na variante B que se caracteriza pela forma ovoide ou em gancho, pedúnculo achatado e cor predominantemente branca ou creme, com acabamento predominantemente liso, exibindo apenas um “roletado” junto à boca de forninho, enquadrável

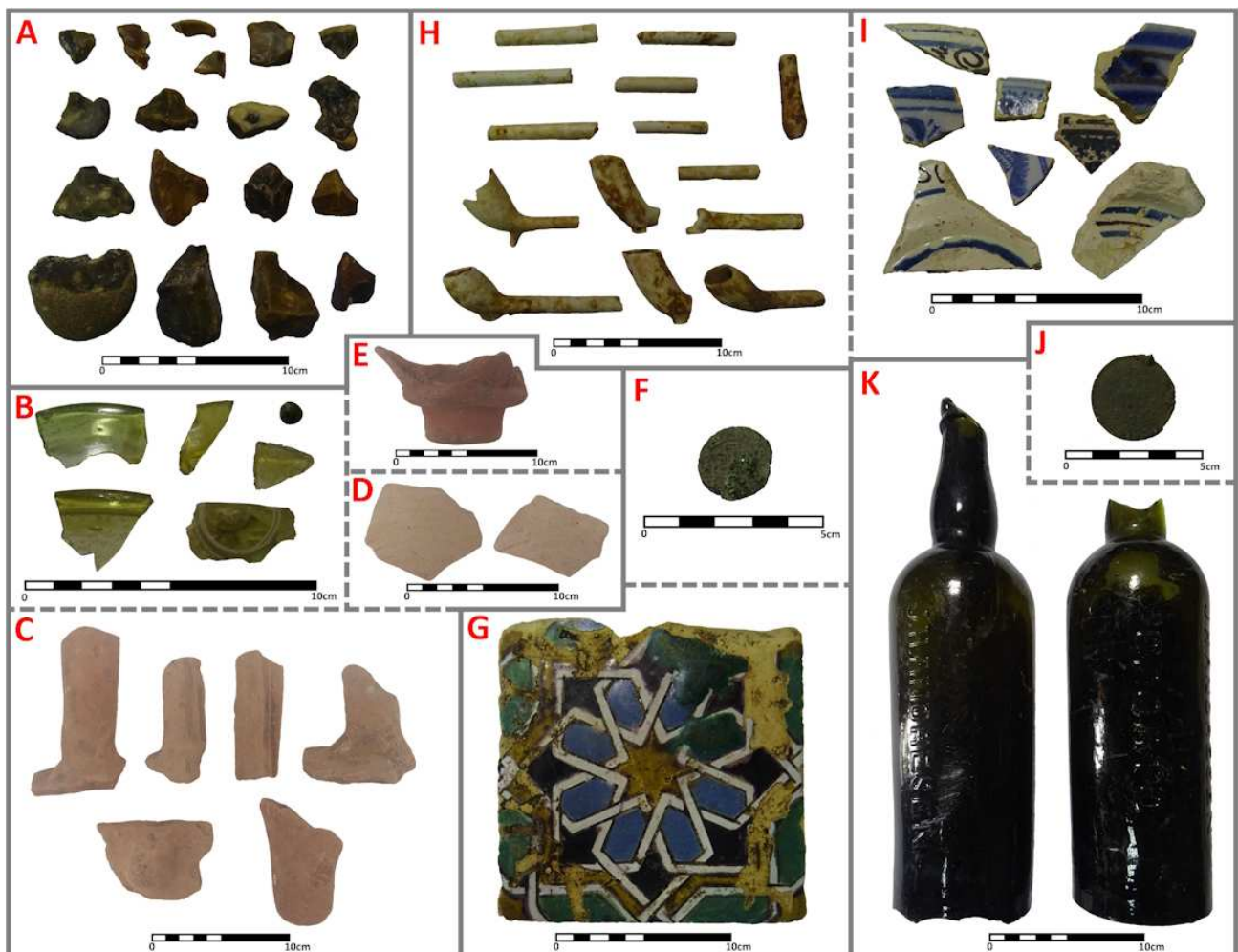


Figura 6 – A - Objetos em sílex; B - Vidros de produção tardia; C - Fragmentos de Ânfora Romana Tardia 1 (LRA1); D - Fragmentos de Ânfora Romana Tardia 2 (LRA2); E - Fragmento de Ânfora Keay 62 do Norte de África F - Ceitil; G - Azulejo de tradição hispano-árabe; H - Conjunto de cachimbos holandeses do tipo 30/34 (Muelen), na variante; I - Faianças dos séculos XVIII-XIX; J - Moeda de D. Luiz I; K - Garrafas com marca do produtor (J. H. ANDRESEN / OPORTO).

nas produções holandesas sensivelmente ao longo do século XVIII (Cosme, Lopes, 2000). É também de salientar a presença de dois exemplares que evidenciam marcas de produção, uma letra em cada lateral do pedúnculo⁴. Contudo, a presença de um fragmento evidenciando uma marca de produção com a inscrição “CHESTER” parece remeter a uma produção inglesa, com atividade documentada nos séculos XVI e XVII e que conheceu uma reativação da procura e consequente produção em inícios do século XIX (Serdoura, 2019).

Da 5ª e última fase crono-estratigráfica, enquadrável na 2.ª metade do século XIX e início do século XX, destaca-se a presença de alguns numismas do reinado de D. Luís I (1861-1889), bem como, a presença de vários fragmentos de garrafas em vidro relacionados com o engarrafamento e comercialização de “Vinho do Porto”, sendo visível a inscrição “J.H. ANDESEN/OPORTO” no bojo. Estes materiais atestam a ocupação deste espaço pela empresa ANDRESEN que se dedicava maioritariamente à exportação de vinhos e que, com base em informação histórica, aqui se terá estabelecido no ano de 1845.

Por fim, embora não fosse identificado nenhum nível de ocupação pré-histórica, portanto em contexto secundário (de deposição aluvial dos materiais nas antigas margens do rio Douro), é de referenciar a presença de indústria lítica quase exclusivamente sobre sílex. Os objetos recolhidos correspondem, essencialmente, a núcleos de sílex, lascas e seixos, que, de um modo geral não evidenciam qualquer tipo de talhe salientando-se apenas, a frequência com que este tipo de material aparece na área em estudo, sobretudo nos armazéns mais próximos do Rio Douro (Armazéns 1, 2 e 5), onde se registaram os maiores níveis de aterro relacionados com a construção das plataformas para instalação do edificado existente.

8. Síntese interpretativa

O cruzamento de todos os dados resultantes dos trabalhos arqueológicos levados a cabo no âmbito da empreitada de construção do “The REBELLO – Luxury Hotel and Apartments” com as informações resultantes da pesquisa documental, permitem avançar algumas considerações acerca da evolução do espaço construído.

Os contextos identificados no decorrer dos trabalhos arqueológicos correspondem a um quadro cronológico compreendido entre a antiguidade tardia, séculos IV a VI d.C. e o século XX. As construções mais recentes correspondem a obras realizadas durante a segunda metade do século XX que resultam da adaptação dos antigos armazéns às necessidades da instalação da fábrica que aqui laborou recentemente.

Assim, na zona central do empreendimento, na área ocupada pelos armazéns 4 e 5 foram identificadas duas estruturas que

corresponderão a dois segmentos de um muro que se constituirá como a construção/vestigio mais antigo. Com base nos materiais recolhidos no interior da estrutura juntamente com os recolhidos nos depósitos que lhe estão associados permite enquadrar a construção desta estrutura entre os séculos IV a VI d.C., portanto no período tardo-romano.

Mais recentes, do período Moderno foram identificadas algumas estruturas, nomeadamente alguns muros que restam de antigos edifícios, assim como duas calçadas e uma lagareta rupestre, todos localizados na zona central do empreendimento, também na área correspondente aos armazéns 4 e 5. Contudo, deste conjunto de estruturas as mais antigas serão a lagareta e um dos caminhos com orientação oeste – este (uma vez que se encontra por baixo do outro). Posteriormente, por cima do antigo caminho foi construído um edifício em forma de talha-mar ao qual foi adossado outra estrutura viária mais recente e com outra orientação, noroeste – sudeste. Seguidamente, é construído um muro cuja edificação destrói parcialmente o caminho. Este muro, do qual se desconhece a sua funcionalidade, mas que aparentemente, com base nas suas características, construído com blocos de granito de grande dimensão e apenas uma face, poderia integrar um antigo edifício ou constituir um paredão que faria limite com o areal da antiga Praia da Cruz, servindo mais tarde de base à parede comum aos armazéns 1 e 3. Mais tarde, terá sido construído um outro edifício sobre o mais antigo que decalca parcialmente a sua planta em forma de talha-mar. Relacionado com esta estrutura é construído um maciço de planta triangular sobre o antigo caminho, sendo que o conjunto das duas estruturas forma uma espécie de entrada/passagem.

Ainda do mesmo período, foram identificadas na área correspondente ao Armazém 2 algumas estruturas nomeadamente dois segmentos de muro que terá servido de parede nordeste (voltada ao rio Douro) de um antigo edifício, bem como parte da parede sudeste registada por baixo das Escadas da Bica, onde é visível parte de um antigo vão, aparentemente de uma janela em ogiva. Neste armazém e relacionado com este antigo edifício foram ainda registados dois segmentos de um antigo muro de soccalco.

Através da pesquisa bibliográfica, principalmente de representações gráficas antigas a primeiras referências/imagens a esta zona de Vila Nova de Gaia surgem numa aquarela de Pier Maria Baldi datada de 1669, na qual é representada Vila Nova, o Rio Douro e o Porto. Observando esta obra e tendo como referência o Convento Corpus de Christi localizado a meio da imagem, é possível visualizar a presença de algumas construções nesta zona que aparentam corresponder a armazéns e provavelmente a alguns muros de soccalco ou de delimitação de propriedade. Ainda assim, a pouca resolução da imagem não permite afirmar com certeza que se trata, efetivamente, dos edifícios localizados na zona do empreendimento dos quais poderiam fazer parte algumas das estruturas identificadas. Contudo, fica a referência da existência de construções nesta zona.

Mais tarde, já no início do século XIX, analisando a Planta redonda do Porto de George Balck, publicada em 1813, são

⁴ Um dos exemplares ostenta as letras “O/B” impressas num pedúnculo pontiagudo e o outro as letras “W/T” (?) num pedúnculo achatado.

visíveis vários edifícios localizados na área de estudo. Percebe-se a existência de um edifício de planta afunilada na área correspondente aos Armazéns 1 e 3, bem como na área do Armazém 2. Na zona central parece existir um caminho que poderá corresponder a um dos dois identificados na área da escavação arqueológica do Armazém 5.

Também em frente ao Armazém 2, na zona ocupada pelas Escadas da Bica percebe-se a existência de um acesso à atual Rua Costa Pereira. Apesar de se retirarem algumas conclusões da visualização desta cartografia, o facto de os edifícios não se encontrarem totalmente representados, uma vez que o foco do mapa é a cidade do Porto, não permite uma leitura mais precisa e detalhada.

Na panorâmica da marginal de Gaia representada no desenho a nanquim de M.^{rs} Gonne representada por deferência de M.^{rs} Jennings datada de 1830-31 é visível parte dos edifícios existentes na área dos atuais armazéns, nomeadamente do Armazém 1 e do Armazém 6.

Nesta imagem percebe-se a existência de um edifício que corresponderá ao Armazém 1, sendo que na época possuía, aparentemente, apenas 1 piso, isto com base na existência de apenas uma fiada de janelas. Por trás deste armazém é visível um telhado que constituiria a cobertura de um edifício que corresponderá ao Armazém 3.

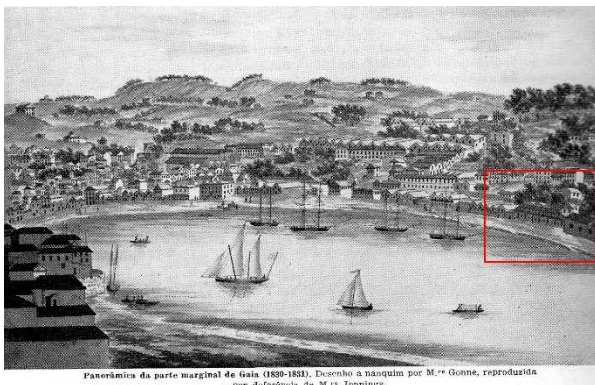


Figura 7 – Panorâmica da marginal de Gaia (1830-1831). Desenho a nanquim por M.^{rs} Gonne reproduzida por deferência de M.^{rs} Jennings.

Comparando o desenho anterior com uma imagem idêntica, mais ou menos com a mesma perspetiva (Google Earth), são bem perceptíveis as semelhanças entre o edificado existente na área de estudo, bem como de alguns edifícios existentes nas proximidades. Ainda assim, é notória a diferença relativamente ao Armazém 6 podendo corresponder a outro edifício que possivelmente estará relacionado com algumas das estruturas identificadas na área da escavação arqueológica (Armazém 5).

Posteriormente, na cartografia elaborada por Perry Vidal com base nos dados recolhidos em 1844 e publicada em 1965 incluindo já alguns edifícios e melhoramentos não se verificam alterações relevantes em relação à Planta redonda do Porto de 1813.



Figura 8 – Planta da cidade do Porto por Perry Vidal (dados recolhidos em 1844 e publicada em 1965).

De referir que nesta cartografia apenas se registam edifícios nas áreas que corresponderão atualmente aos Armazéns 1 e 2. Todavia, é visível a existência de uma possível estrutura de contenção de terras localizada entre os dois edifícios que descreve uma espécie de ziguezague sensivelmente a meio. Esta estrutura poderá também estar relacionada com algumas das construções registadas na área da escavação arqueológica (Armazém 5).

Em meados do século XIX, decorria o ano de 1845, um dinamarquês de seu nome Jan Hinrich Andresen (1826 - 1894), que havia chegado ao Porto poucos anos antes, numa embarcação proveniente do Norte da Europa, instala nestes armazéns a sua empresa relacionada com a comercialização de Vinho do Porto.

É durante o tempo em que os armazéns estão na posse de Jan Andresen, e obviamente a reboque do sucesso da sua empresa, que o edificado é alvo de profundas remodelações que o transformam completamente.

Contudo, as primeiras remodelações ocorridas no ano de 1872 não estarão diretamente relacionadas com a expansão do negócio do dinamarquês, uma vez que, segundo a planta do alinhamento da Rua Rei Ramiro elaborada pelo Arquiteto da Câmara de Gaia Evaristo Nunes Pinto, datada de 22 de maio do mesmo ano, são obras promovidas pelo organismo público.

Estas obras que visam o alinhamento/alargamento da Rua Rei Ramiro afetam diretamente a o Armazém 3 cortando-lhe uma pequena facha afunilando ainda mais a zona da entrada. Deste modo, percebe-se as alterações verificadas nas paredes sul e sudeste do Armazém 3 que o delimitam com a Rua Rei Ramiro, sendo bem visível essa reformulação.

Ainda na mesma década, uma licença datada de 1887 refere-se às obras de reformulação do edifício pelas mãos do proprietário Jan Hinrich Andresen, acompanhando a favorável evolução dos negócios. São estas as primeiras alterações ao edificado existente de que dispomos licenças.

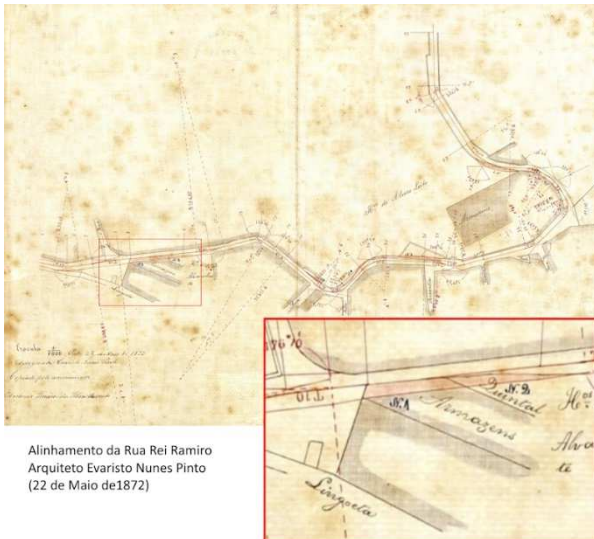


Figura 9 – Planta referente ao Alinhamento da Rua Rei Ramiro, datada de 1872.

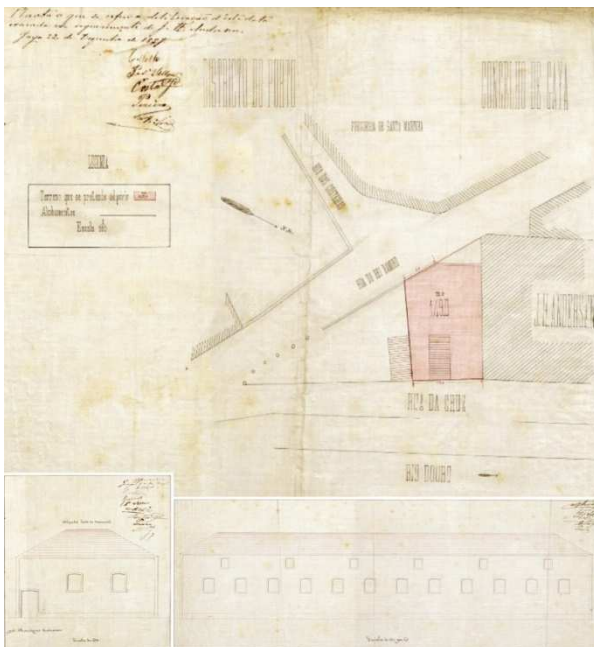


Figura 10 – Planta e alçados da reformulação do Armazém 1, datados do ano de 1887.

Esta reformulação estará relacionada com a instalação da tanoaria a vapor implantada, essencialmente, no Armazém 1 da qual foram registadas várias estruturas com o decorrer dos trabalhos arqueológicos. Assim, na licença consta a planta referente à construção de um anexo com cerca de 149 m² localizado a Sudeste do Armazém 1 onde também foram registadas estruturas relacionadas com a tanoaria, nomeadamente construções em tijolo industrial “burro”, bem como um tanque e várias canalizações.

No mesmo documento consta também os projetos de reformulação das paredes nascente e nordeste do Armazém 1. Observando os desenhos dos alçados percebem-se as alterações de que foram alvo. Portanto, será com estas obras

que o edifício principal passa a possuir dois pisos tendo-lhe sido acrescentado o piso superior. Também é nesta fase que são rasgados os janelões existentes ao nível do primeiro piso que vão permitir a passagem de luz natural e assim iluminar o interior do armazém possibilitando a laboração da tanoaria, ou seja, a realização dos trabalhos relacionados com as diferentes fases de construção das pipas.

A identificação de duas inscrições nas traves do telhado do Armazém 1 constituem também dois bons indicadores que permitem enquadrar cronologicamente estas obras, de reformulação e aumento dos armazéns, no último quartel do século XIX.

Do início do século XX, mais precisamente do ano de 1904, foi identificada uma licença referente à reformulação/abertura de duas janelas no Armazém 2.

Através de uma fotografia do antigo cais de desembarque da Praia localizado em frente aos armazéns da Ferreira, datada da década de 30 do século XX, é ainda visível a chaminé situada no topo sudeste da cobertura do Armazém 1 referente à tanoaria a vapor, o que constitui um indicador do ainda possível funcionamento da fábrica nesta altura.

Mais tarde, datado do ano de 1942, os armazéns ainda são propriedade da empresa J. H. Andresen Sucessores, Lda. como atesta a licença com vista à substituição de telha nacional pela telha de tipo francesa, bem como pintar sobre o telhado a palavra ANDRESEN.

Na segunda metade do século XX os armazéns saem da posse da família Andresen passando a albergar uma unidade fabril designada de “MarDouro”, fundada em 1969, e que se dedicava ao fabrico de utensílios de cozinha em alumínio e aço inoxidável. É também nesta época que ocorre a desagregação de um dos armazéns, Armazém 3, onde será instalado o Instituto de Vinho do Porto. Para o efeito são entaipados os vários vãos que ligavam este edifício aos restantes armazéns, sendo o seu acesso unicamente através da porta rasgada na parede Sudeste que dá para a Rua Rei Ramiro.

9. Considerações finais

Os contextos identificados no decorrer dos trabalhos arqueológicos correspondem a um quadro cronológico compreendido entre a antiguidade tardia, séculos IV a VI d.C. e o século XX e fornecem dados importantes no que respeita à evolução do espaço construído e às sucessivas transformações de que foi alvo.

Assim, a execução deste trabalho constitui um bom exemplo da importância da realização de trabalhos de acompanhamento arqueológico em fase de obra, tanto na observação de todas as movimentações de terras, como no desmonte de estruturas, incluindo as coberturas.

Deste modo, ficou claro que os trabalhos arqueológicos não se esgotam apenas na realização de sondagens de diagnóstico realizadas, normalmente, em fase prévia ao

arranque da empreitada, e que o acompanhamento da evolução dos trabalhos de construção pode revelar-se produtivo.

No caso da empreitada de construção da unidade hoteleira “The REBELLO – Luxury Hotel And Apartments” os trabalhos de acompanhamento arqueológico permitiram a aquisição de novos dados sobre a ocupação deste espaço em fases anteriores aos armazéns de vinho que a fase de diagnóstico não demonstrou. Curiosamente, nos dois armazéns onde foram identificadas as estruturas mais antigas (Armazém 4 e 5) em fase prévia não foram detetadas realidades/contextos arqueológicos relevantes.

Bibliografia

- ALMEIDA, C.A.F. de (1969) – *A romanização das Terras da Maia. In Estudos sobre a Terra da Maia*, Maia, Câmara Municipal da Maia, 4: 49.
- BARBOSA, J.; PRIETO, R. (2008) – *Rei Ramiro Terraces – Sondagens de Avaliação Prévia – Rua Rei Ramiro / Cais de Gaia. Relatório Preliminar*, Logiark, Lda, Porto.
- BASTOS, A.M. (1940) – *O Porto Medieval*, Porto, CMP.
- CARVALHO, T. P.; FORTUNA, J. (2000) – Muralha romana descoberta no Castelo de Gaia, *Al-madan*, 2ª série (9): 158-162.
- CARVALHO, J.; RAMOS, R. (2020) – A Ânfora Romana Dressel 1 (Rei Ramiro, Castelo de Gaia): Características e Contextualizações, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 14: 57-65.
- CALADO, R. S. (1995) – A Porcelana da China como fonte de inspiração da decoração da Faiança Portuguesa no Séc. XVII, In: Gudes, R. (org.), *Companhia das Índias – Porcelanas*, pps. 35 – 37.
- CERNACHE, D. Henrique L. P. de Paiva Távora. *História de Gaia*, Câmara Municipal de V. N. Gaia, Gabinete de História e Arqueologia, fascículo 19 (II);
- COSME, S. R.; LOPES, I. A. (2000) – *Relatório final da intervenção arqueológica rua Mouzinho da Silveira nº208-214*, GAU, Porto.
- COSTA, J. da; TEIXEIRA, C. (1957) – *Carta geológica de Portugal. Notícia explicativa da folha 9-C (Porto)*, Lisboa.
- CRUZ, M. R. (2009) – *O Vidro Romano no Noroeste Peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta*. Tese de Doutoramento em Arqueologia Braga, Universidade do Minho, Braga.
- DÓRDIO, P.; TEIXEIRA, R.; SÁ, A. (2001) – *Faianças do Porto e Gaia. O recente contributo da arqueologia, Itinerário da faiança Porto e Gaia*. Lisboa, Museu Nacional Soares dos Reis, pp. 119-164.
- GUIMARÃES, J. A. G. (1995) – *Gaia e Vila Nova na Idade Média; arqueologia de uma área ribeirinha*, Porto.
- GUIMARÃES, J. A. G. (2000) – Um século de arqueologia em Vila Nova de Gaia, *Al-madan*, 2ª série (9): 155-168.
- HARRIS, E. C (1991) – *Princípios de Estratigrafia Arqueológica*, [1ª Ed. 1979], Barcelona, Editorial Crítica.
- MATTOSO, J. (1993) – *A terra de Santa Maria na Idade Média, limites geográficos e identidade peculiar, Castelo de Santa Maria da Feira – Comissão de Vigilância*.
- OLIVEIRA, J. M. (2013) – *Faianças Portuguesas da Casa do Infante, Porto (Dos finais do século XVI a meados do século XVII)*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- OPAIT, A. (1998) – New pottery from the Circular Harbour of Carthage. *Bulletin. Centre d'études et de documentation archéologique de la conservation de Carthage (CEDAC)*, pp. 21-35
- PAIS, A. N.; PACHECO, A.; COROADO, J. (2007) – *Cerâmica de Coimbra. Do século XVI-XX*. Coimbra, Edições Inapa.
- PEDROSA, Dr. António de Sousa (1985) – *História de Gaia*, Fascículo 1, Câmara Municipal de Vila nova de Gaia, Gabinete de História e Arqueologia.
- RAMOS, R.; CARVALHO, J. – O sítio do Rei Ramiro: Contributo para o conhecimento das ocupações antigas no Monte do Castelo (Vila Nova de Gaia), *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 14: 67-81.
- RAMOS, R. (2020) – Um *Horreum* Augustano na Foz do Douro (Monte do Castelo de Gaia, Vila Nova de Gaia). In ARNAUD, J. M., NEVES, C., MARTINS, A. (eds.) - *Arqueologia em Portugal/2020-Estado da Questão*. Atas do III Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses: 1305-1309.
- SANTOS, J. D. (1970) – Resenha histórica da Cale Vila de Portugal e Castelo de Gaia – *Separata de “comunidades portuguesas”*, nº 21-12.
- SERDOURA, A. F. (2019) – *Cachimbo de caulino. A sua importância nos contextos arqueológicos (séculos XVI-XX)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, FLUP, Porto.
- SILVA, A. C. F. (1984) – Aspectos da proto-história e romanização no Concelho de vila nova de Gaia e problemática do seu povoamento, *Gaya, Vila nova de Gaia*: 39-56.
- SILVA, F. R. (1984) – *O concelho de Gaia na 1ª metade do século XVII: instituições e níveis de alfabetização dos funcionários*, Gabinete de História e arqueologia de Vila Nova de Gaia.
- SOUZA, F. R. da (1994) – *Tempos Medievais, História da Cidade do Porto*, 2ª edição, Porto Editora.
- Cartografia**
- Carta Geológica de Portugal, Folha nº 09-C (Porto), Escala 1: 50 000, Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos, Serviços Geológicos.
- Carta Militar de Portugal, folha nº 122 Escala 1/25 000, Serviço Cartográfico do Exército.
- Cidade do Porto* [planta redonda] por George Balck / *Copiada da Planta publicada em Londres e dedicada ao Brigadeiro Sir Nicolao Trant, Governador que foi das armas do partido do Porto*. Arquivo Histórico Municipal do Porto, Casa do Infante [digitalização disponível para consulta em https://artsandculture.google.com/asset/round-map-of-porto-by-george-balck/6AHTkNEL_5Eang]
- Planta da cidade do Porto contendo o palácio de Christal, nova alfândega, e diversos melhoramentos posteriores a 1844 / por F. Perry Vidal; Emygdio, gr. - Escala [ca 1:6600], 4000 Palmos=[13,30 cm]. - Lisboa: Off. de Vasques & cª., 1865 [cópia digital disponível em <http://purl.pt/3556>]*
- Páginas de internet**
- Portal do Arqueólogo: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt>
- <http://www.glynngen.com/mdc/gascoigne.htm>
- <https://whitmanarchive.org/biography/correspondence/tei/loc.05787.html>
- <https://arquivo.cm-gaia.pt/units-of-description/documents/17689/?q=andresen>
- <https://www.geni.com/people/Jan-Heinrich-Andresen/6000000017144920463>
- <http://pt.wine-is.com/Wineries/4913322/jh-andresen-vila-nova-de-gaia-portugal>
- http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/?creator=&order_by=TITLE&q=j+h+andresen

O HORREUM DO CASTELO DE GAIA. NOVOS APONTAMENTOS SOBRE O ABASTECIMENTO MILITAR ROMANO NO CÂMBIO DA ERA.

José Carvalho¹

Resumo:

Tendo como base a escavação arqueológica realizada pela ERA-Arqueologia, S.A., entre 2016-2018, no sítio do Rei Ramiro (Castelo de Gaia), onde foi possível identificar e caracterizar um edifício do tipo *horreum* de fundação augustana, pretende-se no presente trabalho, com base no estudo recente do material anfórico proveniente da escavação já mencionada, realizar uma revisão sobre o estado da arte, bem como uma contextualização histórica, cronológica e espacial de um dos mais importantes edifícios de cronologia romana identificados na região do Porto, bem como no Noroeste Peninsular.

Abstract:

The *Horreum* of Gaia Castle. New notes on Roman military supply in the change of Era.

Based on the archaeological excavation carried out by ERA-Arqueologia, S.A., between 2016-2018, at the Rei Ramiro site (Castelo de Gaia), where it was possible to identify and characterize a *horreum*-type building of Augustan foundation, the present work aims, based on the recent study of the amphoraic material, to carry out a review of the state of the art, a historical, chronological and spatial contextualization of one of the most important buildings of Roman chronology identified in the Porto region, as well as in the Northwest Peninsula.

1. Enquadramento

As estruturas do tipo celeiro com paredes paralelas para sustentação de um estrado elevado de madeira ou pedra já eram conhecidos na Península Ibérica desde o período da Idade do Ferro, como são os casos do Sabor (Castelinho e Quinta de Crestelos), bem como os de Moleta del Remei de Alcanar, Torre de Foios, em Lucena (Castellón), Alorna Park o Toixoneres, em Calafell (Barcelona), Hoya de Huguet em Pina de Montalgrao (Castellón), El Monastil em Elda (Alicante), Balaguera em Puebla de Tornesa (Castellón) e em Amarejo de Bonete, Albacete (Cardoso, 2018: 96).

Foi durante o período romano que se vulgarizou este tipo de edifício de armazenamento de cereais sendo utilizados em acampamentos militares, de que temos excelentes exemplos em Inglaterra: fortaleza de Inchtuthil, datado de 83-86/87 d. C., e no forte auxiliar de Fendoch, datado de 82-86 d. C. (Cardoso, 2018: 97).

Neste âmbito, tendo como base a escavação arqueológica realizada pela ERA-Arqueologia, S.A., entre 2016-2018, no sítio do Rei Ramiro (Castelo de Gaia, Vila Nova de Gaia), onde foi possível identificar e caracterizar um edifício do tipo *horreum* de fundação augustana associado a atividades comerciais a nível local/regional e de abastecimento militar (Silva, 2021), pretende-se no presente trabalho, com base no estudo recente do material anfórico proveniente da escavação já mencionada (Carvalho, 2023), realizar uma revisão sobre as problemáticas associadas a este edifício, designadamente da sua cronologia, do seu enquadramento espacial (na importante Rota Atlântica), da sua hipotética relação com os acampamentos localizados no Noroeste Peninsular, bem como nos limes germânicos (ou setentrionais) e, por fim, com o novo modelo de abastecimento militar institucionalizado por Roma a partir do reinado de Augusto.

¹ ERA, Arqueologia, S.A - josecarvalho@era-arqueologia.pt.



Figura 1 – Localização do sítio do rei Ramiro no Monte do Castelo de Gaia (CMP, folha 122 e em ortofotomapa).

2. O *horreum* do Castelo de Gaia: breve descrição

O edifício é composto por um único volume, com o embasamento construído em alvenaria de pedra, sem evidências que possam indicar mais de uma fase construtiva ou remodelações posteriores à sua génese. Durante o período em que o edifício se encontrava funcional ou pouco depois do seu abandono, a fachada este – virada ao rio – foi obliterada por uma derrocada, pelo que, como já foi referido em anteriores publicações, não foi possível identificar qualquer indício da mesma (Ramos, 2020: 1306; Ramos, Carvalho, 2019: 18).

O eixo maior, com orientação norte-sul, apresenta um comprimento de pelo menos 33,20 metros. Apesar do edifício se encontrar truncado o que não possibilitou identificar indícios da fachada este, pressupõe-se que teria a mesma espessura da fachada oeste (cerca de 80 centímetros) e tendo em consideração a dimensão de um dos muros internos (com 7,60 metros de comprimento), o edifício teria pelo menos 9,20 metros de largura o que corresponde uma área de implantação de 305,44 metros quadrados (Ramos, 2020: 1306; Ramos, Carvalho, 2019:19).

Considerando estas medidas, cada compartimento teria pelo menos uma área de 37,24 metros quadrados, o que corresponde a uma área útil total de 223,44 metros quadrados (Ramos, 2020: 1306), dimensões pouco usuais e que a incluem entre as maiores da Hispânia (Silva, 2021: 588). Salido Domínguez (2011: 137), tem vindo a apontar o *horrea* da *villa* da Freiria, em Cascais, como o maior da península, no entanto, este edifício teve duas fases construtivas (Cardoso, 2018: 90-102) com uma área coberta 86,5m² na sua fase mais antiga.

Os dados recolhidos no decurso da escavação levam também a considerar que o embasamento pétreo posto em evidência

constituiria a base de um edifício parcialmente construído em madeira ou em argila, materiais que permitiam levantar estruturas de maneira rápida e eficiente ao mesmo tempo que garantiam um bom isolamento dos elementos (Salido Domínguez, 2015, Ramos, 2020: 1308).

Por outro lado, a investigação recente (Salido Domínguez, 2020) tem, aliás, demonstrado sobre estas estruturas de armazenamento de bens alimentares a sua instalação em castros fundamentais para a gestão romana dos recursos cerealíferos regionais e as suas congéneres implementadas em ambientes portuários e urbanos podendo ser admissível a participação militar na sua construção, pois o *horreum*, para além do tabuado, tem uma orientação canónica e segue em termos construtivos os conselhos dos agrónomos quanto à insolação e as recomendações de Vitruvius quanto ao afastamento das áreas habitadas para evitar riscos de incêndios (Silva, 2021: 587).

Os dados carpológicos já analisados (Seabra *et al.*, 2022: 278) para o *horreum* do Castelo de Gaia não oferecem uma resposta inequívoca, porque os depósitos associados a esta estrutura revelaram poucos carporrestos (cerca 200 pequenos fragmentos de cereais), no entanto, a presença de vários grãos de cereal, nomeadamente o trigo nu, o milho-miúdo, o milho-painço e a cevada indiciam o armazenamento de cereais. Estes cultivos também estavam presentes, inclusive em maiores quantidades, em contextos da Idade do Ferro do sítio do Rei Ramiro, testemunhando alguma continuidade ao nível do consumo de cereais.



Figura 2 – Perspetiva geral do edifício (reproduzido de Ramos e Carvalho, 2019: 18).

3. Os materiais recolhidos e dados cronológicos

O material arqueológico associado aos depósitos coetâneos com a construção e uso do *horreum* é muito residual, sendo composto maioritariamente por cerâmica de tradição indígena e material anfórico.

No interior do edifício recolheram-se fragmentos de ânforas Dressel 1 (produzidas na área gaditana), fragmentos de Ovoides Lusitanas, fragmentos de ânforas itálicas (produzidas na costa tirrenica) e fragmentos de ânforas produzidas no Morraçal da Ajuda (Peniche 1 e Peniche indeterminado).

Na pequena lareira enquadrável temporalmente na fase de construção ou utilização do grande edifício obtiveram-se fragmentos de ânforas produzidas na Ulterior/Bética meridional costeira e no Vale do Guadalquivir, como são os casos da forma Haltern 70 ou Ovoide 4, a Dressel 1 e um fragmento de produção lusitana.

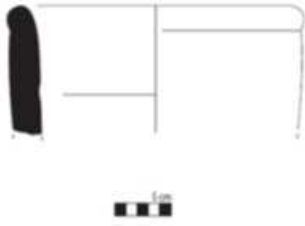


Figura 3 – Bordo de uma ânfora do tipo Peniche 1.

O espólio anfórico mais antigo presente no interior do *horreum* encontra-se descontextualizado do ponto de vista estratigráfico, pois para além de residual, foi certamente reutilizado no caso da estrutura de combustão existente no interior do edifício, visto que em depósitos imediatamente anteriores à sua construção identificaram-se fragmentos lusitanos produzidos em Peniche (ou Morraçal da Ajuda), bem como um fragmento de ânfora do tipo Urceus (de produção bética) o que nos leva a enquadrar a construção deste complexo, ao contrário do que se encontra mencionado na bibliografia disponível sobre o sítio (Ramos, Carvalho, 2019; Ramos, Carvalho, 2020; Ramos 2020; Silva, 2021), numa fase sempre posterior a 16 a.C. (Carvalho, 2023: 85).

Neste quadro, convém realçar que os fabricos das ânforas mais antigas presentes na fase construtiva do edifício, prolongam-se até finais do séc. I a.C./inícios do séc. I d.C., como é o caso da Dressel 1 Itálica (Morillo e Morais, 2020; Carvalho, 2023, vo1, p.85).

No que se refere ao abandono da estrutura, de acordo com o espólio exumado, propomos que tenha acontecido aproximadamente no final do 1.º quartel do séc. I d.C., no principado de Tibério, e é corroborado pelo material anfórico recuperado, bem como pelos fragmentos de cerâmica fina igualmente recolhidos: (1) terra *sigillata* itálica, forma 22, taça tipo 22.1 (15 a.C. a 15 d.C.); (2) terra *sigillata* itálica, forma 12, prato tipo 12.3 (15 a.C. a 20 d.C.); (3) um fragmento *sigillata* sud-gálica, tijela, período primitivo, cuja datação no atual território português não deverá ultrapassar a data de 25 d.C.; (4) fragmentos de cerâmica com engobe vermelho pompeiano.

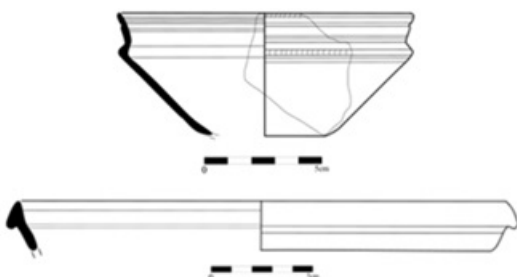


Figura 4 – *Sigillata* itálica - taça e prato - identificada nos níveis de abandono do *horreum*.

Com base no intervalo de tempo relativo à sua construção e abandono, o *horreum* do Castelo de Gaia terá funcionado já numa fase posterior à última campanha de pacificação da Hispânia, empreendida por Augusto contra Cântabros e Ástures.

Convém referenciar que o único testemunho epigráfico associado à presença de militares no Monte do Castelo de Gaia é atestado pela existência de um cipo funerário identificado a 100 metros do sítio, nas Escadas da Boa Passagem, de L. Lavius Tuscus, natural de Olisipo, militar da X Gemina, uma das legiões que Augusto deslocou para a Hispânia no decurso da campanha Cantábrica e que foi datado precisamente entre Augusto e Tibério por Vasco Mantas (Mantas, 2013; Ramos, 2020: 1308).

Apesar da sua datação ser posterior ao que já tinha sido publicado (Carvalho, Ramos, 2019; Ramos, 2020; Silva, 2021; Morillo, Morais, 2020), trata-se de um achado extraordinário pelo facto de constituir um importante elemento de discussão no que se refere à sua contextualização e funcionalidade em Época Romana.

4. O espólio anfórico e a sua relação com os acampamentos no Noroeste Peninsular e dos limes germânicos ou setentrionais

A amostra alto-imperial do sítio do Rei Ramiro revela o predomínio das ânforas da Bética, designadamente do Vale do Guadalquivir (Carvalho, 2023). Esta representatividade revela um importante incremento na importação de artigos alimentares daquela região produtora para o Monte do Castelo de Gaia relativamente à fase republicana, cujo arranque se terá feito sentir com particular expressividade em torno dos meados do séc. I a.C., como já se mencionou.

O predomínio da região produtora do Vale do Guadalquivir, como se tem verificado em praticamente todos os castros costeiros e estabelecimentos interiores do Noroeste Peninsular, está relacionada com a presença muito significativa das Haltern 70 (Morais, Carreras, 2004).

Por sua vez, se analisarmos especificamente os contextos de associados aos acampamentos romanos das Legiões VI Vitrix e VII Gemina (Morillo, Morais, 2020: 94) ou tardo-augustanos de León (mudança da Era - 15 d.C.), coincidente com a cronologia do *horreum* do sítio do Rei Ramiro, continuamos a verificar que a Bética continua a ser a área produtora preferencial, propiciando o abastecimento de 50% dos produtos (vinho, azeite e preparados de peixe). Aqui deve-se salientar os vinhos do Mediterrâneo Oriental pela sua boa representatividade (20%), seguidos dos Itálicos (11,6%), da Gália (5%), da Lusitânia e da Tarraconense (5%). Com isto, os produtos importados ascendem a 95% do total dos contentores anfóricos inseridos nesta fase cronoestratigráfica de León (Morillo, Morais, 2020: 101).

Ao realizarmos uma comparação com o registo do *horreum* do Rei Ramiro, evidenciamos algumas semelhanças com as ânforas de León, pois nas suas fases de utilização e abandono (Fase VII e Fase VIII), continuamos a verificar o

predomínio dos contentores béticos, designadamente de várias formas que se comercializavam em período augustano (T-7.4.3.3., Dressel 7-11, Haltern 70, Ovoide 1, Dressel 1 Ulterior, a Dressel 12, entre outros), estando também representados contentores da província de origem, neste caso da Lusitânia (Peniche 1 e Ovoide Lusitana).

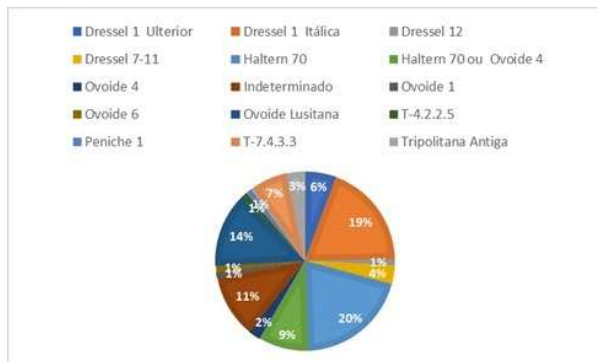


Gráfico 1 – Material anfórico recolhido nos níveis estratigráficos do horreum (fase VIII).

Em momentos augustanos, mas anterior à construção do horreum do Castelo de Gaia não podemos de deixar de fazer referência à presença da ânfora tipo *Urceus*, um contentor que apresentava uma tipologia diferenciada da ânfora clássica proporcionando um melhor acondicionamento no interior dos barcos.

Ao contrário de León e dos acampamentos mais localizados nas fronteiras setentrionais, as fases relacionadas com a construção, ocupação e abandono do horreum de Gaia não apresenta contentores provenientes da Gália e da Tarraconense o que, segundo o nosso entendimento, pode ser explicado pela localização geográfica e também pela própria função do edifício.

Há também a registar, ao contrário de León e dos acampamentos mais setentrionais, neste período tardo-augustano a reduzida presença de contentores especificamente associados ao transporte de azeite, embora existam alguns fragmentos de Tripolitana Antiga (norte-africana) e de ânforas Ovoide 6 da Ulterior/Bética, mas muito possivelmente descontextualizadas estratigraficamente tendo em consideração as suas especificidades cronológicas tardo-republicanas, embora a investigação recente (Filipe, 2018) tem vindo a demonstrar que os limites das respetivas produções enquadram-se já no reinado de Augusto. O mesmo se pode dizer da Dressel 1 itálica (costa tirrénica) que se encontra representada em níveis de uso e abandono do horreum de Gaia e cujo período de circulação termina precisamente nas últimas décadas do séc. I a.C. ou primeiros anos do séc. I d.C. o que coincide com a datação do edifício identificado no sítio do Rei Ramiro.

Por outro lado, se compararmos para esta fase tardo-augustana, os acampamentos setentrionais renano-réticos, como Oberaden, Anreppen, Haltern, Nimega, Neuss, entre outros, com os acampamentos de León e o horreum de Gaia,

verificamos algumas semelhanças, bem como algumas diferenças. Em todos eles as importações Béticas encontram-se sempre acima dos 60% o que os coloca estas três áreas geográficas em clara relação com o novo modelo de abastecimento militar em que esta província tem um papel vital no abastecimento. Aqui os produtos piscícolas estão representados principalmente pelas ânforas Dressel 7-11 e, em menor medida, pela Dressel 12 e T-7.4.3.3. e são complementados com importações oriundas da Lusitânia.



Figura 5 – Fragmentos de ânforas béticas identificadas nos níveis de abandono do horreum (1 – Dressel 7-11; 2 – Haltern 70; 3 – Dressel 12).

A maior diferença entre os acampamentos augustanos do limes renano-réticos e León, encontra-se na quantidade de contentores utilizados para o transporte de vinho bético, pois nestes estabelecimentos militares são os envases de azeite e preparados piscícolas que predominam e não o vinho e seus derivados (Morillo, Morais, 2020: 103).

No entanto, as diversidades morfológicas mantêm-se, estando representados nestes acampamentos, como habitual, os contentores da Bética, designadamente da Haltern 70, tipo *Urceus* e Dressel 2-4, mas também de vinhos itálicos da costa tirrénica (Dressel 1b e Dressel 2-4), bem como orientais (Tardo-Ródias, Pseudo-Koan, Dressel 5 e ânforas de Quíos e Cnidos) e a larga distância as ânforas da Tarraconense.

No que se refere ao azeite, conforme referido por Morillo e Morais (2020: 103), também a Bética e o vale do Guadalquivir, cobrem de forma quase exclusiva as necessidades do exército estacionado na *Germania* e *Raetia*, constituindo as formas Oberaden 83 e Haltern 71 as mais representadas.

5. Interpretações e considerações finais

Como referimos o horreum do Castelo de Gaia teria muito provavelmente sido construído para o abastecimento dos exércitos numa fase posterior às Guerras Cântabras e para o abastecimento das populações, coincidindo com o florescimento em época de Augusto dos povoados urbanos a nascente do morro do Castelo de Gaia e na ribeira do Porto (Silva, 2021).

O início do principado de Augusto teve mudanças económicas importantes com alterações ao nível comercial e da colonização agrária que implicaram o desenvolvimento de outras rotas comerciais, a reorganização das comunidades, bem como a elevação de um número muito significativo de habitantes à cidadania itálica (Morillo e Morais, 2020, p.163).

Neste âmbito, o estado romano prestou atenção especial ao abastecimento militar das zonas fronteiriças militarizadas, como a *Tarraconensis* ocidental, criando um mecanismo muito complexo que podia variar conforme a importância e a posição geográfica das áreas a abastecer relativamente às regiões produtoras. Não há dúvida, também, que o abastecimento do exército se converteu numa componente fundamental para as produções peninsulares a partir do reinado de Augusto.

Assim, aparecem diferentes modelos de abastecimento, mas mantendo-se todas elas dentro das tendências gerais: os produtos piscícolas, oleícolas e vinários da Bética, entrando evidentemente neste esquema a comercialização de produtos das regiões envolventes que podiam assumir algum protagonismo, mas de forma menos rígida, como é o caso da Gália Meridional e Central que tiveram alguma preponderância para o abastecimento, por exemplo, dos acampamentos renanos. Dentro deste sistema anónimo circulavam outros bens, como as cerâmicas orientais que constituíam produtos de prestígio destinadas normalmente aos oficiais (Morillo, Morais, 2020: 163).

Dentro dos circuitos anónimos – onde com base nas ânforas analisadas podemos incluir o Monte do Castelo de Gaia - o novo papel atribuído por Augusto à província da Bética é herdeiro direto da experiência que o mesmo colocou em marcha durante as guerras cántabras, uma “*operação logística de grande magnitude*” (Morillo, Morais, 2020: 166).

Neste quadro, a experiência das guerras cántabras vai-se acentuar poucos anos mais tarde para o abastecimento das tropas estacionadas nos cenários germânicos e réticos destinadas funcionalmente a criarem um sistema fronteiriço, mas também nos recintos militares hispanos estáveis da fase da paz armada: León, Herrera de Pisuerga e Astorga.

Apesar de não existir material anfórico associado a essas operações das Guerras Cântabras, mas tendo em consideração que o *horreum* em análise localiza-se num importante enclave/lugar de penetração e de trocas comerciais da rota atlântica usada pela administração romana para abastecer os exércitos que se encontravam estacionado mais a Norte e que atacariam os Astures a partir do território galaico, pode-se tecer algumas hipóteses de como seria esse abastecimento com base na documentação arqueológica dos acampamentos estáveis associados, no entanto, já a um momento de pacificação militar.

Assim, pode-se supor que o abastecimento às legiões terá acontecido através de centros de abastecimento localizados na costa da Tarraconense onde se armazenavam os alimentos possivelmente oriundos de Itália e outras regiões; através do vale do Ebro por via fluvial e terrestre onde as cargas alcançariam os campos de batalha setentrionais; e, não menos importante, por via marítima, através da Rota Atlântica, mais acessível e barata, procedente de Cádiz, que funcionava de forma plena há vários séculos conforme os registos arqueológicos, e que segundo a investigação terá constituído a opção mais lógica (Morillo, Morais, 2022:167; Carvalho, 2023: 392).



Figura 6 – Rotas comerciais entre o Mediterrâneo e o Atlântico Norte (Fernández Ochoa, Morillo, 2003, apud Morillo e Morais, 2020: 162).



Figura 7 – Localização dos naufrágios que transportariam possivelmente cereais (Salido Domínguez, 2013, fig.1, apud Morillo e Morais, 2020, p.162). 1 – Sant Peter Port; 2. Beachy Head; 3 – Blackfriars, County Hall (Londres); 4 – Bermondsey (Londres); 5 – Barlands Fram (Magor, Gwent); 6 – Zwammerdan; 7 – Woerden; 8 - De Meem; 9 a 11 - Brujas; 12 e 13 – Nieuwpoort; 14 – Hondarriba; 15 – Cortegada; 16 – Cabo de Mar; 17 – Punta Udra; 18 - Esposende; 19 – Cortiçais (Peniche).

Esta rota que se desenvolvia ao largo de toda a costa atlântica portuguesa até ao canal da mancha era contemplada por outras rotas fluviais e terrestres a partir de fundeadouros naturais, como são os casos da Foz do Douro (Porto e Gaia, como já referido), pelo baixo curso dos Rios Minho e Cávado (local onde posteriormente se fundou mais tarde Bracara Augusta) e através das Rias Baixas Galegas. Com efeito, existiu igualmente uma rota terrestre que desde a Bética e Mérida percorria as Beiras e Trás-os-Montes (Morillo, Morais, 2022: 166).

A Rota Atlântica teve um papel determinante para a chegada de ânforas do tipo Haltern 70, Oberaden 83, Dressel 7-11 ou

as Dressel 2-4 itálicas, entre outros, confirmado inclusivamente com a descoberta de naufrágios, como é o caso de uma embarcação encontrada ao largo de Esposende cuja carga seria muito possivelmente cereais (Salido Domínguez, 2013).

Este padrão de circulação atlântico encontra-se bem evidenciado nos acampamentos de León e também nos acampamentos renano-réticos, bem como na primeira fase de Astorga, sendo também evidente no sítio do Rei Ramiro, cujos momentos construtivos e de utilização apresentam uma clara relação com o *horreum* de Gaia, fundamentalmente numerosos acampamentos militares fundados na mudança da ERA, facto que leva os investigadores a questionarem-se se este grande circuito não seria exclusivamente militar ou se a intensa circulação de produtos béticos tenha sido estimulada para suprimir as necessidades de abastecimento das tropas a partir de um momento coincidente com as guerras cântabras, momento em que intensifica o tráfico marítimo “estariamos perante um salto de escala provocado pela presença de numerosas tropas destacadas no norte peninsular e a necessidade de as abastecer” (Morillo, Morais, 2020: 169).

A rota, uma vez estabelecida, alcançaria assentamentos civis, configurando, tal como referido por Rui Morais (2007b: 267-280), um modelo de abastecimento híbrido que se intensificaria desde finais do principado de Augusto com a ajuda de vias de comunicação desde a costa ao interior e as distintas capitais conventuais.

Bibliografia

- CARDOSO, G. (2018) - *Villa romana de Freiria. Estudo arqueológico*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais: 1-439.
- CARVALHO, J. (2023) - *As ânforas romanas do sítio do Rei Ramiro (Castelo de Gaia)*. Tese de Doutoramento em Estudos do Património, na especialidade de Arqueologia. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FILIPPE, V. (2018) - *Olisipo, o grande porto da fachada atlântica. Economia e comércio entre a República e o Principado*. Tese de doutoramento em História, na especialidade de arqueologia. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MANTAS, V. G. (1996) – *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996.
- MORAIS, R.; CARRERAS MONFORT, C. (2004) - Geografia del consum de les Haltern 70, *Culip VIII i les ànfores Haltern 70*. Monografies del Casc., 5. Girona, pp. 93-112.
- MORAIS, R. (2007) - Ânforas da Quinta da Ivanta - um pequeno “Habitat” mineiro em Valongo. *Conimbriga*, 46: 267-280.691.
- MORILLO, Á; MORAIS, R. (2020) – *Ânforas de los campamentos romanos de León. Um modelo de abastecimiento militar entre el período augusteo y finales del siglo I d.C.* Anexos de AEspA LXXXVIII. Archivo Español de Arqueología, Conselho Superior de Investigaciones científicas, Madrid.
- RAMOS, R.; CARVALHO, J. (2019) - *Relatório final da escavação arqueológica do sítio do Rei Ramiro, V.N. Gaia (2017-2018)*. ERA-Arqueologia, S.A., Lisboa.
- RAMOS, R.; CARVALHO, J. (2020) – O sítio do Rei Ramiro: contributo para o conhecimento das ocupações antigas no Monte do Castelo (Vila Nova de Gaia). *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 14: 67-81.
- RAMOS, R. (2020) - Um *Horreum* Augustano na Foz do Douro (Monte do Castelo de Gaia, Vila Nova de Gaia). In ARNAUD, J. M., NEVES, C., MARTINS, A. (eds.) - *Arqueologia em Portugal/2020-Estado da Questão. Atas do III Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses: 1305-1309.
- SALIDO DOMÍNGUEZ, J. (2011) - *Horrea Militaria. El aprovisionamiento de grano al ejército en el occidente del imperio romano. Anejos de Gladius*, 14. Madrid: CSIC.
- SALIDO DOMÍNGUEZ, J. (2015) – *Los Graneros Sobreelevados en la Hispania Romana: Materiales y Técnicas Constructivas. Arqueologia de la Arquitectura*, 12. Madrid/Vitória.
- SALIDO DOMÍNGUEZ, J. (2020) – Um modelo de implantación de Roma en el Noroeste Peninsular: la construcción de Graneros sobreelevados en los castros. In BERROCAL-RANGEL, L.; MEDEROS MARTÍN, A. (eds), *Docendo discimus. Homenaje a la profesora Carmén Fernández Ochoa (Anejos a CuPAUM, 4)*. Madrid: Universidade Autónoma de Madrid: 259-271.
- SEABRA, L.; CARVALHO, J.; TERESO, J.; RAMOS, R.; MARTÍN-SEIJO, M.; SILVA, R. (2023) – *Arqueobotânica com vista para o Douro: frutos e sementes do sítio do Rei Ramiro (Vila Nova de Gaia, Norte de Portugal)*. FERNANDES, I.; SANTOS, M.; CORREIA, M. (Coord.), *Atas Jornadas Internacionais “Amanhar a Terra, a arqueologia da agricultura (do neolítico ao período medieval)”*, Palmela: 267-282.
- SILVA, A.M. (2021) – *Cale e os Callaeci. Territórios e comunidades na foz do rio Douro entre a Proto-história e a romanidade*. Tese de doutoramento em Estudos Culturais: Memória, Identidade, Território e Linguaxe. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. Vol. I, Vol. II, Vol. III, Policopiado.

OUTRAS PUBLICAÇÕES DA ERA ARQUEOLOGIA



Série ERA Arqueologia (2000 – 2008)



Publicação de workshops



Série ERA Monográfica (2013 – 2025)

Série Perdigões Monográfica (2018 – 2020)

